

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
JÉSSICA ALVES TROPALDI

O RESSOAR NO PALCO DO TEMPO: PROTAGONISMO HISTÓRICO NA OCUPAÇÃO POPULAR EM ANGÉLICA-MS (1950-1980)

DOURADOS – 2016

JÉSSICA ALVES TROPALDI

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção de título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Linderval Augusto Monteiro**

DOURADOS – 2016

JÉSSICA ALVES TROPALDI

**O RESSOAR NO PALCO DO TEMPO: PROTAGONISMO HISTÓRICO NA
OCUPAÇÃO POPULAR EM ANGÉLICA-MS (1950-1980)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovação em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Linderval Augusto Monteiro (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Jones Dari Goettert (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

Aos meus pais, Sebastião e Maria Aparecida por me ensinarem valores e serem exemplo. O meu amor eterno!

A meu irmão, Henrique, minha outra metade.

A meu companheiro, Leandro, gratidão e amor por tanto incentivo e compreensão!

AGRADECIMENTO

Esta dissertação é resultado de uma caminhada, que não foi construída sozinha, ao longo da minha trajetória muitas pessoas me estimularam e ajudaram para que eu pudesse chegar até aqui. Para não correr o risco do lapso da memória, quero agradecer de forma geral todas as pessoas que de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

Quero agradecer, de forma particular, algumas pessoas que estiveram mais próximas e foram fundamentais ao longo dessa empreitada.

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por me fortalecer diante de cada obstáculo do caminho, sei que Tudo Posso em Ti.

Agradeço aos meus pais, Sebastião e Maria Aparecida, que não tiveram a oportunidade da formação acadêmica, mas que desde muito cedo mostraram o qual é importante a sede pelo saber e me guiaram até os caminhos da universidade.

Ao meu companheiro de sonhos e realizações, Leandro, que esteve presente em todos os momentos ao longo destes dois anos e meio me fortalecendo, incentivando, compreendendo e aceitando os momentos de ausência.

Aos meus avôs, Waldemar, Galdência, Clementina e Josepha, que plantaram em mim a semente do amor e o desejo pelo conhecimento histórico quando eu ainda era uma criança, contando como haviam migrado para Angélica e todos os desafios enfrentados.

Ao professor e orientador Linderval Augusto Monteiro. Obrigada pela confiança em aceitar o meu projeto, pela paciência e por todas valiosas contribuições.

Agradeço ao Professor José Carlos Ziliani por ter me apresentado os estudos de colonização e pela ajuda na construção do projeto de pesquisa.

Agradeço ao professor Paulo Roberto Cimó Queiroz e Marieta Morais Ferreira pelas sugestões e apontamentos feitos na qualificação.

Agradeço a todas as pessoas que gentilmente colaboraram para construção desse trabalho através de seus relatos de memória. Meu, muito obrigada Antonia da Costa Paula, Aparecido Figueiredo, Carmelindo de Francisco Paula, Celso Francisco de Paula (*in memorium*), Clementina Gomes de Oliveira, Waldemar Alves de Oliveira, Dogenilia Vasconcelos de Oliveira (*in memorium*), Domingo Luca, Gaudêncio Tropaldi, Leonice Agudo, Josepha Recio Tropaldi, Waldir Basilio de Lima, Sebastião Tavares Sebastião Tropaldi, Maria Aparecida Alves de Oliveira Tropaldi, Manuel Pereira da Silva, Manuel Trajano de Oliveira, Izildo Rufo.

Agradeço aqueles que felizmente eu encontrei no curso de história, e se tornaram meus amigos da vida, obrigada Kelly Cristina, Kelly Cristhiane, Felipe, Paulo Henrique e Thiago por ouvir minhas angústias e sempre incentivar.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer outro feliz encontro que a história me propiciou, aos companheiros de jornada Débora de Souza. B. Mosqueira, Claudomiro Morales Torres e Nelson de Lima Junior, agradeço pelos cafés repletos de história e a companhia.

Agradeço a CAPES pelo subsídio financeiro ao longo da pesquisa.

Minha gratidão a todos que se fizeram presentes me estimulando para conquista de meus sonhos e objetivos.

“O passado ajuda a compor as aparências do presente, mas é o presente que escolhe na arca as roupas velhas ou novas”

(Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*).

RESUMO

A presente pesquisa propõe analisar a ocupação popular ao longo do processo de colonização do município de Angélica, localizado no sudeste de Mato Grosso do Sul, conhecido também como Vale do Ivinhema. A colonização de Angélica surge como resultado das campanhas de colonização promovidas pelo governo federal para ocupar o Centro-Oeste brasileiro. Angélica, assim como outras cidades da região, deve seu surgimento à ação da colonização dirigida por empresas particulares. O início da década de 1950, com a implantação da Colonizadora Imobiliária Douradense houve um intenso fluxo migratório para a região onde se localiza Angélica, estas pessoas foram atraídas pelos planos de colonização e materiais propagandísticos elaborados que mostravam o “Eldorado”. Mas a cidade é construída a partir da necessidade e efetiva ocupação dos novos espaços pela população. Sendo assim, foram seguidas as trajetórias desses sujeitos partícipes desse processo, para compreender o cotidiano e a dinâmica popular no que tange à construção deste espaço social. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados como fontes os relatos dos moradores locais que vivenciaram esses momentos da história; documentos, como atas, leis, fotografias. Como metodologia para analisar as fontes, utilizou-se a micro análise que permitiu compreender as características do processo de ocupação popular do município de Angélica.

Palavras-chave: Ocupação popular. Colonizadora Imobiliária Douradense Ltda. Município de Angélica-MS.

ABSTRACT

The present research propose to analyse the popular occupation along process of colonization municipality Angélica, localized the southwest of the Mato Grosso do Sul, known also as Vale do Ivinhema. The colonization of Angélica appears like result of colonization campaigns promoted by federal government to occupy the Brazilian Midwest. Angélica as well as others cities of region, it should your appearance to action of colonization directed by private companies. The beginning of decade 1950's, with the implantation of Colonizadora Imobiliária Douradense. There was a heavy flow migratory to the region where it is located. These people were attracted by colonization plans and propagandistic materials elaborated that it showed the "Eldorado". But the city is build from need and occupation effective of new spaces by population. Therefore they were followed the trajectories oh these subjects active these process, to understand the everyday and the popular dynamics in the concern the building this social space. To development this research , they were used as sources the reports from local residents that experienced these historic moment: documents, as record, laws, photos. As methodology to analysis the sources, it used a micro analysis that allowed to understand process Angelica municipality .

Key words – occupation popular. Colonizadora Imobiliária Douradense Ltda. Angélica Municipality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – O Progresso <i>versus</i> o Sertão.....	40
Fotografia 2 – O trabalho diário e as benfeitorias existentes.....	41
Fotografia 3 – As diversas atividades econômicas.....	41
Fotografia 4 – A fertilidade e a longevidade encontrada em terras mato-grossenses.....	43
Fotografia 5 – Rodovia Angélica à Vitor.....	48
Fotografia 6 – Associação Atlética Angélica, em 1973.....	68
Fotografia 7 – Comércio de Angélica em 1972, Casa Mineira.....	73
Fotografia 8 – Casa Paulista, 1969.....	73
Fotografia 9 – Avenida Comercial de Angélica.....	74
Fotografia 10 – No cartaz Roseli Saleti Nunes da Silva, assassinada em 31/03/87 em uma manifestação de agricultores.....	80
Fotografia 11 - Planta de Angélica.....	89
Fotografia 12 - Convocação popular para participação do Plano Diretor.....	92
Fotografia 13 – Ediberto Celestino de Oliveira em seu gabinete na Prefeitura Municipal de Angélica.....	96
Fotografia 14 – Resultado do Plebiscito para municipalização dos distritos.....	98
Fotografia 15 – Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica-MT.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Casamentos religiosos entre 1979/1980.....	53
Tabela 2 -- Região originária das pessoas que se casaram na Paróquia São Pedro Apóstolo, Angélica.....	55
Tabela 3 – Naturalidade dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica.....	55
Tabela 4 – Região original dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica MT/MS.....	56
Tabela 5 – Resultado da votação do Plebiscito questionando o desejo da população acerca da emancipação de Angélica.....	97

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Angélica, cidade do estado de Mato Grosso do Sul.....	18
Mapa 2 – Angélica, sua micro região e a distância para com o Rio Ivinhema.....	19
Mapa 3 – Território e Aldeamentos Ofaié.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROSUL – Agropecuária do Mato Grosso do Sul

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASSUMAT - Associação dos Municípios Sul-Matogrossenses

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIDAL - Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda

PDA – Plano Diretor de Angélica

PSD – Partido Social Democrático

TEMAT - Telecomunicações de Mato Grosso

SANEMAT - Companhia de Saneamento de Mato Grosso

SUMÁRIO

Lista de ilustrações.....	11
Lista de tabelas.....	11
Lista de Mapas.....	12
Lista de Abreviações.....	13

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS: A COLONIZADORA IMOBILIÁRIA DOURADENSE E A OCUPAÇÃO POPULAR

1.1 A terra não estava vazia: os índios que habitavam o atual município de Angélica.....	26
1.2 A atuação da Colonizadora Imobiliária Douradense em Angélica.....	28
1.3 O “paraíso” desenhado <i>versus</i> a realidade encontrada.....	36
1.4 Vem de longe, vem vindo, caminhando e construindo, até chegar aqui.....	50

CAPÍTULO II

TRAJETÓRIAS QUE FAZEM HISTÓRIA: O COTIDIANO DA OCUPAÇÃO POPULAR EM ANGÉLICA

2.1 Os Caminhos percorridos: como eles foram para lá?.....	58
2.2 A edificação de um novo espaço: Como construíram suas casas?.....	59
2.3 Dilemas do novo contexto migratório: atividades econômicas e reveses na reconstrução de vidas.....	61
2.4 Como se deu o convívio entre esses migrantes todos?.....	66
2.5 Como se abasteciam?.....	69
2.6 Nasci para ser reprimida, mas escolhi ser protagonista.....	75

2.7 O espaço construído diariamente e o Plano Diretor de Angélica.....	81
--	----

CAPÍTULO III

A VILA VIROU CIDADE: OS SUJEITOS QUE CONSTROEM O DESMEMBRAMENTO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DE ANGÉLICA

3.1 O processo de Emancipação de Angélica.....	95
--	----

3.2. A dinâmica social e política no Município de Angélica e a papel de Ediberto Celestino de Oliveira.....	104
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
----------------------------------	------------

FONTES.....	118
--------------------	------------

RELAÇÕES DE ENTREVISTADOS.....	121
---------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
--	------------

INTRODUÇÃO

No Brasil da década de 1940 a conquista dos “sertões” mato-grossenses se configurava como um novo desafio, que foi implantado pelo projeto governamental “Marcha para Oeste”, o qual tinha por objetivo sanar problemas econômicos, ‘civilizar o sertão’ e preservar o território nacional.

Assim, Zorzato (1998), em referência as novas perspectivas que estavam imbuídas neste projeto, salienta que:

[...] com a Marcha Mato Grosso não só é inserido num novo período de expansão econômica, mas também passa a fazer parte do discurso de unificação nacional. Trata-se, portanto, de um momento rico em representações, quando, através do nacionalismo exacerbado, procura-se encobrir as tensões sociais existentes no país. A incorporação de novas áreas à economia brasileira, através de um programa de colonização dirigida, cumpre, no plano da produção, essa orientação política. (ZORZATO, 1998, p. 06)

Portanto, conforme este autor, o período é repleto de representações, no qual se procura ocultar os conflitos sociais vivenciados no país e busca a inclusão de novos espaços à economia do Brasil, por meio de um programa de colonização que, na perspectiva da sua operacionalização, se multiplicou em muitos projetos de colonização, alguns desenvolvidos pelo próprio Estado, como foi o caso da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, e muitos implantados por empresas particulares como aquela, objeto desta pesquisa. Ressalta-se que as empresas particulares ao envolverem-se em projetos de colonização visavam, dentre outras coisas, aproveitarem-se de incentivos e benefícios oferecidos pelo Estado, como a concessão de terras devolutas.

Ainda fazendo menção à “Marcha para oeste” e às mudanças que ela trouxe no contexto mato-grossense, na década de 1940, Escobar (1941) salienta que o programa possuía o intuito de “sanar os problemas econômicos e civilizar o sertão, preservando também o território nacional” (ESCOBAR, 1941, p.66). Ressalta ainda que um dos grandes problemas nacionais sem solução até aquele momento, era indubitavelmente a “penetração dos vastos sertões de Goiaz e Mato Grosso – onde se encontravam as maiores riquezas naturais do Brasil” (ESCOBAR, 1941, p.66).

A partir da reflexão de Escobar podemos perceber a presença do “estigma da barbárie”¹, ou seja, a ideia da necessidade de levar civilidade a um povo que se encontrava no sertão, em contrapartida, havia a perspectiva de que neste local existiam muitas riquezas naturais a serem exploradas.

Neste contexto, a partir do estímulo governamental, com a “Marcha para Oeste” várias companhias particulares² se instalaram na região Sul do estado de Mato Grosso³ na busca de ocupar os ditos “espaços vazios”, uma delas foi a CIDAL (Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda.) que foi a colonizadora de Angélica⁴, espaço que é o objeto deste estudo.

Diante disso, Vasconcelos (2005) questiona a utilização do termo “espaço vazio”, enfatizando que, muitas vezes, para que os projetos das colonizadoras se tornassem realidade, o Estado limpava a área e confinava os indígenas em uma pequena porção de terra. Portanto, o espaço não estava vazio, mas houve uma desocupação forçada dele. O mesmo autor salienta que não podemos menosprezar o significativo papel desempenhado pelas companhias, já que foram responsáveis pela obtenção e venda de terras e pela introdução de imigrantes na região, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960.

Ao pesquisar a colonização, é importante ressaltar a necessidade de análises mais amplas, que não vislumbrem apenas a perspectiva da colonização oficial. Assim, VASCONCELOS (2005) ressalta que a:

[...] preocupação fundamental (de pesquisas sobre a colonização contemporânea) será a de, quando analisar as tentativas estaduais ou municipais (portanto oficiais) e particulares de ocupação desse território por suas empresas de colonização; diagnosticar o impacto provocado por esses projetos de colonização (com a derrubada da mata, a inserção de novas lavouras ou pasto) para o deslocamento e/ou desterritorialização das comunidades indígenas, portanto, buscar dialeticamente nos próprios projetos de colonização (nos casos já identifi-

¹Conforme Galetti, “o estado de Mato Grosso continua a ser para muita gente que ainda o não conhece e nunca dele ouviu falar – ou se ouviu foi de uma maneira errada e triste - o país dos sonhos e das fantasias, a terra do degredo e das torturas, o lugar onde se vive mais por necessidade que por outra coisa. Um horror quando se ouve falar do Estado longínquo, todo rodeado de lendas, todo feito de narrativas assustadoras e pairando em um lugar nimiamente distante, quase inacessível ao homem que por um esforço titânico consegue alcançá-lo, depois de uma luta terrível contra o sol, a chuva e contra os índios e os animais ferozes que infestam as matas e bordam os rios dificilmente navegáveis.”(GALETTI, 2000, p. 253)

² Segundo Vasconcelos as companhias de colonização “ (com projetos de maiores proporções e investimentos) foram a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, a Companhia Moura Andrade e a Companhia Melhoramentos e Colonização S. A., a SOMECO.”(VASCONCELOS, 2005, p. 02).

³ É importante salientar que, em 1977, o Estado de Mato Grosso foi dividido e localidade referida passa a corresponder ao Estado de Mato Grosso do Sul.

⁴Segundo Gisoato e Máscoll (1996) e os relatos de memória deu-se o nome Angélica à cidade, devido uma senhora que morava nas margens do Rio Ivinhema desde o período de exploração da erva mate por parte da Companhia Mate Laranjeira. Angélica era casada com um senhor que trabalhava nos ervais, um empreiteiro. Segundo conta os entrevistados, a senhora Angélica foi homenageada graças à sua bondosa que juntamente com seu esposo acolhiam os migrantes e os forasteiros dando lhes hospedagem e comida.

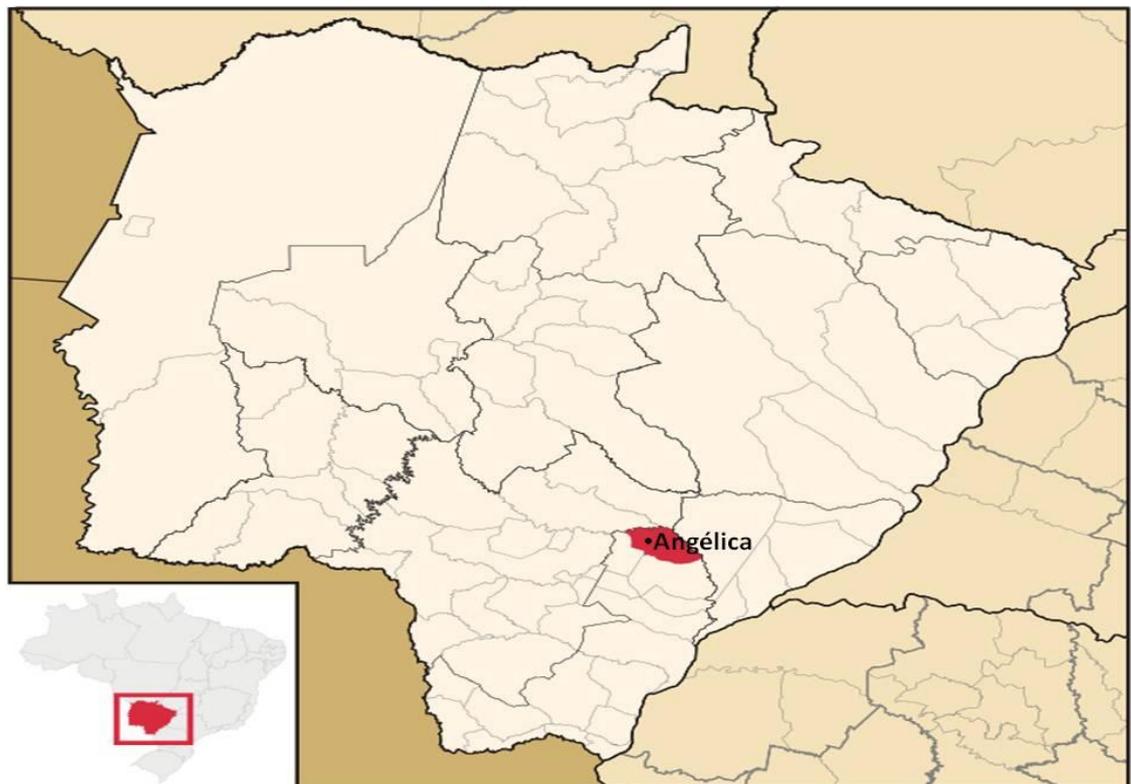
cados por outras pesquisas) uma das suas contradições, a desocupação do território, a limpeza do espaço, para a inserção de novos elementos. (VASCONCELOS, 2005, p.8)

Portanto, para realizar um estudo sobre a ocupação popular de Angélica é importante entender tanto as “práticas estruturais”, quanto as “conjunturais”. Desde modo, é necessário compreender a configuração econômica, cultural, os projetos de colonização da colonizadora e as práticas sociais de brancos e indígenas.

Angélica era território pertencente ao município de Dourados, e pela lei Estadual nº 2.098, de 20 de dezembro de 1963 se torna distrito de Dourados, nesse período era comum a utilização da denominação Porto Angélica, para se referir ao distrito que pelo documento possuía a denominação Angélica.

Somente no ano de 1976, a partir da lei Estadual nº 3.691, de 13/05/1976, que Angélica se torna município, compreende a região que a leste fazia limites com o alto Rio Ivinhema e a oeste com as terras de Deodápolis, que pertencia aos lotes da Colônia Federal de Dourados.

Mapa 1 – Angélica, Mato Grosso do Sul.



Fonte: Mapa da cidade de Angélica – Mato Grosso do Sul- IBGE /
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=50008>

Mapa 2 – Angélica, sua micro região e a distância para com o Rio Ivinhema.

No mesmo ano, 1976, através da lei Estadual nº 3752, de 18/06/1976, foi criado o distrito de Ipezal e anexado ao município de Angélica, é importante frisar que o território de Ipezal não foi colonizado pela CIDAL, mas foi área loteada pela CAND.

Essa análise prioriza um período que vai de 1950 à 1980, pois é na década de 1950 que a Colonizadora Imobiliária Douradense passa a atuar em Angélica, momento em que ocorre intensa migração para a região e na parte final da década de 1976 ocorre a emancipação política de Angélica.

É importante salientar que tal trabalho se insere no campo da História do tempo presente que é “(...) definida pela presença viva dos protagonistas e da memória, ainda interagindo com o tempo do historiador, como testemunhos vivos e dinâmicos do passado” (NAPOLITANO, 2003, p.168).

Para Alberti (2010, p.164), “A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e de escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”. A abordagem no campo metodológico da História Oral encaixa-se nas possibilidades dessa pesquisa, já que propiciou o trabalho com a “história viva” e oportuniza conhecer a memória dos sujeitos históricos participantes do processo histórico.

O trabalho com a história oral despertou fascínio em mim, o contato com os entrevistados ocorreu de forma tranquila, mas ficou evidente que no primeiro momento eles ficavam cautelosos em falar. Diante disso, primeiramente foi feita uma conversa informal visando à aproximação e, em um segundo momento, gravamos os relatos de memória. Ao longo dos relatos houve bastante emoção, houve depoentes, como Leonice Agudo, que choraram ao falarem sobre suas trajetórias de vida, os desafios enfrentados na ida para Angélica, o sonho de ter uma vida melhor, as alegrias e as tristezas que passaram. É importante lembrar que as citações extraídas dos relatos de memórias estão transcritas de forma fidedigna das falas dos depoentes, não respeitando as formas gramáticas corretas, nem a ortografia da norma culta.

A escolha dos entrevistados teve como critério os moradores mais antigos da cidade, aqueles que exerceram protagonismo histórico na colonização e formação do núcleo urbano de Angélica. Quando me refiro aos protagonistas, não estou tratando somente daqueles que possuíam um papel social ou status importante, mas aos diferentes sujeitos, que a partir dos seus espaços sociais se aventuraram por esses “sertões” e foram colaboradores e constituintes da história de Angélica.

Deste modo, foram realizadas entrevistas com os atores históricos que viveram esse processo de Colonização da cidade de Angélica, tendo em vista identificar o papel desempenhado por esses sujeitos.

Neste sentido, Ferreira (2000) ressalta:

A história do tempo presente pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos (FERREIRA, 2000, p. 11).

Portanto, a história do tempo presente é fundamental para essa análise que tem como intuito pensar os indivíduos, sobretudo, os das classes populares enquanto partícipes da sociedade e construtores do espaço social de Angélica.

Tendo como intuito entender a ocupação popular em Angélica, as histórias dos diferentes sujeitos que construíram este espaço, foi adotada a opção metodológica da micro história que tem exercido grande influência na historiografia recente. Neste sentido, os trabalhos que estão sendo apresentados posteriormente à década de 1980 trazem uma nova abordagem, partindo do individual para o coletivo. Assim sendo, a micro história é uma prática metodológica que nos possibilita a apreensão de aspectos que passariam despercebidas em escalas macro analíticas e análises estruturais.

Neste sentido, ao escrever a partir do método da micro análise, os historiadores partem do indivíduo em seu cotidiano, trabalhando o contexto social, ao qual estava inserido. O que permite a compreensão do social em que, segundo Revel (2010), o individual não é oposto ao social, pois o primeiro possibilita a compreensão de aspectos diferentes do último. Assim, o sujeito é percebido como protagonista do processo histórico, sem perder de vista as outras escalas que se inter-relacionam e compõem uma complexa teia da história.

Gomes (2005) faz referência à utilização da micro história nos estudos historiográficos sobre as questões sociais, pois ela “afasta a possibilidade de generalizações e formalizações dos processos sociais”. Para sustentar tal postura, Gomes (2005) ressalta a teoria de autores que trabalham a partir deste viés interpretativo, mostrado como essa nova perspectiva de análise possibilita a visualização de particularidades antes desconhecidas.

Na micro história parte-se dos indícios, da conjuntura, na tentativa de decifrar a realidade. Essa análise é feita por meio de uma observação minuciosa em escala microscópica que

permite ter acesso à experiência de indivíduos e seus grupos, e às suas sucessivas transformações ao longo do tempo. Portanto, o esforço da micro história possibilita perceber as trajetórias de sujeitos históricos aparentemente insignificantes a partir da dinâmica da estrutura social.

Conforme LEVI (1998),

É por meio de diferenças mínimas nos comportamentos cotidianos que são construídas a complexidade social, as diferenciações locais nas quais se enraízam histórias que são elas mesmas irredutivelmente diferentes e nas quais se exprimem as capacidades inventivas dos homens (LEVI, 1998, p. 205).

Deste modo, a análise das mudanças minuciosas das ações dos sujeitos em suas vivências, cotidianamente possibilita trazer a tona às transformações processuais difíceis de serem detectadas em um estudo muito macroscópico.

Segundo Ferreira (2000) a partir da micro análise,

[...] resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares (FERREIRA, 2000, p. 11).

A partir da micro história registraram-se transformações importantes no campo da história, já que esse método permite a redução da escala, que favorece entender as experiências individuais, concretas e locais e relaciona-las com a escala global, possibilitando estabelecer uma rede de relações, que articulam o micro e o macro.

A história oral vem sendo constantemente utilizada nos trabalhos que tem como perspectiva metodológica a micro análise, pois possibilita compreender os diferentes sujeitos. Já que a construção de fontes orais dá visibilidades que os documentos tradicionais não apresentam, a fonte oral nos possibilita mostrar que cada indivíduo é sujeito e ator de sua própria história.

A História Oral surgiu no século XIX, como uma nova metodologia que abordaria a memória dos menos favorecidos, seria, em suma, uma forma de democratização da história que até então flertava com o oficial. Na historiografia brasileira encontramos diversos trabalhos que utilizam a História Oral como método, cabendo aqui ressaltar que não apenas na área de História, como também em outras áreas de pesquisa, pode-se assim atribuir a essa abordagem um caráter multidisciplinar.

Quando trabalhamos com História Oral, também de certa forma lidamos com a memória do narrador que às vezes pode ser individual, coletiva, proibida, oficial, pessoal etc., ou

seja, as lembranças vão de acordo com cada assunto discutido, podendo causar vergonha, felicidade, tristeza, dentro outros expressões de sentimentos. De acordo com Michael Pollak, com relação ao enquadramento da memória:

[...] a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p.10).

Deste modo, a História Oral é um método que foi utilizado de forma a enriquecer a pesquisa, pois por meio das narrativas/entrevistas realizadas com os migrantes, busca-se compreender as motivações que fizeram essas pessoas migrarem para o território que atualmente pertence à cidade de Angélica.

Sendo assim, é válido afirmar também que por meio da entrevista oral é possível perceber vários elementos importantes que estão presentes nas “entrelinhas” como: os silêncios do narrador, o choro, os risos, o tom de voz, as representações e identidades, atentando quando o entrevistado tem certeza ou não de determinado fato, se ele está contando realmente tudo ou esconde algo; essas são algumas possibilidades que esta abordagem metodológica proporciona.

Portanto, os relatos de memória forneceram informações importantes que não teríamos acesso sem eles. Mas em contrapartida é necessário reconhecer seus limites, aqueles que são próprios da memória, sua capacidade de esquecer, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito.

Segundo JOUTARD (2000), essas limitações e fraquezas são tão importantes, quanto às informações verídicas, já que:

Tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam são tão úteis quanto as informações que se verificam exatas, já que elas nos introduzem no cerne das representações da realidade de que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (JOUTARD, 2000, p. 34).

As fontes orais nos permitem ter acesso às experiências não documentadas, as subjetividades dos atores que viveram o processo estudado. Assim, como afirma Portelli, “A fileira

de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita” (PORTELLI, 1997, p. 28). Do mesmo modo, a fonte oral nos possibilita ter acesso a um elemento precioso para o historiador, pois através dela entramos em contato direto com o expositor e suas subjetividades.

Contudo, é importante enfatizar que o depoimento realizado a partir da história oral não é história, e sim uma memória que precisa ser analisada pelo historiador como qualquer outra fonte, já que a produção de um trabalho histórico se relaciona com comparar dados, compreender o contexto, identificar rupturas e continuidades, deste modo, o ofício do historiador está intimamente ligado com a análise crítica e interpretação das fontes.

Joutard (2000), ao tratar da utilização das fontes orais nos trabalhos de história, ressalta “[...] que os historiadores acreditam que a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos é transformar sua memória em história” (JOUTARD, 2000, p. 37).

Deste modo, a história oral nos possibilita pensar os diferentes sujeitos históricos e ainda questionar as teses de passividade dos sujeitos menos favorecidos nos processos históricos. Assim, os migrantes que se estabelecem em Angélica são percebidos como sujeitos autônomos e construtores de sua própria história.

O trabalho está dividido em três capítulos:

O primeiro deles, **“Histórias entrelaçadas: A Colonizadora Imobiliária Dourandense e a Ocupação Popular”** objetivou demonstrar o contexto histórico em que ocorreu a colonização de Angélica, salientando que esse processo de colonização não é um fato isolado, mas havia um projeto governamental com o intuito de povoar todo o centro oeste brasileiro, a Marcha para Oeste. Assim, focou-se a história da Colonizadora Imobiliária Douradense Ltda. (CIDAL), mas sempre relacionando com o contexto macro, os diferentes projetos de colonizadoras que ocorrem na década de 1950 no atual MS. Bem como outras colonizadoras, a CIDAL se utilizou do jornal, rádios como mecanismo de divulgação do empreendimento, essas propagandas apresentavam a região com o “eldorado”, “a terra prometida”. Contudo, a realidade encontrada pelos colonos era permeada por dificuldades, falta de estradas, hospitais, medicamentos. Mas quem são esses sujeitos que se aventuram nestes sertões? Diante dessa questão almeja-se conhecer a história de vida dos diferentes sujeitos que com muita expectativa buscaram em Angélica uma vida melhor.

O capítulo 2, **“Trajetória que fazem história: o cotidiano da ocupação popular”** teve por finalidade entender as múltiplas memórias, e as perspectivas dos diferentes sujeitos a partir dos distintos espaços de poder ocupados por eles. Deste modo, através das fontes orais e

fotográficas buscou-se desvendar os caminhos percorridos pelos migrantes e os dilemas do cotidiano vivenciados ao longo da colonização de Angélica.

O capítulo 3, **“A vila virou cidade: os sujeitos constroem o desmembramento político e administrativo de Angélica”** foi pensando o processo de emancipação político e administrativo de Angélica, através da análise dos documentos oriundos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e identificado à emancipação de outros municípios na mesma data. Assim, foi pensado o contexto macro da região e as causas das emancipações. Além disso, foi ponderado sobre a dinâmica social e política e o papel de Ediberto Celestino de Oliveira.

CAPÍTULO I – HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS: A COLONIZADORA IMOBILIÁRIA DOURADENSE E A OCUPAÇÃO POPULAR

1.1 – A terra não estava vazia: os índios que habitavam o atual município de Angélica

Quanto ao estudo do processo histórico de Colonização de Angélica é importante considerar a presença dos povos indígenas e questionar a tese de espaço vazio.

Neste sentido, o discurso de espaço “vazio” se perpetuou ao longo do processo de ocupação popular em Angélica. Assim, nos relatos de memória, ao serem indagados a respeito da presença indígena na localidade, os depoentes enfatizam que não existiam indígenas na região.

Diante dessa constatação, surgiu a necessidade de adentrar na produção historiográfica sobre as comunidades indígenas que viviam no sudeste do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Deste modo, pesquisas realizadas por Carlos Alberto dos Santos Dutra, Darcy Ribeiro e Gilson Rodolfo Martins apontam a presença de índios Ofaié, no território que atualmente pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul, hábeis caçadores e coletores que habitaram, sobretudo, a região do Vale do Ivinhema.

Os cursos fluviais do estado do Mato Grosso do Sul tiveram um papel fundamental na penetração de diversos povos, uma vez que estes rios estavam interligados. Ao tratar da inserção destes povos no território citado, os rios estaduais são perenes e navegáveis e sempre foram suportes para um intenso tráfego fluvial das populações indígenas e coloniais (MARTINS, 2002, p.12).

No século XVI, ocorreram as incursões não indígenas motivadas pelas disputas territórios entre Portugal e Espanha. Houve o interesse de demarcar o território, ocupar os espaços, e assim impedir que outros adentrassem e ocupassem estas terras.

Segundo Ribeiro (1996), os Ofaiés já viviam na região sudeste do futuro estado de Mato Grosso do Sul nesse período. Esta região é formada por dez municípios, sendo: Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Santa Rita do Pardo e Taquarussu.

cada grupo descoberto, quando um novo retiro de criação era fundado (RIBEIRO, 1996, p. 102).

Para tanto, quando as primeiras colonizadoras chegaram, os indígenas da região já tinham sido dizimados pelos fazendeiros locais. O massacre dos grupos indígenas da região Sudeste do futuro Mato Grosso do Sul esteve relacionado à chegada da Frente de Expansão que em poucos anos reduziu drasticamente grupos pretéritos que habitavam a região. Partindo da perspectiva civilizadora e progressista, de tornar a região economicamente produtiva, esses não indígenas levaram o extermínio dessas sociedades originais.

1.2. - A atuação da Colonizadora Imobiliária Douradense em Angélica

Em 1951, Onziro Aoki, iniciou a venda de lotes na região de Angélica. Segundo os relatos de memória, Aoki teria sido um grileiro que chegou à região após a saída da empresa Companhia Mate Laranjeira⁵ e trabalhou com a vendas de lotes de terra de forma ilegal.

O senhor Raimundo Nonato de Castro Chaves, conhecido popularmente como “Mano”, que é considerado o morador mais antigo da cidade, relatou que em 1952, juntamente com mais quatro homens chegou à região para trabalhar com Aoki na colonização. Ao descrever a respeito de suas primeiras percepções, Raimundo destacou que ao atravessar o Rio Ivinhema encontrou um grande barracão com diversas repartições, ficou sabendo posteriormente que naquele espaço era o alojamento dos trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira, empresa que não estava mais na localidade.

Ao tratar do cotidiano nos primeiros anos vividos na atual Angélica, o mesmo ressaltou o trabalho na derruba das matas e a construção do primeiro campo de aviação nas proximidades do Rio Ivinhema. Mas, lembrou que após um curto período, em 1953, a família Nelder, proprietários da CIDAL, assume a colonização da região.

A respeito da chegada e implantação da Colonizadora, o livro “Angélica – Paixão de um Povo” que apresenta as memórias de “pioneiros” da cidade de Angélica, faz menção à transição de poder entre Aoki e a CIDAL. Neste sentido,

⁵ A empresa Companhia Mate Laranjeira foi fundada na em 1870, posteriormente a Guerra com o Paraguai pelos empresários Tomás Larajeira e Francisco Mendes Gonçalves. Ela exerceu a função de extração da Erva Mate nativa no Sul do Mato Grosso, mas na Era Vargas a empresa passou a ser atacada pela política de varguista que estabelecia a colonização. Diante disso, os contratos de arrendamentos que a empresa possuía com o estado de Mato Grosso não foram renovados, e ela acabou deixado a atividade na região.

Doutor Renê chegou pela primeira vez em 1953 e junto com ele estava João Vermelho, o Ediberto e o Boré. Depois de algumas horas o Renê foi embora, mas o Ediberto, o Boré e o João Vermelho ficaram acampados embaixo de uma árvore próximo ao quintal da casa do japonês Tokostilho Kosini que até tentou convencer os três irem embora, mas não obteve sucesso na empreitada, aos poucos o Renê assumiu de forma irreversível a colonização de Angélica (MASCOLI, GISOATO, BASILIO, 2006, p. 16-17).

Do mesmo modo, ainda pensando o estabelecimento da CIDAL na região de Angélica e a existência de um sujeito que vendia terras anteriormente a implantação da empresa, o Plano Diretor de Angélica faz referência à venda de lotes na localidade: “(...) A Companhia permitiu a instalação, em parte da Gleba em questão, de um grileiro que vendeu muitos lotes rurais de propriedade do governo; isto criou uma situação aflitiva que foi resolvida recentemente de forma satisfatória” (PDA, p. 03).

Portanto, a partir desta concepção teria ocorrido desentendimento e disputa entre Aoki e a família Neder. Contudo, o livro “Angélica História de um povo” apresenta um relato do próprio Renê Neder, um dos donos da colonizadora, a respeito do encerramento das atividades de Aoki no Porto Angélica e início da colonização da CIDAL na área estudada.

Assim, segundo Mascoli e Gisoato (1996) Dr. Renê relata como foi esse processo:

Dr. Renê Neder, nos conta que nesta época morava em Campo Grande, estava com 27 anos, e era Diretor do Departamento de Obras Públicas da Prefeitura Municipal. Lembra que o Prefeito era o Dr. Fernando Corrêa da Costa, o Secretário Geral da Prefeitura, o Dr. Wilson Barbosa Martins. Nessa época a Sra. Erotildes, moradora na cidade de Dourados, comunicou ao Dr. Humberto Neder que a Cia Mate Laranjeira havia deixado a exploração da erva mate na região, disse ainda que a pessoa que tentara colonizar a área, havia fracassado na missão e desistira. Dr. Humberto, ficou muito interessado, conversou com seu pai, Rachid Neder, que na época era comerciante na cidade de Campo Grande, tinha mais experiências em negócios, propôs, uma sociedade no sentido de colonizar a região. A proposta foi feita, a família Neder, criou a CIDAL (Colonizadora Douradense Ltda.), compraram primeiramente uma chácara na região Dourados, mais precisamente na saída para Cuiabá, pelo valor de cinquenta réis, lá foi feito o loteamento da Vila Planalto. Assim, já sabendo da região do Porto Angélica, resolveram comprar um grande lote de terra (...). Através do corretor Pedro Pacheco, tiveram contatos para iniciar o loteamento da região. A CIDAL fez um contrato de cinquenta por cento para efetuar a colonização da área, se comprometendo em fazer o loteamento, conseguir as maquinarias, comandar os trabalhos e, posteriormente, formar um patrimônio. Assim começou o processo de colonização do município, num área de doze mil alqueires (MASCOLI, GISOATO, 1996, p. 53-54).

É fato que a partir de contatos políticos junto à administração estadual, a família Neder que era conhecida, sobretudo em Campo Grande, consegue a autorização para colonizar a região que atualmente corresponde ao município de Angélica.

Os Neder iniciaram os trabalhos de colonização do Porto Angélica, em 1953, bem como as transações comerciais dos lotes rurais. Logo após a venda de grande parte da área rural, surgiu a necessidade da construção de um núcleo urbano. Assim, foi contratado o urbanista Jorge Wilhelm⁶ que elaborou o Plano Piloto de Angélica. Mas, somente em 1961, o povoamento do espaço geográfico escolhido para a formação do núcleo urbano de Angélica ocorreu.

Segundo Barros (2007), no contexto estudado, a formação desta cidade está diretamente relacionada com o fator rural, já que o núcleo urbano surge a partir das necessidades da zona rural, podendo ser considerada um “produto da terra”.

Segundo Barros,

Enxergar a cidade como produto da terra é direcionar o olhar para o aspecto bastante específico de suas origens: cidade simultaneamente povoada por homens provenientes dos campos circundantes e mantida pela produção daqueles que permaneceram no ambiente rural (BARROS, 2007, p. 26).

A influência dos habitantes rurais sobre a formação do núcleo urbano foi considerada de suma importância. Além disso, nenhuma companhia colonizadora se arriscaria a fundar uma cidade sem antes garantir a venda de lotes rurais, logo no início do desbravamento. Já que existiam exemplos claros de involução de cidades causada pelo mau loteamento rural, pela existência de lotes muito grandes ou por falta de condições físicas adequadas.

A colonizadora agia a partir de uma política dirigida de ocupação, que tinha o anseio de angariar recursos com a venda de lotes desse patrimônio que estava em formação.

Neste sentido, CIDADAL tinha também a demanda da legalidade em relação ao estado a ser cumprida, já que o governo exigia ações mínimas das colonizadoras para que houvesse a venda de lotes e a formação de novos patrimônios, como o caso da organicidade do espaço por meio de um plano diretor.

Quando os memorialistas contam a história desse processo de colonização, percebe-se uma única versão da história, salientando somente a importância e influência da colonizadora, deixando de lado a diversidade de histórias dos diferentes sujeitos que se instalam nessas localidades. Estes que a partir de necessidades econômicas e sociais ocupam estes locais e ao longo do tempo passam a construir, destruir e reconstruir estes espaços sociais que não são fechados e acabados e que se transformam diariamente através da vivência cotidiana.

⁶ Jorge Wilhelm, menos de dois anos após se formar em arquitetura na universidade Mackenzie, em 1954 inicia os trabalhos para a elaboração da cidade de Angélica e entre 1955 e 1956 faz o Plano Diretor de Uma Cidade Cafeeira. Fonte: <http://www.abea.org.br/?p=1006>, de 16 de fevereiro de 2014.

Portanto, para além da perspectiva da colonizadora, vamos perceber as formas de ocupação popular e a trajetória de vida dos partícipes do projeto de colonização de Angélica (1950-1980), salientado que o espaço social é construído, sobretudo, pela ação popular, que se utilizava de seus artifícios, como seu ambiente de convívio, seu trabalho, para agir cotidianamente na construção e manutenção do espaço.

Quanto à venda de terras no Porto Angélica, Carmelindo Francisco de Paula salienta como era o trabalho dos corretores:

Os corretores tratava o pessoal que vinha de jacu, jacu é uma ave que tinha aqui no mato, eu cheguei a conhecer ela pessoalmente, um passarinho até bonito, Né e aí eles chamava de jacu, então tinha um lugar a entrada, chegava ali no Golaço mostrava, tinha na onde era o sítio nosso que nós tivemos que compra o direito de um posseiro para pode ficar morando ali no guaçu mesmo, né, é que a terra que nós tinha comprado ficava mais na cabeceira do corgo guaçu, Dr. Renê tomou, falando que a terra não era ali, meu pai perdeu quatro alqueires que tinha pagado para o Zé Maciel derrubar (Carmelindo Francisco da Silva, entrevista realizada em 31 ago. 2012).

Assim, percebe-se uma falta de organização da colonizadora no que diz respeito da venda dos lotes e a posteriori sua documentação. Partindo deste ponto de vista, Waldemar Alves de Oliveira relata como Dr. René estabelecia as negociações. “Ele vendeu as terras, quando o cara queria a escritura tinha que ir lá em Campo Grande e das vez tinha que ficava uma semana lá esperando a boa vontade dele” (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012).

Neste sentido, Carmelindo comentou ao longo do seu relato a falta de comprometimento de René em relação à transferência das terras, salientando as dificuldades que o seu pai viveu para conseguir a escritura das terras que havia comprado. Ele contou que por diversas vezes seu pai procurou René, para fazer a escritura do sítio, mas para consegui-la teve que devolver quatro alqueires à colonizadora, só após essa devolução foi lavrada em cartório a escritura.

Ainda sobre as questões das vendas e documentação dos lotes, Dona Dogenília Vasconcelos de Oliveira, que foi esposa do funcionário da Colonizadora e depois primeiro prefeito de Angélica, Ediberto Celestino de Oliveira, considerado braço direito de René, enfatiza que: “Dr. René era uma pessoa muito boa, para resolver problema dos outros era meio enrolado, mas era uma pessoa boa” (Dogenília Vasconcelos de Oliveira, entrevista 08 jul. 2012).

Portanto, surge aqui um primeiro aspecto a ser observado sobre a CIDAL, a empresa ao longo de seus trabalhos vivenciou conflitos com alguns migrantes, devido à questão de delimitação de seus lotes e documentação.

Ainda tratando do impasse referente à posse de terra, o Jornal *O Progresso* de 23 de abril de 1963, publica o “Edital de Citação” referente ao processo que Miguel Nasser movia uma ação contra a Colonizadora Imobiliária Douradense. No documento em 1953 o Estado de Mato Grosso expediu um título definitivo de uma gleba de terra denominada Serrorito. Mas, em 1960 a Colonizadora Imobiliária Douradense dizendo-se proprietária do lote em apreço, requereu a verificação dos limites da área da gleba. Diante destas condições o juiz Ítalo Giordano, responsável pelo caso, julgou que a Colonizadora Imobiliária Douradense jamais poderia ter requerido a verificação de área deste imóvel que não lhe pertencia.

Diante de tal conjuntura podemos perceber que a Colonizadora Imobiliária Douradense teve impasses com alguns compradores de terra e também com Miguel Nasser, para o qual o estado cedeu uma porção de terra no mesmo período em que a Colonizadora Imobiliária Douradense se estabeleceu na região. Um aspecto interessante é que ainda hoje em Angélica existem muitos terrenos na área urbana sem escritura contendo somente a minuta de compra e venda.

Ao longo da análise do Plano Diretor de Angélica percebe-se um enaltecimento da CIDAL, enquanto propiciadora da civilidade e do progresso, de uma área ainda “não povoada”. Mas é importante ter em mente que o Plano Diretor de Angélica, escrito por Jorge Wilhelm foi encomendado pela família Neder, assim sua abordagem glorifica os feitos da colonizadora e traz uma perspectiva progressista e futurística, não trabalhando os impactos negativos deste processo de transformação e de ocupação e a realidade da população.

Ao se deparar com as obras memorialísticas “Angélica – História de um povo” de autoria de Gisoato e Mascoli (1996) e “Angélica – Paixão de um povo” de Basilio, Gisoato e Mascoli (2006) também foi perceptível a construção de uma memória positiva da companhia colonizadora, uma romantização que acaba contribuindo para reafirma uma posição em que a CIDAL seria a maior protagonista ao longo deste processo histórico, deixando de lado o cotidiano da população que se deslocou para a região. Portanto, as múltiplas memórias e os diferentes sujeitos acabam sendo apresentados como coadjuvantes, ficando muitas vezes esquecidos e pouco referenciados.

Partindo da perspectiva de Thompson (1998), ao longo da análise das fontes venho questionando a tese de passividade das camadas populares, buscando evidenciar a ação desses sujeitos, enquanto protagonistas de sua própria história, sendo agentes motivados por costumes e práticas constantemente repensadas e reformuladas a partir de necessidades e interesses, que diante da realidade afrontam as práticas pertinentes ao universo das classes dominantes.

Neste sentido, não podemos pensar somente a CIDADAL enquanto empresa importante para a construção de Angélica, devido aos seus programas de ocupação dirigida, mas também as pessoas que vieram para esse local e se adaptaram ao novo meio e construíram este espaço a partir de suas realidades cotidianas.

Assim, adentrou-se ao cotidiano dos sujeitos a partir da análise de costumes, para compreender as transformações no que tange as experiências culturais das classes populares.

Thompson, ao fazer sua análise histórica sobre a classe operária inglesa, salienta que:

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições (THOMPSON, 1978, p. 11-12).

O autor em questão traz significativas colaborações para a história social, já que refuta a ideia de que a classe dominante possui poder pleno sobre a sociedade, demonstrando que as classes populares exercem autonomia e resistem em momentos que consideram oportunos. Deste modo, Thompson aborda algumas categorias de análise para alicerçar sua teoria, dentre elas, estão: a de hegemonia e experiência. Estas categorias são fundamentais para compreender a lógica dos movimentos dos trabalhadores ao longo da história e suas inserções na luta de classes.

Negro e Gomes (2006), assim como Thompson, também pensam os sujeitos das classes populares enquanto atores históricos autônomos, e salientam:

Há necessidade de desconfiança diante de qualquer atribuição – a “escravo”, a “popular” ou a “operário” – de um papel histórico subterrâneo, tenaz, alheio ao institucional, às outras classes, às autoridades, à religião e aos governos. Suas histórias não significavam apenas dissenso diante daquilo que, numa relação, vinha de cima; suas “carapaças” culturais não os deixavam imunes a ideologias e à hegemonia das classes dominantes (NEGRO, GOMES, 2006, p. 223).

Assim, tendo em vista as análises de história social, é necessário pensar as relações como não sendo natural, por conseguinte devemos desconstruir os “fatos naturais” e promover uma análise crítica da conjuntura percebendo as relações de poder implícitas ao longo desse processo, dando visibilidade para os diferentes sujeitos, enquanto autônomos e atores de sua própria história.

Pensando a transformação do espaço social em que atualmente corresponde a cidade de Angélica, percebemos que existiram relações de poder, sendo assim, tanto a colonizadora, quanto os colonos exercem poder. Assim, cai por terra aquela perspectiva em que o poder está configurado apenas nas “mãos do Estado” e que o povo acaba sendo oprimido por essa força suprema. Neste sentido, os populares exercem sim relação de poder, eles utilizam de seus artifícios, como ambiente de convívio, trabalho, casa, para agir contra as imposições da Colonizadora Imobiliária Douradense.

Para Foucault (1988), as relações de poder funcionam em rede e não podem ser localizadas em um lugar ou instituição específica, elas são móveis e circulam em cadeia, na qual os sujeitos exercem relações de poder, uns sobre os outros.

Em cada relação entre sujeitos sociais existem relações de poder. Assim, o poder não se configura como uma força central que submete os povos, mas ele está entre os povos, nas ações cotidianas. Está em cada embate de forças por conta do saber, do espaço, nos aumentos e nos constrangimentos de potência, nas inúmeras relações entre os mais distintos agentes sociais. “O poder esse que intervém materialmente (...) se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrante na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder” (Machado, 1979, p.12).

Foucault nos leva a pensar o poder enquanto produtor de realidades, um poder que surge a partir da interação entre indivíduos e que produz maneiras de viver, os saberes, que seleciona e elege o que é importante. Portanto, a partir de Foucault pensamos o poder para além do ponto de vista apenas repressor, mas enquanto produtor do meio em que vivemos. E se essas realidades produzidas se tornam constantes é pelo seu efeito de conjunto, é porque surgem por todos os lados. Há “onipresença do poder (...) porque se produz a cada instante. (...) O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. (Foucault, 1988, p.103)

A construção do espaço da cidade surge a partir da ação humana, das diversas pessoas partícipes desse processo, assim, tanto a colonizadora quanto os colonos influenciaram e construíram a cidade de Angélica. Mas, por vezes, há uma romantização e o enaltecimento do papel da colonizadora e os sujeitos oriundos das classes populares são esquecidos ou pouco lembrados. Esta posição acaba sendo reproduzida e pouco questionada, o que acarreta o perigo de uma única versão da história. Contudo, são os populares, cada sujeito, a partir de suas singularidades e experiências cotidianas que constroem este espaço social, a colonizadora faz

o mínimo possível a partir de política de ocupação dirigida que tinha como intuito angariar recursos econômicos.

Deste modo, é recorrente notar que existem semelhanças nos processos de ocupação popular e a ação das imobiliárias que aconteceram em contexto absolutamente diverso, mas na mesma temporalidade. Assim, como ocorre com a região estudada que se torna alvo de correntes migratórias, as periferias de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte também se enchem de migrantes, movidos pela mesma expectativa, o *Eldorado*.

Neste sentido, Monteiro (2001), ao tratar da Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro, enfatiza que entre as décadas de 1930 e início da década de 1980 a região recebeu uma grande leva de migrantes advindos, sobretudo, do Nordeste e do interior da própria região Sudeste. Ao tratar desses sujeitos, o autor observa que todo esse processo de ocupação e desenvolvimento da região ocorre aliado à ausência de uma política oficial que forneça uma infraestrutura mínima aos moradores. Deste modo, os habitantes destes locais que constroem e mantêm as condições necessárias para a sobrevivência.

Partindo desse pressuposto, o autor pensa a noção de autoconstrução e rede de resolução de problemas práticos para tratar dessa conjuntura, enfatizando que mediante a falta de ações do Estado e das empresas loteadoras, a população acaba tendo que resolver seus problemas no que se refere à construção e manutenção de obras infraestruturais de caráter público.

Essas duas noções também podem ser usadas para pensar o processo de ocupação de Angélica que foi marcado pela ação dos sujeitos que migraram e ao chegarem à região se depararam com o “sertão” e a partir da demanda para sobrevivência na localidade acabam realizando funções que seria dever do estado ou da colonizadora, como: derrubar matas para abertura de estradas, construção de ponte sobre os córregos, a perfuração de poços para a retirada d’água. Todas essas ações percebidas ao longo da construção do trabalho mostra a existência de semelhanças entre esses dois processos de ocupação, em ambos, são os sujeitos que a partir de suas relações cotidianas constroem os espaços de sociabilidade.

Para compreensão das particularidades da vivência ao longo da ocupação de Angélica, é necessário enfatizar a importância das fontes, enquanto ferramenta fundamental na construção do conhecimento histórico. A análise e comparações delas são a base para a realização do trabalho do historiador. De tal modo, sabemos do quão essencial é fazer um trabalho a partir de distintas fontes que tratam a respeito do mesmo assunto, pois propicia pensar o tempo e fato histórico a partir de diferentes perspectivas.

Sendo assim, para construção do trabalho de dissertação estão sendo usadas, conforme é possível ver acima, várias tipologias de fontes, tendo em vista percebermos o protagonismo das classes populares ao longo desse processo de colonização de Angélica.

1.3 - O “paraíso” desenhado *versus* a realidade encontrada

A região Sul do Mato Grosso na década de 1950 se tornou alvo de migração não indígena, uma leva populacional passa a ocupar a localidade, tais pessoas viam este espaço como a terra das oportunidades.

Já para o governo brasileiro a colonização do centro-oeste deveria possibilitar a partir do povoamento a exploração econômica, a incorporação deste “pedaço” do Brasil que se encontrava “vazio” ao mercado capitalista. O governo utilizou os programas de colonização como mecanismo de povoamento e desconsiderou os povos que viviam no local, como: povos indígenas, posseiros e extrativistas da erva mate.

Ao pensar o sistema de colonização brasileiro, Mendes salienta (2012):

A colonização sempre foi utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, que busca encaminhar levas humanas para ocupar espaços com pouca densidade populacional no interior do país.”(MENDES, 2012, p. 201)

Portanto, o processo de colonização dirigido surge como resultado de política governamental, tendo em vista, o povoamento, a valorização econômica e a exploração econômica. Assim, o processo de colonização sempre está associado à migração, que possui muitas causas, podendo elas ser: econômicas, sociais e políticas.

A dificuldade de comprar uma propriedade no seu local de origem fez com que muitas famílias migrassem para Angélica buscando uma vida melhor, tendo como base o trabalho familiar. Como por exemplo, o Senhor Waldemar, que não conseguiu comprar um sítio na cidade que morava e vê a nova fronteira agrícola como oportunidade para adquirir uma propriedade no campo e continuar trabalhando nele:

Nóis tinha um sítio em Estrela do Oeste-SP da irmandade, aí nóis vendeu, aí cada um pegou um rumo, aí eu tinha mais um dinheirinho, falei que ia comprar um sítio, mais lá eu não conseguia comprar porque na época a valorização veio de uma vez, aí sabe, nóis não conseguimos comprar, aí tinha uns vizinhos que tinha vindo aqui com um corretor e compra-

ram, e chegaram falando que gostou daqui, que a terra era boa, então nois vai lá vê, nós veio aqui mês de agosto de 63, nós veio aqui, né..aí tinha o corretor, o kamenguichi, um japonês, trouxe nós aqui, nós ando para vários lugar aí, né e eu peguei e comprei naquele tempo um terreno lá no quarto corgo. (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012)

A família do Senhor Waldemar, assim como outras que habitam Angélica moravam no Oeste Paulista.

Essa região, Oeste Paulista, a partir da década 1940 passou por um período de desenvolvimento econômico marcado pela modernização e pela introdução da industrialização. Neste contexto, técnicas industriais passam a ser utilizadas também na zona rural, o que causa a diminuição de postos de trabalho no campo. Assim, com a falta de trabalho ocorre um movimento migratório para o antigo Sul de Mato Grosso, esse deslocamento é marcado pelo anseio de uma vida melhor e a permanência no campo.

Neste momento de inovação e desenvolvimento econômico no Oeste Paulista, o sonho de adquirir uma propriedade ficou praticamente impossível, já que houve uma valorização das terras da região. Deste modo, a nova fronteira agrícola do Mato Grosso surge como uma alternativa, um local de atração e expectativa, aonde o acesso a terra seria possível.

Já os pequenos agricultores viram na colonização para o antigo Sul de Mato Grosso um meio para aumentar sua propriedade, com a valorização da terra no mercado imobiliário do Oeste Paulista, pequenos proprietários acabam vendendo suas terras e compram uma maior propriedade em um local distante e mais barato. Como, Sr. Gaudêncio Tropaldi que toma essa decisão juntamente com sua família, e vende seus três alqueires de terra que possuía em Jales-SP e compra dez alqueires no Porto Angélica.

No ano de 67, eu vim com uma mudança de um vizinho que também vendeu sua chácara para vim pra cá, gostei do lugar e vendi o pedacinho de chão que tinha lá pra vim embora, e comprei o sitio aqui (...) vim pra cá foi um forma de manter a famia unida trabaiano na terra, por que se ficasse lá ia espalha (Gaudêncio Tropaldi, entrevista 06 jun. 2012).

Ainda tratando das motivações em relação à migração, algumas pessoas migraram em busca de melhores condições de vida na região do Antigo Sul de Mato Grosso.

Além disso, temos o relato do Sr. Domingos Lucas que juntamente com seus irmãos perderam a terra em que viviam naquele contexto do início da ditadura e acabam migrando para Angélica.

Nóis morava na roça em Tupi Paulista-SP , eu o Zé e o Carlito, tando lá aconteceu a revolta de 1964(...) quando João Goulart caiu fora, aquela reforma agrária caiu, com isso na fazenda que nós morava o fazendeiro pegou o poder tudo e mandou todo mundo embora, aí o que nós tinha que fazer, pegar o caminho e ir embora (...) aí meus irmãos cismou de vim para Angélica e eu fui para São Paulo, a maior besteira que fiz, não me acostumei lá, e depois vim morar pra cá” (Domingo Lucas, entrevista em 29 ago. 2012).

Portanto, a migração para Angélica surge como uma alternativa. Para alguns nasce no momento de dificuldade, falta de trabalho, para outros ainda, acontece vinculada ao desejo de conquistar um pedaço de chão. Assim, a colonização de Angélica foi se constituindo como resultado dessa ocupação.

Mas algumas perguntas surgem: Por que a escolha de Angélica? Diante de tantos programas de colonização que ocorreram na região Centro Oeste, sobretudo no antigo Sul de Mato Grosso. Como os colonos conheceram o Porto Angélica e a política de colonização realizada pela CIDADL?

A partir dos relatos percebe-se que os próprios colonos, aqueles que iam se fixando na região, enviavam notícias aos parentes e amigos contando como era o lugar, falavam na possibilidade de adquirir “um pedaço de terra”, e incentivavam outras pessoas a migrarem para Angélica.

A migração envolvendo grupos de indivíduos oriundos de uma mesma cidade, e que já possuíam uma relação de convívio é uma realidade no processo de colonização de Angélica. Truzzi (2008) nomeia esse processo de migração *em cadeia*. Ele ocorre quando uma família migra e fornece informação para os parentes, vizinhos e conterrâneos, que acabam também se fixando no mesmo destino.

Como salienta Manuel Trajano Silva em seu relato: “(...) eu morava em São Bernardo do Campo e vim para cidade de Flórida Paulista, aí esse Mano (cunhado) passou lá e contou como era a vida aqui, aí eu vim com ele” (Manuel Trajano de Oliveira, entrevista 05 jun. 2012).

Além da migração *em cadeia*, outro fator importante foi à utilização da imprensa como mecanismo de divulgação. Assim, jornais e rádios foram meios de propagação do empreendimento.

Conforme Alcir Lenharo:

O rádio permite uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. (...) Efeitos sonoros de massa podem atingir e estimular a imaginação dos rádio receptores, permi-

tindo a integração, em variados tons emissor e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades (1986, p. 40-41).

Quanto à utilização do rádio como mecanismo veiculador de propagandas, Sebastião José Tavares relatou que foi por esse meio de comunicação que descobriu o loteamento da CIDADAL:

Fiquei sabendo quando nós trabaivava lá em Jales, e lá tinha propaganda na rádio do loteamento de Angélica foi localizado, né aí nós soube da propaganda de Angélica, quando começou Angélica, aí nós veio pra cá, logo no início de 67, cheguei aqui tinha dois filho, produzimos mais 6 filho, agora tem oito e to aqui até hoje, trabalhei sempre na roça e ainda trabaio (Sebastião José Tavares, entrevista 02 mar. 2015).

Além do rádio, os corretores que prestavam serviço à CIDADAL também foram importantes no processo de divulgação do loteamento de Angélica. Tendo como intuito à venda, os corretores traziam as pessoas interessadas para conhecerem o lugar.

Existe também um vídeo⁷, que provavelmente também tenha sido utilizado como mecanismo de propaganda nos cinemas, no final da década de 1960. Ele contém um discurso de progresso e desenvolvimento, faz referência à Angélica com sendo um local tranquilo para se viver, ideal para a agricultura, mas onde a industrialização já dava seus primeiros passos.

O vídeo chamado “Angélica”, produzido por Michel Saddi e apresentado por Michel Saddi e Walter Vani, não foi identificada a data de produção, mas a partir das imagens mostradas nele os entrevistados ressaltam que o vídeo foi feito em meados da década de 1970.

Inicialmente o vídeo mostra imagens aéreas de Campo Grande e Dourados falando da fundação da Colonizadora e Imobiliária Douradense Ltda. Saddi relata que em 1951 os irmãos Humberto Neder e Rene Neder iniciaram os seus empreendimentos com os loteamentos do Jardim Londrina, Independência e Maringá, em Dourados, a partir destes primeiros loteamentos a empresa expandiu seus horizontes, então iniciou a colonização de Angélica, contribuindo, assim, para o progresso da região. São mostradas imagens das margens do Rio Ivinhema:

O avanço progride às margens do rio Ivinhema, afluente do rio Paraná, os desbravadores chegam até o porto Angélica (...) os serviços dos colonizadores tiveram início, a região adormecida estava despertando para dias melhores e riqueza maior. Uma pista de pouso para avião foi construída, dando melhor condição aos serviços e desbravamento, funda-se uma fazenda nas margens do Rio Ivinhema, aí surge a sede, o gado e o escritório provisório, muito breve o mapa do estado acentuara uma cidade aonde era mataréu.

⁷ Vídeo “ Angélica” – Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=lvKHHbkbN8> Acesso em: 06 de maio de 2015.

Posteriormente, são mostradas imagens da fazenda, sua sede, jeeps, e também da pista de pouso de avião, a família dos colonizadores chegando no seu avião, em contraposição é mostrada a imagem de um senhor de chapéu, sem um dente.

Fotografia 1- O Progresso *versus* o Sertão



Fonte: Imagens retiradas do vídeo: Angélica

Essas duas imagens são emblemáticas, a chegada do progresso, em contraponto ao atraso em que a região vivia, os colonizadores são retratados com os transformadores do espaço, os desbravadores do mato, que a partir de muito trabalho e esforço constroem uma cidade desenvolvida. Juntamente com a ideia de portadores do progresso. Ressalta-se também a importância da família, “os empreendedores trazem sua confiança ao empreendimento, regozija-se a família, a grandeza do Brasil é feita através dos homens laboriosos, desde hoje contemplam a terra fértil, próspera e livre.”

Em um segundo momento, o vídeo é marcado por imagens que trazem as “benfeitorias” já existentes no local, matas sendo derrubadas por homens, os cafezais sendo capinados, sobretudo, por mulheres e crianças, rebanhos de gado sendo pastoreados, os armazéns de alimentos, bebidas e utilidades abarrotados de mercadorias, a farmácia repleta de medicamentos, a hospedaria, as serrarias e a escola” (Vídeo:Angélica)

Fotografia 2 - O trabalho diário e as benfeitorias existentes



Fonte: Imagens retiradas do vídeo Angélica (1 imagem: homens indo derrubar a mata; 2 imagem: criação de gado; 3 imagem: a lida nos cafezais; 4 imagem: mercearia)

Fotografia 3 – As diversas atividades econômicas



Fonte: Imagens retiradas do vídeo Angélica (1 Imagem: Serraria; 2 Imagem: as casas da serraria; 3 Imagem: Farmácia; 4 Imagem: Olaria)

Todas essas imagens são marcadas por pessoas com semblante de alegria, convivendo em diferentes espaços. Para além disso, a fertilidade do terreno é salientada, onde tudo que se planta dá, “cafezais de plantio milionário, desenvolvimento de um trabalho que precisa ser admirado e respeitado”, a riqueza do solo fértil e a fartura proveniente dele explicaria o progresso. O comércio seria uma marca da modernidade e da qualidade de vida garantida às pes-

soas que viviam em Angélica, as olarias e serrarias garantiam a marcha do progresso e seriam uma segurança para o sucesso do lugar.

Portanto, o vídeo busca mostrar que havia todos os recursos necessários para uma vida agradável e acentuada pelo progresso e desenvolvimento econômico, a prosperidade era certa, no “celeiro da civilidade e progresso.”

Tal suposição, a de que este vídeo “Angélica” tenha sido utilizado como mecanismo de propaganda advém de suas características: Angélica é retratada como “o paraíso”, espaço civilizado, onde existia trabalho em diferentes setores, agricultura, pecuária, comércio e industrial. Espaço atrativo, em que o desenvolvimento e qualidade de vida andavam unidos.

Após a análise de algumas publicações do jornal *Ordem e Progresso*, de Indiana, que circulava no Estado de São Paulo, mais precisamente no oeste paulista, é possível notar a presença de várias notícias sobre a Colonização no Antigo Sul de Mato Grosso, essas reportagens apresentam a região como espaço de civilidade e progresso, a terra prometida.

A matéria “Como povoar Mato Grosso” faz referência à viagem do Tenente Nelson de Oliveira que ao sobrevoar o Sul do Mato Grosso, enfatiza o desenvolvimento da região,

Trinta minutos após deixar P.Prudente, o nosso avião cruzava o Rio Paraná, transpondo assim a divisa entre os estados de S. Paulo e Mato Grosso. (...) quando começa a surgir as primeiras áreas de cultivadas, como que num desafio às matas circunjacentes. Aqui uma casa, ali uma outra, mais ali uma estrada(...) povoar o estado do Mato Grosso para o aproveitamento de suas imensas possibilidades (Por Tenente Nelson de Oliveira, *Ordem e Progresso*, Indiana, 10 de maio de 1951).

É notória nesta matéria, a busca por mostrar a possibilidade do desenvolvimento do empreendedorismo no Sul de Mato Grosso, sobretudo a partir das colonizadoras, que para o autor são fundamentais para o povoamento deste extenso território.

Neste sentido, o mesmo salienta o papel desempenhado pela colonizadora Cia. De Viação São Paulo Mato Grosso, quanto à contribuição para o desenvolvimento da região da atual Bataguassu. Para ele, as benfeitorias realizadas pela empresa contribuíram para a vinda de colonos à região. Assim, o autor ressalta o papel das demais colonizadoras quanto ao povoamento do Sul do Mato Grosso, citando que as empresas praticamente financiava a vinda dos colonos, vendendo os lotes parcelados, construindo estradas, hospitais e escolas, construindo os vilarejos.

Ao fazer a análise desta material, a primeira pergunta que surge é: Afinal, quem é Tenente Nelson de Oliveira, que aparece assinando várias matérias no jornal *Ordem e Progresso*

tratando de colonização no Sul de Mato Grosso, sobretudo em Bataguassu? Nelson Verlangieri d'Oliveira é genro e assessor do fundador de Bataguassu, Dr. Jan Antonin Bata, oficial da marinha, trabalhou com o sogro e exerceu grande influência junto aos governos federal e estadual, por isso em suas matérias ele sempre ressaltou o papel exercido pelas colonizadoras enquanto fundamentais para o progresso do Sul de Mato Grosso, enfatizando e propagandando a Cia. De Viação São Paulo Mato Grosso, que era de propriedade de seu sogro.

Outra notícia do jornal *Ordem e Progresso*, sobre colonização, tem o seguinte título: “Lavrador deseja viver 120 anos?”

Essa propaganda aborda a oferta de lotes em Bataguassu, mas para isso é usada a imagem de uma senhora, dona Maria Leme, que seria moradora de Bataguassu e possuiria 120 anos. “Lavrador deseja viver 120 anos?”, a matéria faz referência a fertilidades das terras do Sul do Mato Grosso, dos preços baixos dos lotes e ainda ressalta a longevidade que a população da região possuía, convidando assim, as pessoas a abandonarem os locais em que viviam e se mudarem para Bataguassu, terra produtiva, onde se pode ter uma vida tranquila e longa.

Fotografia 4 – A fertilidade e a longevidade encontrada em terras mato-grossenses.



Fonte: Jornal “*Ordem e Progresso* – folheto de propaganda da organização Bata na Zona Sorocabana”, Redator Otavio do Amaral Motta, Num. 27, Indiana, SP, junho de 1950.

É importante perceber que as diferentes colonizadoras que existiram na região Sul do Mato Grosso se utilizavam de um discurso parecido: o Sul de Mato Grosso estaria em pleno desenvolvimento, as empresas colonizadoras seriam as “mães” desbravadoras que derrubaram

as matas, construíram estradas, escolas e hospitais. Enfim, as construtoras do progresso, com terras férteis, “vazias”, esperando trabalhadores ávidos.

Por meio dessas propagandas as empresa colonizadoras conseguiram chamar a atenção dos indivíduos para migrarem para o Sul do Mato Grosso.

O Sul do estado de Mato Grosso foi um dos espaços mais procurados por empresas de colonização particular, essas empresas compravam terras consideradas devolutas, e as revertiam em lotes e às vendiam para pequenos lavradores. Este formato de colonização estava voltado para a obtenção de lucros. Portanto, essas empresas particulares estabeleceram uma colonização econômica, buscando angariar alta lucratividade a partir da venda de lotes.

Ao longo da pesquisa ficou perceptível que a busca pela terra/propriedade e o desejo de se manter na zona rural influenciou a vinda de muitos migrantes para Angélica.

Apesar de o Plano Diretor de Angélica ter sido elaborado em 1956, em 1961 o espaço geográfico escolhido para a formação do núcleo urbano de Angélica ainda era um “sertão”, coberto por mata praticamente fechada.

Portanto, a população de Angélica estava concentrada, sobretudo, na zona rural, a maioria dos migrantes procuraram se estabelecer em pequenas propriedades rurais.

Silva (2003) faz referência às dificuldades em realizar o povoamento do Sul de Mato Grosso, salientando a necessidade de homens que tenham coragem de enfrentar as adversidades de um lugar distante dos grandes centros, “O problema máximo, portanto, é o elemento homem. É necessário adensar a população, atrair à fronteira elementos novos que se entreguem com denodo as lutas agrícolas” (SILVA, 2003, p. 183-184). O mesmo autor, enfatiza ainda a dificuldade de transporte na região, “o sistema de transporte em costas de cavalos e muares”.

Neste sentido, o senhor Carmelindo Francisco de Paula relata as dificuldades encontradas para chegar à região:

Chegamos aí na barranca do Rio Ivinhema dia 1 de outubro de 1955, na época pra gente fazer esse trecho do vitão até a barranca do rio não tinha estrada a mudança que nós trocamos bagaçô tudo, quando nós chegemo aí não tinha barça para cruzar o rio, tinha um pranchas que era feita com tambor, aí a gente ponhava a mudança em cima e travessava, porque o caminhão não travessava (Carmelindo Francisco de Paula, entrevista 31 jun. 2012).

Ainda tratando do transporte Silva (2003), salienta a necessidade de construção de uma infraestrutura convidativa, “Só depois de provida caminhos e estradas, é que passaria a

zona a receber os demais benefícios. Viria então o homem do nordeste e o europeu, a quem necessariamente se dariam os elementos de primeira instalação e terras para o trabalho.” (SILVA, 2003, p. 191). Deste modo, é ressaltada a falta de vias de ligação do Sul de Mato Grosso com outras partes do Brasil, e enfatizada a necessidade de construção de estradas, linhas férreas, que contribuiriam assim, para o progresso e a migração.

Silva (2003) comenta ainda sobre a necessidade do desenvolvimento da agricultura e a pecuária, chegando a fomentar a possibilidade de um despovoamento, se a agricultura não fosse desenvolvida. Assim, ele salienta a necessidade de “não se permitir que se mantenham na fronteira os latifundiários prejudicando o povoamento do solo.” (SILVA, 2003, p.191). De tal modo, só a partir de pequenas propriedades que tenha como base a agricultura iria ocorrer de fato o povoamento do Sul de Mato Grosso.

Ao analisar o processo de ocupação do Sul de Mato Grosso é perceptível um discurso em que a região seria o “celeiro do progresso”, “o espaço vazio” a ser ocupado, o “incivilizado” a ser “civilizado”. Deste modo, as empresas colonizadoras seriam as responsáveis por transformar a região através do capital em um espaço de progresso e civilidade.

Esse discurso acaba sendo empregado, sobretudo pela imprensa, e se torna uma agente transformadora de imaginários, o que “era vazio” passa a ser visto como espaço de progresso e desenvolvimento, e as empresas colonizadoras passam a ser vistas como grandes gestoras dessas mutações.

Assim, a CIDAL aparece como grande construtora da história de Angélica, aquela que transformou o “matagal” em cidade, e por isso seus donos merecem todas as pompas e honras. Deste modo, são desconsiderados a existência de outros partícipes e discursos envolvidos no processo de construção deste espaço.

A região passa a se desenvolver a partir do trabalho transformador da CIDAL, Angélica é ressignificado e vai ser associado ao “Eldorado”, “a terra prometida”, onde a prosperidade é uma certeza, a fartura das plantações em abundância, todas essas características são associadas à ideia de progresso.

Apesar do discurso empregado pela empresa colonizadora, que ressalta progresso e desenvolvimento da região a partir da sua ação, o trabalho duro de transformação do espaço foi realizado pelos diferentes sujeitos que migraram para região e com muitas dificuldades permaneceram nela e a transformam, conforme relata a senhora Leonice Agudo:

Cheguei, olhava pra todo lado só via mato, eu vim no ano de 1962 (...) no início a gente desceu um carreado, que fazia fundo do nosso sítio aonde a gente ia ficá que já tava dois alqueire limpo, depois aí passamo pra nossas terras, ali nós dividiu a casa com dois amigo, vizinho que veio de lá (Dracena) para construir casa para família que ia chegar, aí a gente começou a mexer com roça, plantar, limpar (...) com quatro ano e pouco meu marido faleceu, eu fiquei com duas criança, a estrada para vim na cidade era longe foi aberta a braço, a gente ia levar comida para os homem que esta abrindo os caminho, foi muito dificultoso, muito pesado o serviço, na cidade só tinha um pedaço de rua lá em baixo, encobrida por colinhão, aonde tinha só dois buteco, quando não tinha que ir longe, lá em baixo perto do rio para fazer compra grande, lá no bolichão, foi muito difícil essa época, recurso para doença não tinha. No sítio tinha muita gente, tinha muita gente abrindo o sítio, mas a cidade era assim, era precária, com o passar do tempo foi evoluindo, crescendo, pondo mais armazém (Leonice Agudo, entrevista 30 ago. 2013).

Portanto, percebe-se que as transformações do espaço de Angélica são resultados do trabalho dos homens e mulheres que migraram na busca de uma vida melhor, morando em condições precárias, e que na lida diária realizaram ações que propiciaram a construção de um novo espaço, uma cidade.

Quanto ao discurso de progresso e desenvolvimento econômico empregado pela CIDAL convidando pessoas a migrarem para a região, Aparecido Figueiredo relata que:

Meus pais vieram pra cá, aquela história da maioria das primeiras pessoas que vieram prá cá né, aquela visão de que São Paulo a terra estava cansada, que a terra já estava ruim e não produzia mais nada, aqui tinha a história do eldorado, com cachos de banana enorme aquelas propagandas todas, e eles mudaram, viemos do interior de São Paulo de Tupi Paulista, né e viemos para cá em 1963, este ano vai fazer então cinquenta e dois anos, quando chegamos fomos para o bairro São João, e depois mudamos para cá próximo da cidade, nós trabalhávamos com lavoura, aliás até hoje meus pais trabalham na roça, até hoje tem uma chacinha mexendo, já com 85 anos (...) eu com sete anos, eu me lembro de tudo, né da minha infância, a gente teve uma vida sempre muito miserável aqui, primeiro porque somos uma família de 10 irmãos, e você chega aqui em Angélica, a cinquenta e tantos anos atrás, 10 irmãos, vivendo da agricultura, quando você produzia não tinha preço, é foi uma vivencia de muita miséria mesmo, eu lembro muito bem disso, vivemos muita dificuldade, muita, muita mesmo (...) (Aparecido Figueiredo, entrevista 03 fev. 2015).

Diante do relato é notório que a realidade encontrada pela família do Senhor Figueiredo foi bem diferente do “eldorado”, o sonho de uma vida melhor, de uma terra fértil ideal para agricultura, acaba sendo frustrado e ficando apenas no campo da propaganda, já que a família passou por muitas dificuldades.

Assim, a expectativa de uma vida melhor no “eldorado” do “sertão”, terra de oportunidades, dá lugar a uma luta diária para sobrevivência, a necessidade de derrubar o mato e transformá-lo em local fértil para a agricultura, fazer estradas para o transporte do produto

agrícola. Estas são características comuns a estas pessoas que migram para Angélica. Conforme percebemos também no relato de Manuel Pereira da Silva:

Lá em São Paulo, na roça a lavoura de café que nós tocava tava vencida o patrão queria plantar pasto, então lá nós não tinha propriedade, tinha propriedade aqui aí o finado meu pai falou, oh você não quer ir para o Mato Grosso, lá para Angélica, naquele tempo aqui era Mato Grosso, não Mato Grosso do Sul ainda, né ve se você abri o sítio lá com o Zéquinha - Zéquinha era meu cunhado - aí eu peguei e vim pra trabaia na agricultura (Manuel Pereira Da Silva, entrevista 02 fev. 2015).

Percebe-se que a migração surge como alternativa, já que o senhor Manuel não possuía trabalho na cidade em que morava. Assim ir para a Angélica era uma opção encontrada para continuar trabalhando no meio rural e viver da agricultura. Ao chegar ao local à primeira atividade realizada foi à derrubada do mato, e posteriormente começar a plantar.

Pensando as dificuldades encontradas no local o senhor Carmelindo Francisco de Paula, que veio para a região em 1955, enfatiza que nos primeiros anos de ocupação não existia comércio no local, havia apenas uma balsa que passa pelo Rio Ivinhema comercializando, “naquela época aqui era tão difícil as mercadorias viam por água demorava 30 dias para ele passar, aqui tinha pouca família, era só mais no Guaçu, era tudo mato, inclusive aonde hoje é a cidade de Angélica” (Carmelindo Francisco de Paula, entrevista em 31 jun. 2012) .

Neste sentido, a população aguardava a chegada da balsa para realizar suas atividades comerciais, a falta de estradas criava uma dependência da navegação no Rio Ivinhema e era por meio dele que a balsa chegava à região. A chegada da balsa era um momento muito aguardado e festejado, já que ela demorava cerca de trinta dias para vir. Portanto, a dificuldade de acessibilidade, a falta de estradas fazia com que o Rio Ivinhema fosse muito utilizado, no princípio da história de povoamento de Angélica, para o transporte de mercadorias.

É marcante nas falas dos depoentes a não existência de estradas, mas sim a existência de “trieiros” e por meio deles os caminhões conseguiam chegar à região, por conta das condições encontradas nestes percursos as viagens era longas e muito perigosas, conforme relata Leonice Agudo:

Sáimos de Dracena viemos pra cá, uma estrada muito ruim, era tudo terra, muito areião, mato dos dois lados, depois que atravessou do rio, vim com muito sufoco, e muito medo, porque tinha que atravessar na barsa, em Pitácio a gente travessou na balsa e depois que atravessou pra cá no Mato Grosso a gente só passou em mato, a estrada era muito estreita, muito areião, as veiz faltava água, a gente parava no corguinho para tomar água e lavar o rosto, era dois dia, dois dia e pouco para chegar aqui de tão ruim que era as estradas, bura-

cada, e muita árvore na beirada da estrada, cheguei olhei para todo lado só via mato (Leoni-ce Agudo, entrevista 30 ago. 2013).

Ainda sobre as dificuldades com as péssimas estradas, em 1976, posteriormente à emancipação política de Angélica, percebe-se que a população continua sofrendo com falta de infraestrutura nas rodovias, o que dificulta no escoamento de safras. A notícia abaixo, “Rodovia Angélica-Vitor, Conclusão prevista para o Mês de Agosto”, retirada do Jornal *O Estado de Mato Grosso* de 4 de junho de 1976, retrata que mesmo duas décadas depois das primeiras ações da CIDAL em Angélica, as estradas continuavam sendo um problema na vida cotidiana da população.

Fotografia 5 – Rodovia Angélica à Vitor



Fonte: *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá, 4 de junho de 1976

Na matéria faz referência ao encascalhamento do trecho Angélica-Vitor, que estava previsto para agosto de 1976, e esta obra contribuiria diretamente para o escoamento de safra da cidade de Angélica e cidades vizinhas, para além do encascalhamento seriam construídos pontes e bueiros, todas obras feitas pelo governo estadual.

Ainda hoje não existe asfalto entre as rodovias BR-267 Angélica – Vitor, a ponte sobre o Rio Ivinhema ainda é de madeira, e devido a sua idade e o grande fluxo de caminhões e

máquinas agrícolas, a ponte sempre está quebrada, dificultando a vida dos trabalhadores e o escoamento das safras.

Portanto, cerca de seis décadas depois do início do processo de colonização de Angélica, os problemas com estradas ainda persistem, logicamente os anseios são outros, hoje se questiona a falta de asfaltamento da rodovia da BR-267.

Pensando ainda as dificuldades encontradas ao chegar à região, Dogenília Vasconcelos de Oliveira relata que:

(...) eu não gostei eu não queria vim, foi triste de mais a vinda pra cá, mais porque eu achava que meus filho tinha que estudar, eu morava em Campo Grande o Lincoln tinha seis anos e a Ninha tinha 7, aí já pois os dois na escola em Campo Grande estudou voltou pra lá ficou 2 anos na casa da minha sogra pra estudar, quando cheguei aqui era só mato, só mato, só tinha um trieirinho(...) Ediberto veio pra cá pra trabalhar (...) a ponte do ouro verde eu ajudei ele fazer e aguentava, né, carregava madeira pra ele na onde ele tava trabalhando, trabalhei bastante, por isso que eu nunca gostei de Angélica, sempre foi muito sofrido, pensava que meus meninos tinha que estuda, sempre falei para ele pra irmos embora (...)(Dogenilia Vasconcelos de Oliveira, entrevista 08 jul. 2012).

Ao analisar os diversos depoimentos a respeito do processo de migração percebe-se que o sonho de uma vida melhor por vezes se contrapõe com muitas dificuldades, falta de infraestrutura, perda de colheitas e falta de alimentos.

Assim sendo, “num processo de colonização supõe-se um desejo e uma esperança. O desejo é socialmente produzido e a esperança é posta à prova dia a dia (...)” (SANTOS, 1993, p. 200).

Deste modo, essa percepção nos faz refletir acerca dos anseios que são produzidos a partir da dinâmica social. As propagandas, por exemplo, de uma terra da oportunidade, onde o progresso era certo foram recebidas e incorporadas pelo sujeito que estava descontente com seu trabalho, o local em que vivia, sua condição financeira e social. Ele encontra nesse discurso a oportunidade de construir uma nova história e migra com a finalidade de ser um vencedor, mas se depara com grandes adversidades, e passa a vencê-las diariamente, a partir da sua vida cotidiana.

1.4 - Vem de longe, vem vindo, caminhando e construindo, até chegar aqui

Antes mesmo dos primeiros colonos se estabelecerem nas terras de Angélica, a região já tinha sido explorada pela atividade da extração vegetal da erva-mate, pela Companhia Mate Laranjeira, que trouxe para a região inúmeros trabalhadores paraguaios.

O Plano Diretor de Angélica (PDA) faz menção à exploração dos ervais por parte da Cia. Mate Laranjeira e salienta a presença de paraguaios na região:

Historicamente a gleba é o centro duma vasta região em que a Cia. Mate Laranjeira colhia a erva mate que se encontrava em estado natural [...] a Companhia abandonou sua atividade nesta região durante o governo Dutra, depois de 62 anos de exploração intensiva. Lembram atualmente esta exploração econômica: a existência do Porto Angélica, barranco duns 8 mts, sobre o Ivinhema, até onde chegavam as “chatas” da navegação fluvial; uma estrada que ia a Dourados, atualmente abandonada e praticamente fechada pelo mato. A Mate Laranjeira trouxe para exploração da região, grande número de paraguaios mestiços de guaranis, estendendo até o Ivinhema a faixa fronteira onde são encontrados. (PDA, 1956, p.2).

Assim como no PDA, nas entrevistas realizadas com migrantes que se estabeleceram nas terras de Angélica surgem falas a respeito da presença dos paraguaios. Como é o caso, de o senhor Waldir Basílio de Lima que relata,

A nossa região teve muito paraguaio mesmo na década de 60 eu tive contato com muitos paraguaios, eu morei junto com a paraguaiada, morei assim entre aspas, fiquei muito dentro das matas com os paraguaios, porque eu tinha muita amizade com essa paraguaiada toda, né junto com as derrubadas (Waldir Basílio de Lima, entrevista em 27 set. 2012).

O depoente salientou ao longo de sua fala a função de extrema importância desempenhada pelos paraguaios nas derrubadas de matas e na abertura de estrada no interior da Gleba.

Outro depoente, Figueiredo, também salienta a existência de paraguaios na região quando chegou:

Existia algumas pessoas de origem paraguaia, chamavam eles de nativos, de indígenas que exploravam a erva mate aqui no bairro macaco, tinha se muita erva mate ainda, um pouquinho antes teve a presença da companhia Matte Laranjeira, da Companhia Matte Laranjeira, mas muito pequeno, eu acho que era muito pouquinho o número de paraguaios, não chegou a ter nenhum problema, porque o número era muito reduzido (Aparecido Figueiredo, entrevista em 03 fev. 2015).

Para o depoente, esses paraguaios seriam remanescentes dos trabalhos nos ervais e teriam ficado na região mesmo após o término da atividade extrativista por parte da Companhia Mate Laranjeira.

Dona Antônia da Costa de Paula no relato de memória cita as suas andanças com o seu pai e também faz referência à existência de paraguaios na região onde hoje se encontra a cidade de Angélica. “Nóis andou, andou e chegemos em um lugar onde os paraguaio estavam fazendu mate, hoje é comprado”(Antônia da Costa Silva, entrevista em 31 ago. 2012).

A partir de tais vestígios históricos fica evidente que houve intensa participação dos paraguaios no processo de transformação da paisagem de Angélica, com o passar do tempo, o que era mato torna-se área de cultivo, e surge também a cidade. E os paraguaios, juntamente com os outros migrantes trabalharam para que Angélica se tornasse uma cidade.

Neste sentido, migrantes oriundos de vários lugares do país se estabeleceram nas terras de Angélica. O PDA relata sobre o movimento migratório, bem como as origens daqueles migrantes:

Notadamente do Nordeste. É curioso notar que apenas 20% dos habitantes são Matogrossenses. A composição da população indica a presença marcante de Pernambucanos, Baianos e Paulistas. É interessante notar que estes vêm em geral da zona pioneira do café. Cidades novas como Dracena, Andradina, Tupã, Marília, Lucélia, Presidente Prudente, Presidente Epitácio, etc. (PDA, 1956, p. 3)

Portanto, os migrantes vindos para Angélica são, sobretudo, paulistas, nordestinos, e ainda aqueles que já estavam na região, como as populações remanescentes da Companhia Mate Laranjeira, os indígenas e os paraguaios. Mas, quando se fala em colonização da mencionada localidade, logo há uma associação com paulistas. Contudo, povos de outras regiões tiveram grande expressividade na ocupação destes espaços, dentre esses, estão os nordestinos. Nesse sentido, é importante salientar que muitos dos que se declaram paulistas, na verdade são nordestinos que “passaram” por São Paulo, uma questão de identidade e relações de poder.

Neste sentido, Albuquerque Jr. (1999), ao tratar do Nordeste, aponta a necessidade de se pensar os estereótipos em relação a esta região, na tentativa de desconstruí-los, mas sempre tendo cautela para não incorrer no erro da “inversão da flecha”. Portanto, não queremos menosprezar a participação dos paulistas na colonização de Angélica (estes que são mais conhe-

cidos enquanto povoadores). Mas buscamos dar voz a outros grupos, advindos de outras localidades, que também participaram do processo de colonização.

O senhor Manuel Pereira da Silva, baiano, ressalta que deixou sua terra natal no ano de 1943, quando ainda tinha apenas 3 anos, foi para a região de Jales com toda a sua família, mas em 1966 migra para Angélica, “Eu fui criado na região de Jales, Santa Fé do Sul por ali e com 24 anos de idade eu vim pra cá, eu sai da Bahia com 3 anos, não me lembro quase nada da Bahia” (Manuel Pereira da Silva, entrevista realizada em 04 mar. 2015).

Ao pensar o processo de migração no Brasil, é relevante perceber a expansão da fronteira agrícola que vai ocorrer ao longo do tempo. Conforme ressalta Demétrio (2013) na década de 1920 a região do Oeste Paulista era ser conhecida como a nova fronteira agrícola brasileira, e uma grande leva de migrantes vai para a região,

Esse processo, posterior a 1920, marca a ocupação sistemática da região, através da expansão da fronteira agrícola, definindo a demarcação de terras privadas e devolutas, (...). Nesse movimento, destacam-se as expropriações de terras, as ações dos grileiros, das companhias ferroviárias e de colonização (...) (DEMÉTRIO 2013, p.5).

Portanto, o Oeste Paulista se torna alvo de companhias colonizadoras e investimento em infraestrutura, iniciativas que visavam o povoamento dessa região.

Mas a partir da década de 1940 vai haver uma nova fronteira agrícola, com o programa “Marcha para Oeste”, os estados de Goiás, Mato Grosso e Amazônia passam a ser o novo “espaço vazio” a ser ocupado. E em decorrências de falta de trabalho, falta de condição de compra de uma propriedade no Oeste Paulista, já que a região havia passado por um processo de valorização, famílias como a do senhor Manuel percebem no Mato Grosso um novo recomeço, o novo “Eldorado” a ser descoberto. Então, aqueles migrantes que primeiro vão para o estado de São Paulo realizarão um novo deslocamento.

Neste sentido, Sebastião Tavares relata que logo quando deixou Pernambuco morou em Jales-SP e só depois migrou para Angélica. Conforme salienta: “eu nasci no distrito de Jucati, município de Galiunis, pernambucano, eu vivi lá até os quinze anos aí mudei para cidade de Jales fiquei lá até 1965, em 65 eu casei, aí vim para Angélica em 67 e to aqui até hoje(...)”(Sebastião Tavares, entrevista em 02 mar. 2015).

Senhor Sebastião aos quinze anos deixou sua família para traz e na companhia de um amigo foi para o estado de São Paulo buscar uma vida melhor, sempre se dedicou ao trabalho

braçal na lavoura, mas que estava difícil o emprego, então após o seu casamento resolve se mudar para Angélica.

Assim, percebemos que as trajetórias desses sujeitos são marcadas pelo deslocamento, a expectativa de uma vida melhor e o trabalho no ambiente rural.

É interessante pensar, também, que muitos desses colonos que vieram para Angélica têm sua origem Paulista, mas seus pais eram nordestinos que migraram para o Estado de São Paulo nesse período de expansão da fronteira agrícola brasileira, como ocorreu com a família do Aparecido Figueiredo que nasceu em Tupi Paulista, só que seus pais são baianos e acabaram migrando para o estado de São Paulo.

Ainda analisando a origem da população de Angélica utilizo as fontes eclesiásticas, especificamente o livro de registro de matrimônios, da Paróquia São Pedro Apóstolo, da cidade de Angélica, dos anos de 1979 e 1980.

Martins (2009), ao fazer referência aos lugares de pesquisa cita a importância dos arquivos eclesiásticos, salientando que “responsáveis por registros paroquiais, processos e correspondência da Igreja Católica, que ganham particular importância para o historiador” (MARTINS, 2009, 294), os arquivos eclesiásticos são importantes para entendermos os padrões demográficos das populações do passado.

No ano de 1979 houve 65 casamentos, enquanto que em 1980 foram 82 uniões, sendo assim, um total de 294 pessoas se casaram ao longo deste período na paróquia de Angélica. Deste modo, será analisado a partir da tabela abaixo, o estado aonde nasceram às pessoas que se casaram ao longo desse período, na Paróquia São Pedro Apóstolo. Conforme é possível observar na tabela:

Tabela 1 - Casamentos religiosos entre 1979/1980

CASAMENTOS REALIZADOS DE 1979/1980		
PARÓQUIA SÃO PEDRO APÓSTOLO – ANGÉLICA		
Estado	Número de Pessoas	%
São Paulo	131	44,50
Mato Grosso	40	13,60
Paraná	23	7,82
Alagoas	22	7,48
Bahia	17	5,78

Sergipe	16	5,44
Ceará	16	5,44
Minas Gerais	14	4,76
Pernambuco	12	4,08
Espírito Santo	3	1,02
Total	294	100%

Fonte: Dados encontrados na Paróquia São Pedro Apóstolo, Angélica, livro de matrimônio dos anos 1979 à 1980.

Vale ressaltar que não foram analisados anos anteriores, devido à dificuldade de acesso aos documentos, pois somente em 1979 a Igreja de São Pedro Apóstolo passa a ser paróquia. Os livros tanto de batismo, quanto de matrimônio anteriores a este período estão na Paróquia de Ivinhema-MS, e não foi possibilitado o acesso ao acervo.

Quanto aos dados levantados, das 294 pessoas que se casaram em 1979/80, nos registros do livro consta que um total de 131 pessoas nasceram no estado de São Paulo. Portanto, 44,50% das pessoas que se casaram na Igreja Católica ao longo desses dois anos eram paulistas, enquanto apenas 40 pessoas, isto é 13,60% haviam nascido em Mato Grosso.

Ainda, ao analisar a média de idade a partir de dados dos registros matrimoniais é importante observar que no sexo feminino a média de idade é de 15 à 25 anos, já no sexo masculino a média é de 25 à 35 anos. Neste sentido, é necessário considerar que a região passa a ser povoada por não-índios, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1950, tal realidade nos faz entender que apenas 13,60% das pessoas que se casaram na igreja católica nasceram na região.

Para além dos dois estados já citados, entre as 294 pessoas existiam paranaenses, alagoanos, pernambucanos, baianos, sergipanos, cearenses, mineiros e capixabas.

Portanto, a partir da tabela percebemos uma hegemonia Paulista em relação à origem das pessoas que se casaram na igreja católica 1979/1980, em Angélica. Contudo, a maioria das pessoas que se casaram na igreja, esses totalizam 163 pessoas são pertencentes a outros estados, enquanto 131 pessoas são paulistas.

Em seguida temos mais uma tabela, essa mostra a divisão de número de pessoas por região.

Tabela 2 - Região originária das pessoas que se casaram na Paróquia São Pedro Apóstolo, Angélica.

DIVISÃO POR REGIÃO		
REGIÃO	NÚMERO DE PESSOAS	%
Sudeste	148	50,34
Nordeste	83	28,23
Centro-oeste	40	13,60
Sul	23	7,82
Total	294	100%

Fonte: Dados encontrados na Paróquia São Pedro Apóstolo, Angélica, livro de matrimônio dos anos 1979 à 1980.

Vale destacar a presença das pessoas de origem nordestina, ao realizar uma análise por região, nos deparamos com o resultado, 83 pessoas, das 294, isso significa 28,23 % nasceram em estados da região nordeste.

No ano de 1977 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica-MT, ao pesquisar os arquivos da instituição tive acesso às fichas cadastrais dos filados que possuem o F como letra inicial do nome, de ano 1977 à 1980 foram cadastrados 56 filiados, destes:

Tabela 3: Naturalidade dos filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica:

Naturalidade dos Filiados do STR, 1977/1980		
Estado	Número de pessoas	Porcentagem
São Paulo	15	26,78
Minas Gerais	8	14,28
Paraná	4	7,14
Mato Grosso	8	14,28
Ceará	7	12,5
Bahia	5	8,92
Pernambuco	3	5,35
Sergipe	2	3,57
Alagoas	2	3,57

Paraíba	2	3,57
Total	56	100%

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica, ficha cadastral dos filiados de 1977/1980.

Percebemos que os paulistas e nordestinos são a maioria em relação ao filiados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que possuem o nome com a letra inicial F, a escolha deste grupo, pessoas que possuem a inicial do nome F, se deu por conta da quantidade de fichas que o sindicato possui, são mais de 4000 fichas, por isso foi escolhido apenas um pequeno grupo. Vale salientar a importância dessa organização para os trabalhadores rurais de Angélica, aspecto que será analisado no segundo capítulo.

Tabela 4 - Região original dos Filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica-MT/MS:

Origem dos filiados ao STR por região 1977/1980		
Região	Número de pessoas	Porcentagem
Sudeste	27	48,21
Nordeste	21	37,5
Centro-oeste	8	14,28
Total	56	100%

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica, ficha cadastral dos filiados de 1977/1980.

Consequentemente, a partir dos depoimentos e documentos (eclesiásticos, fichas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Angélica e PDA) percebe-se que a origem da população que migra para o Porto Angélica é em sua maioria paulistas e nordestinos.

É possível concluir a partir das considerações expostas acima que a Colonizadora Imobiliária Douradense Ltda. exerceu importante papel na ocupação não indígena do território que corresponde à Angélica. A partir da política de divulgação através de propagandas a empresa conseguiu atrair para região colonos, sobretudo advindos de São Paulo e Nordeste. Eles compraram lotes e migraram para a localidade. Mas se depararam com uma conjuntura repleta de dificuldades e a sua maneira acabaram tendo que criar mecanismo para sobreviver nos “sertões”, diante da falta de políticas do estado e da colonizadora que sanassem as problemáticas

locais, principalmente relacionadas a infraestrutura. Portanto, as classes populares acabam, a partir de suas próprias mãos, construindo o espaço social de Angélica.

O capítulo seguinte de uma forma mais objetiva demonstrará as trajetórias dos sujeitos que migram para Angélica, os desafios encontrados ao se instalarem na localidade. Será abordada então uma discussão em torno da construção da cidade a partir do cotidiano de seus moradores.

CAPÍTULO II – TRAJETÓRIAS QUE FAZEM HISTÓRIA: O COTIDIANO DA OCUPAÇÃO POPULAR EM ANGÉLICA

2.1 Os Caminhos percorridos: como eles foram para lá?

Ao trata do processo de ocupação popular de Angélica é necessário adentrar no cotidiano dos migrantes buscando entender as particularidades desse processo. Ao longo do capítulo anterior foi analisado o importante papel desempenhado pela CIDAL.

Assim, através das fontes foram estudados os mecanismos utilizados pela colonizadora para atrair a população para a localidade. Deste modo, foi identificada a utilização de propagandas em jornais e rádios divulgando o empreendimento, todos esses mecanismos associavam Angélica ao progresso e ao desenvolvimento, a ideia do “Eldorado” era bem latente nesses instrumentos de divulgação e acabaram sendo incorporados pelos migrantes.

Vale destacar que nos relatos de memória quando questionada a respeito das causas que os levaram a migrar para Angélica, as respostas mais comum foram: a expectativa de uma vida melhor, o progresso, a fertilidade do solo.

Conforme citou Sr. Waldemar, “diziam que aqui tudo que se pranta dava” (Waldemar Alves de Oliveira, entrevistado 02 ago. 2012). Outro aspecto que apareceu por diversas vezes foi o desejo que permanecer a família unida, trabalhando juntos na zona rural, mas não conseguiriam comprar um lote no estado de São Paulo aonde viviam por conta dos elevados preços, então a região de Angélica surge como alternativa, já que as terras precisavam “ser abertas”, desmatadas, sendo o preço mais barato.

Ao buscar entender como foi a chegada dos partícipes do processo de ocupação em Angélica, me deparei com depoimentos como o de dona Antônia, que chegou em 1952 na região, uma das moradoras mais antigas da cidade, migrando antes mesmo da instalação da CIDAL.

Segundo Dona Antônia, quando ela chegou à região de Angélica havia apenas 19 famílias que moravam nas margens do Rio Ivinhema, no lugar em que atualmente é o núcleo urbano Angélica ainda era coberta por matas fechadas. A respeito de sua chegada, ela relatou:

Meu pai veio ver aqui e comprou, fizemos uma viagem muito perigosa, chegamos quase sem mudança, só com os caquinhos que sobrou, foi quatro dias de viagem, chegamos na beira do rio não tinha passagem, era uma balsa de taboa, com os tambor embaixo, com ferro, um cabo de aço, daí ia passando as mudanças em cima e o carro de boi ia carregando,

por que o caminhão não podia entrar em cima, aí fizemos o rancho pra nós entrar dentro, ficamos bem perto do Rio Ivinhema (Antônia da Costa Paula, entrevista em 31 ago. 2012)

A partir do depoimento é perceptível o quanto desafiadora era a viagem até chegar à Angélica, dias em cima de um caminhão, a falta de estradas, a balsa de tambor, todos esses são aspectos singulares marcaram esse processo de ocupação.

Com a instalação da Colonizadora houve a ampliação da área de lotes a serem comercializados. A empresa passa a vender lotes em toda a região de Angélica, assim houve um crescimento populacional significativo e a formação de sítio, agora não somente nas margens do Rio Ivinhema.

Os depoentes que chegaram a Angélica na década de 1960 já citam uma nova conjuntura. Quando ao descrever o percurso de chegada, salientam que passaram pelo Rio Ivinhema, atravessaram na balsa com suas mudanças, mas que não se fixaram nas margens do Rio, “para atravessar o Rio Ivinhema foi com muita dificuldade que a balsa ia pra frente e pra trás e não ancorava, e quando ela foi pra frente a gente pulou, no que a gente pulou a balsa afastou, depois atravessamos o varjão, até chegar aqui em Angélica, no início a gente desceu em um carreador” (Leonice Agudo, entrevista em 30 ago. 2013).

Portanto, ir para Angélica surge por meio do desejo de dias melhores. Mas a realidade é permeada por dificuldades, desafios e transformações que ocorrem a partir da vivência cotidianamente.

2.2. A edificação de um novo espaço: Como construíram suas casas?

Ainda buscando compreender a dinâmica social ao longo do processo histórico de ocupação de Angélica, me deparei com a questão da moradia, a forma peculiar que elas eram construídas. As casas no início do processo de colonização eram feitas de pau a pique, cobertas com madeiras e folhas de coqueiros, e eram os próprios moradores que construíam suas casas.

Dona Antônia ressaltou que quando chegaram fizeram a sua própria casa, chamada por ela de rancho: “quando nós chegamos fizemos nosso rancho na fazenda Ivinhema na beira do rio, ficamos ali um bom tempo até que compra um terreno, aí fizemos um outro rancho do outro lado do corgo, aí nós ficava ali” (Antônia Costa de Paula, entrevista em 31 ago. 2012).

Neste sentido, Leonice também relatou em detalhes como seu esposo e ela construíram sua casa ao fixarem em Angélica:

Para construir nossa casinha, o ranchinho a gente ia no mato serrava cedro, os torrete de cedro assim, depois com um facão ferro eu segurava ele maretava para fazer a cobertura, e as lascas para fazer as paredes a gente serrava espeteiro, uma lenha branca reta, aí lascava espeteiro, se fosse mais grosso em quatro partes e se fosse fino em duas, era para fazer a parede da casa, aí depois a gente buscava no mato bambuzinho, que chama taboca pregava de travessado, aí a gente cobria de barro, assim a gente fez nosso ninho de João de Barro, construímos a nossa casinha pra nós morar, foi desse jeito com os braços mesmo, o teiado era tudo de coqueiro, a gente serrava o tamanho certo e lascava, era tudo com muito dificuldade (Leonice Agudo, entrevistada em 30 ago. 2015).

Portanto, todos os materiais para a construção da casa foram extraídos da natureza, já que não havia recurso financeiro para aquisição dos mesmos, vale destacar também a dificuldade de acesso de material industrializado nos primeiros anos de colonização, sendo assim, a casa é construída a partir dos meios que eram acessíveis, no caso, as madeiras das matas e o barro argiloso das margens dos córregos.

É interessante ressaltar também que ao chegar a Angélica muitos colonos acabam se instalando em espaços improvisados, até construir suas residências, já que não havia casas vazias. Deste modo, a mesma depoente ressalta, “a gente ficou acampado numa casa de farinha a gente ficou por dois meses, três meses, depois nós fizemos uma casinha” (Leonice Agudo, entrevistada em 30 ago. 2015).

Neste sentido, tratando das dificuldades de encontrar uma moradia, citou Waldemar:

Quando a gente chegou, nós parou no Jorge Belotti, tinha a máquina aí ela tinha estragado o motor, eles tinha mandado arrumar lá em Prudente, aí o encarregado do japonês ficou de arrumar um encerrado grande para gente, entrar debaixo, aí o Jorge Belotti chegou e a gente não tinha conseguido o encerrado, aí a Mantina ficou brava queria voltar pra traz, o motorista também começou a encher a cabeça dela, né, aqui é o lugar aonde o diabo perdeu as botas, aí eu falei acalma, sô, você vai ver como as coisas vão dar certo. Aí o Jorge Belotti, falou, olha você espera que eu vou conversar com os rapaz, tem duas mudanças nesse barracão, aí a gente vai arrumar um jeito de vocês encostar a mudança em um canto, né, aí deu certo ficamos lá, aí depois dali arrumei um sítio para cuidar que tinha uma casinha, aí mudamos para ela (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012).

A partir do depoimento, fica nítido o problema em relação aonde se instalar na chegada à Angélica, surge até o desejo de retorno, devido à dificuldade de encontrar uma casa para colocar a mudança. Mas assim como vimos anteriormente, à família de Sr. Waldemar também acaba ficando em um local improvisado até conseguir uma casa para morar.

A partir da análise dos caminhos percorridos, ao longo dessa ocupação popular, foi perceptível entender como foram construídas as casas desses migrantes e as dificuldades cotidianas com as quais eles se depararam.

2.3 Dilemas do novo contexto migratório: atividades econômicas e reveses na reconstrução de vidas

As pessoas que vieram buscar uma vida melhor nos sertões angeliquenses, encontraram matas com abundância de madeira a serem exploradas, inúmeros córregos com águas límpidas que serpenteavam mata adentro e uma infinidade de animais. Todas essas riquezas eram vistas como garantia de uma vida mais próspera, já que as vinculavam com a economia.

As serrarias e as olarias foram de grande importância para a economia de Angélica. Conforme relatos dos depoentes, Angélica chegou a ter mais de dez serrarias em funcionamento. Neste sentido Mascoli e Gisoato Salientam:

Com a instalação das diversas serrarias, quase todas ao mesmo tempo, Angélica conheceu um desenvolvimento vertiginoso, o crescimento populacional foi muito grande, só para ter uma ideia clara do que estamos falando, cada serraria tinha a sua volta colônia de no mínimo 20 casas, haviam no seu núcleo, pequenas casas comerciais, campos e equipes de futebol, local para diversão, chegavam a ter uma certa independência. (MASCOLI, GISOATO 1996, p. 68)

Portanto, devido à necessidade de derrubar a floresta para poder plantar, colher e vender, as serrarias passam a ser mecanismo de desbravamento da região para a formação da cidade. Mas por ser uma prática extrativista o auge das serrarias foi até início dos anos 1980, quando por escassez de madeira essa atividade entrou em declínio.

As olarias também ocuparam um papel importante na economia de Angélica, já que houve em um único período 27 olarias em funcionamento. Elas se localizavam, sobretudo, na zona rural, nos bairros União, São João e Cereja, e a concentração nesses bairros se justificava por conta da matéria-prima. Neles havia córregos com argila, matéria-prima utilizada para a fabricação de tijolos. Pelo fato de também ser uma prática extrativista, já na década de 1990 houve uma redução no número de olarias na cidade, o fechamento de tais pequenas indústrias estavam vinculada a falta de matéria-prima, pois a argila se tornou escassa.

Atualmente existem apenas três olarias ativas em Angélica, tais indústrias vêm encontrando dificuldade quanto à matéria-prima, por conta disso tem olaria buscando argila no município de Nova Andradina, já não conseguindo “barreiro⁸” na sua própria cidade.

Estas atividades econômicas citadas anteriormente foram de grande importância para o município, mas a agricultura foi a base econômica ao longo de muitos anos.

No PDA, no que se refere à produção destacava-se, a princípio, a exploração da madeira e, por conseguinte, o plantio de café, sendo, também, perfeitamente viáveis outras culturas, tais como milho, algodão, arroz, feijão e hortaliças. É inegável que algumas áreas das terras de Angélica se prestariam à plantação de capim para a formação de pastos a serem utilizados na exploração da pecuária.

Quanto ao cultivo do café, o PDA incentivava os migrantes a investir nesta atividade. É importante enfatizar que o título do PDA: “ Angélica Plano Diretor de uma Cidade Cafeeira”, já refletia uma tendência daqueles anos, ou um discurso estratégico. Neste sentido, Milhorança (2011) enfatiza que o PDA contém métodos pedagógicos e medidas disciplinadoras. Para o autor:

Desde o primeiro até o último capítulo, a revelação do poder coercitivo do Plano Diretor, que tinha a preocupação de construir uma cidade disciplinada, o qual já de início analisava as terras da Gleba Angélica, onde propunha que deveria ser aproveitada para o plantio de café. Desse modo, o autor impunha aos habitantes que plantassem café, de acordo com a vontade dos idealizadores do PDA, não alertando os cafeicultores para o fator climático, que fora o grande dizimador das lavouras cafeeiras de Angélica, bem como orientava de que forma deveriam ser divididos os lotes rurais, expondo que deveria ter um curso de água na parte inferior, logo próximo ao córrego situaria a casa do proprietário com a pocilga, na parte ligeiramente acima seria destinado à criação com o plantio de milho e hortaliças e na parte superior, onde compreendia a maior área de terra do lote, seria a plantação dos cafezais. Não satisfeito, ensinava os agricultores a plantarem o café, instruindo-os que o plantio seria em moitas de quatro pés, de quatro por quatro metros. (MILHORANÇA, 2011, p. 38)

Assim sendo, para este autor o PDA seria de cunho autoritário e disciplinador, pois impunha aos migrantes a agricultura cafeeira. Porém, tal visão é um tanto extremista, já que Wilhelm (1956) propõe um projeto para construção da cidade, que seria uma linha condutora. Neste sentido, vale a pena frisar que o PDA nunca foi seguido à risca, e a Colonizadora Imobiliária Douradense, empresa que havia encomendado o projeto, não tinha o poder de definir qual seria o tipo de cultivo que os agricultores iam adotar. Mas, devido o contexto econômico

⁸Expressão utilizada pelos oleiros, para definir as margens dos córregos onde retiram a argila.

de grande aceitação do café no mercado e também do clima e o terreno favorável para esse tipo de cultivo, o café acaba tendo grande adesão.

Além disso, Wilhelm relaciona o cultivo do café com a densidade populacional:

Se a zona fosse exclusivamente pastoril poucas condições haveria para que o patrimônio tivesse um real desenvolvimento. O café vai trazer para a Gleba cerca de 1.500 famílias, além do afluxo de pessoal época da colheita. A densidade necessária ao tratamento de cafezais é superior a alguns cultivos, especialmente se considerarmos as tarefas complementares, desde a “varrição” ao “ensacamento”. (PDA, 1956, p. 22)

Portanto, quando no PDA, o seu autor Wilhelm coloca Angélica como uma cidade cafeeira, relacionava o cultivo do café como um facilitador para a ocorrência do aumento populacional, e através dele o progresso. Quanto mais população a cidade tivesse, seria necessário abrir mais casas comerciais, agências bancárias e hospitais.

Ainda fazendo referência ao cultivo de café em Angélica, Mascoli e Gisoato (1996) enfatizam:

O produto agrícola de maior importância no município, como já foi dito, era o café, conforme dados oficiais obtidos em um censo estatístico, até 1974, encontravam-se plantados no município de Angélica, aproximadamente oito milhões de pés de café; as terras boas para esse plantio atraíram plantadores de estados tradicionais no plantio dessa cultura, como: Paraná, Minas Gerais e São Paulo. (MASCOLI, GISOATO 1996, p. 122)

Infelizmente tal obra citada acima não apresenta qual instituição que realizou a pesquisa que cita Angélica como tendo oito milhões de pés de café, o que nos leva ao questionamento destes dados. Mas, Angélica foi sim uma grande produtora de café, e nos relatos de memória apareceram por diversas vezes o quão trabalhoso era o cultivo e o grande número de famílias que sobreviviam de sua lavoura.

Outro aspecto que aparece nas entrevistas é a íntima relação dos migrantes com o trabalho. Nos relatos, vir para o “sertão” estava associado ao objetivo de tentar uma vida melhor, mais próspera, onde toda a família pudesse permanecer unida trabalhando em cima de um “pedaço de chão”. D. Antônia relata como era a vida no campo: “tudo nós trabaiava, todus nós (...) eu encarava era tudo na roça, tudo eu, todo mundo tinha que trabaiar (...)”(Antônia Costa de Paula, entrevista em 31 ago. 2012).

Neste mesmo sentido, D. Josepha Recio Tropaldi enfatiza como foi à vida quando chegou a Angélica, “Aí foi trabaiado né fia, nós chegou aqui num tinha muito recurso tinha

que trabaiá, o vô trabaiava por dia, i eu ia divagar capinando, que já tinha roçado um pedaço, e pelejando, fazendo as casas nuns domingo (...)” (Josepha Recio Tropaldi, entrevista em 31 ago. 2012).

Ainda abordado a importância do trabalho, Sebastião Tropaldi o relaciona com a vida nos cafezais:

Nóis trabaiava tudo nos cafezais, meus 6 irmão e meu pai, nós tinha 4 mil pé de café prantado no sitiozinho, a famia inteira vivia disso, tudo que o pai tem veio do café, quando nós veio pra cá meu pai comprou um sitinho e depois com o dinheiro do café fomo fazendo a vida, mas era muito trabaio, a famia toda trabaiava, só na época da panha que meu pai chamava gente para ajuda, mas memo assim era um ou dois, nós trabaiou muito (Sebastião Tropaldi, entrevista em 15 jun. 2015).

Neste sentido, o trabalho com a cafeicultura era uma prática comum no município, em entrevista ao jornal *O Progresso*, no dia 16 de janeiro de 1979, o prefeito Ediberto Celestino de Oliveira cita que Angélica era a terceira maior arrecadação da Grande Dourados, “sua receita mensal em favor do Estado é praticamente fixa, sendo de 1,6 milhões mensais com perspectiva de aumento com o cultivo do café”. Ao analisar a reportagem “Harry concedeu audiência ao prefeito de Angélica”, é importante perceber os interesses contidos nela, um primeiro aspecto a ser frisado, o prefeito ao trabalhar com esses dados sobre pequena propriedade, cafeicultura e o desenvolvimento do município, ressaltando a necessidade de boas estradas para escoamento da safra. Para tanto, o mesmo clama por investimento do governo do estado para que Angélica consiga ter uma arrecadação ainda maior.

O prefeito, salienta a importância do cultivo do café e dos minifúndios, pois eles estariam vinculados à agricultura familiar. Deste modo, seriam fundamentais para à manutenção de uma elevada densidade populacional, já que a economia de Angélica naquele contexto era baseada na agricultura.

Tais dados vão ao encontro com o que o depoente Sebastião Tropaldi ressaltou, toda sua família trabalhava no cultivo do café na pequena propriedade familiar, e esta era a única fonte de renda da família.

De tal modo, conforme Arruda (2000):

O fim do sertão aparece não como resultado do “expansionismo paulista”, mas como resultado concreto da ação do trabalho; não foi a penetração de nossa moderna civilização, mas sim a abertura de “lavouras de café, não foi a luta contra os “caingangues selvagens”, mas uma luta pela sobrevivência (...) (ARRUDA, 2000, p.46).

Deste modo, a vida do angeliquense estava vinculada ao trabalho e a sua importância para a sobrevivência. E as transformações “sertão” ocorreriam em decorrência das transformações advindas do trabalho.

Contrariamente do que sugeria o PDA, o loteamento do território em pequenos sítios e chácaras, vai haver a formação de grandes fazendas em Angélica e muitos migrantes acabam indo trabalhar nesses espaços. Estes trabalhadores em sua maioria realizavam atividades braçais de derrubada de matas e plantios.

Diante dos relatos de memória, foram mencionados os trabalhos nas fazendas. Mas chamou a atenção os relatos referentes a certo fazendeiro⁹, popularmente conhecido na cidade. Segundo os depoentes, os trabalhadores sofriam maus tratos e sua força de trabalho era explorada por esse proprietário.

Pensando na prática do trabalho nessas grandes propriedades, Sr. Celso Francisco de Paula, relata como se dava a relação entre trabalhadores e fazendeiros: “A única diferença que a gente tinha aqui era com os fazendeiros, aquela época era uma época braba, eles colocava os coitado para trabaiá, judiava do pessoal, mas foi indo isso acabou.” (Celso Francisco de Paula, entrevista 31 ago. 2012). Os fazendeiros aparecem como figuras temidas, seriam os responsáveis pelo derramamento de muito sangue.

Em outro relato de memória o depoente menciona ainda a grilagem de terra, ressaltando que essa foi uma prática comum por parte de alguns fazendeiros.

Segundo Sr. Manuel Pereira da Silva,

Aquele fazendeiro era grileiro de terra, né na época que tava de 50 pra cá, nos anos 55 por aí, o presidente Getulio Vargas colonizou essa área de Dourados pra cá, e os Tavares e o Ferrerão, esse pessoal aí grilaram esse terras, né, dizem que houve mortes sim, mas o povo diz né, ninguém tem como provar. (Manuel Pereira da Silva, entrevista 04 mar. 2015).

Ainda abordando tal temática, Waldir Basilio de Lima, professor de História da rede Estadual de Ensino em Angélica, que também já foi prefeito da cidade, em seu relato de memória fala um pouco da relação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados com a colonização particular de Angélica, já que Ipezal, que atualmente é distrito do município de Angélica foi colonizado por esse projeto de colonização federal, o depoente ainda cita a ocorrência de grilos de terras na região:

A partir de 45 foi a reforma agrária de Getúlio Vargas o Ipezal era linha 22, e lá no fundo era linha 23 e depois 24 que é na Colhambi e na linha 25 era na Fazenda do Meio, na 26 era

⁹ Foi feita a opção de não por o nome do fazendeiro para preservar os depoentes.

em frente a Rio Brilhante que era da dona Geralda, me lembro como se fosse hoje nós íamos dia de domingo lá vender, tinha umas duzentas pessoas em volta do campo de futebol, tinha de 10 à 12 times para jogar bola dia de domingo (...) na década de 60 alguns fazendeiros já tinham invadido a área, já tinham expulsado várias famílias e agregado as terras, principalmente nessa região margeando o Ivinhema, essa relação não foi compra foram empurrando os moradores e embargando, por final já começaram a comprar, nem vou falar comprar, eles começaram a pagar um determinado valor, aqueles que resistiram em sair de suas terras houve derramamento de sangue, isso existiu e chegou aí propriedade de terras de um tamanho exorbitantes.(Waldir Brasília de Lima, entrevista 27 set. 2012)

É importante ressaltar que ao longo dos relatos de memória, foi encontrada certa relutância, ou até medo das pessoas em falar sobre grilagem de terra e maus tratos em relação ao trabalho, em diversos casos, entrevistados desconversaram sobre o assunto, os até mesmo usaram os termos: “diz a lenda”, “falam, mas não tem como provar”, ou até falas que se contradizem, já que a princípio negam a existência de violência em relação à posse da terra, contudo no final acabam relatando os fatos sobre o assunto.

Assim, ao pensar a memória e suas facetas no campo da história recorreremos à Le Goof que enfatiza: “Tal como o passado não é história, mas o seu objeto, também a memória não é história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOOF, 1994, p.49).

Assim, a memória aqui traz versões a respeito do processo de colonização de Angélica e da transformação do sertão em cidade. Portanto, nos relatos de memória são feitas escolhas mesmo que involuntariamente do que vai ser contado e daquilo que permanecerá esquecido.

Diante disso, o ofício do historiador está intimamente ligado com a análise crítica e interpretação das fontes. Portanto, a produção de um trabalho histórico está relacionado com comparar dados, compreender o contexto, identificar rupturas e continuidades.

2.4 Como se deu o convívio entre esses migrantes todos?

Pensar a formação de Angélica a partir da perspectiva popular é entender também quais eram as características do convívio entre os diversos sujeitos, como se configurava o lazer dessas pessoas, de que modo elas interagem. Diante disso, nos deparamos com as rodas de conversa nos terreiros, quando ainda os moradores não possuíam a televisão, as festas religiosas, os bailes à lamparina e o cinema da cidade.

Quando questionados a respeito de como era o convívio entre os moradores de Angélica ao longo da sua formação, surge nos relatos a resposta: era muito comum a visita dos vi-

zinhos à noite e nos domingos, formavam grandes rodas de conversas, eles ficavam “proseando” por horas. Mas com a chegada da televisão essa tradição foi se perdendo, “na verdade naquela época a gente era mais unido, hoje a gente fica tempo sem vê até os vizinhos que mora do lado” (Josepha Recio Tropadi, entrevista 31 ago. 2012).

Ao buscar por espaços de convivência ao longo da história de Angélica surge também o cinema, como importante ambiente de lazer e contato entre os sujeitos.

O primeiro cinema da cidade foi instalado na Avenida Stefan Dudas, e iniciou seu funcionamento em 1969, sempre as sessões estavam lotadas. Segundo o depoente Sebastião Tropaldi, os filmes mais assistidos eram os de faroeste, guerra, Tarzan, Marazzopi e aqueles que tinham no elenco cantores da época. O primeiro dono do cinema foi senhor Joel Baiano, morador de Ivinhema, posteriormente o senhor Dário Varini comprou o cinema e investiu no negócio, melhorou a qualidade dos filmes. Mas mesmo assim, Tarzan e Mazzaropi continuavam sendo os personagens de filmes que atraíam mais moradores.

Segundo Gisuito e Mascoli (1996), com o investimento no cinema foi instalado também um serviço de alto falante para a divulgação dos filmes e execução de músicas, como o sucesso da divulgação, o dono do cinema resolveu aprimorar a qualidade dos aparelhos, então foi instalada uma torre de grade de ferro de mais de 20 metros de altura e aparelhos mais potentes que possibilitavam maior abrangência da divulgação. Com isso, os comerciantes da cidade passaram a fazer propagandas no alto falante também, o serviço foi crescendo e o proprietário adquiriu um aparelho que possibilitava sintonizar pela rádio normal.

No ano de 1978, Dário vendeu o cinema para Idalvo Pissolato, que foi proprietário do cinema até 1985, quando iniciou a expansão da aquisição de televisões e videocassetes e o cinema perdeu sua força e acabou fechando.

Ao tratar do cinema, Maria Aparecida Alves de Oliveira diz que

naquela época para nós que era jovem o cinema era um local de encontro, era muito divertido, ainda mais que a gente não tinha televisão, não tinha nada, a fita dos filmes quebrava várias vezes, a imagem era ruim, mas era muito gostoso, pena que o cinema acabou (Maria Aparecida Alves de Oliveira Tropaldi, entrevista 02 fev. 2015).

Portanto, o cinema era um espaço de sociabilidade e convívio entre os jovens da cidade.

Ao tratar da aquisição da primeira televisão Josepha ressalta:

Quando a gente comprou a nossa primeira televisão, em 1982, a gente já morava aqui na chácara, a vizinhança vinha tudo pra cá a noite assistir as novelas, naquela época eles ainda não tinha, mas com o passar do tempo cada um foi comprando a sua (Josepha Recio Tropaldi, entrevista 31 ago. 2012).

Portanto, o cinema era um espaço de encontro acaba perdendo espaço para a televisão.

Outro espaço de convívio dos angeliquenses era em torno dos campos de futebol e dentro deles, todos os bairros, fazendas e indústrias tinham seu próprio campo que ficava lotado, normalmente cercado de torcedores.

A expansão do futebol na cidade se deu a partir do início de 1970, quando inicia a formação de equipes dos mais diversos segmentos e setores da comunidade. Conforme salientou Sebastião Tropaldi:

Tinha time das fazendas Paturi, Ivinhema, Ipacaráí, Macaco e os bairros Bolichão, Ouro Verde, São João, Tristeza, Alegria, Felicidade, Três Maria, União, Cereja, Guaçu, Quatro Córrego, Beira Rio, pra dizer a verdade todo bairro tinha seu time, tinha também os times das olarias, serrarias e casas comerciais, pra falar verdade era muito time e a rivalidade era muito grande. (Sebastião Tropaldi, entrevista 15 jun. 2015)

Vivi isso de perto no bairro São João, onde residi até meus 12 anos, no sítio onde eu morava havia um campo de futebol, todo final de semana havia jogos lá, era uma diversão, em volta do campo ficava cheio de gente. Eram homens, mulheres e crianças, todos torcendo.

Conforme Gisuato e Mascoli (1996), Angélica sempre teve tradição no futebol contando com diversos campos, muitos times e presença da população assistindo aos jogos. A equipe de maior expressão era a Associação Atlética Angélica, que reunia jogadores da área urbana e rural, esse time disputava competições a nível regional e estadual.

Fotografia 6 - Associação Atlética Angélica, em 1973.



Fonte: GISOATO, Inivaldo; MASCOLI, WILSON; LIMA, Waldir Basílio de. Angélica: Paixão de um Povo.

Campo Grande; Brasília, 2006.

Outro espaço de lazer dos moradores de Angélica eram os bailes, quermesses e as festas religiosas, essas festividades eram marcadas por muita música e comilanças. Uma característica interessante que até a chegada da energia elétrica essas festas ocorriam à luz das lamparinas.

Acerca das festividades Antônia salienta:

Nóis ia na fazenda Ivinhema, no morrinho, lá tinha baile, nós ia tudo, ia aquele mundo de gente, agente se tacava nos cavalos e ia embora, a gente divertia assim (...) logo quando chegamo não tinha muita gente aqui, depois foi enchendo de gente, abrindo mato, aí pra todo lado que você olhava nos sítios tinha casa, na época de São Pedro e São João era aquela diversão todo mundo fazia terço e os vizinhos ia tudo, era muito divertido, o povo amanhcia o dia com aquela sanfona, o povo fazia aqueles barracão de encerado, olha fala verdade igual aquele tempo na via o tempo passa, era a lamparina a óleo diesel, querosene, comprava a querosene fechada já, era aquele fugãozão de lenha para esquentar, fornada de coisa para comer (Antonia da Costa Paula, entrevista 31 ago. 2012).

Na década de 1980 foi construído o Clube Social, ele torna-se ponto de encontro dos jovens, nele ocorreram festas e bailes. Esse espaço foi palco de grandes bailes com conjuntos conhecido e também com artista de Angélica.

É interessante ressaltar que nos relatos de memória das pessoas com uma média de 60 anos, quando questionados dos momentos de lazer e festividades citam os bailes e terços feitos à luz de lamparinas realizada na zona rural. Já os mais jovens, com cerca de 40 anos citam festividades religiosas, mas para além delas, enfatiza os bailes que ocorriam no Clube Social, às festas realizadas nesse salão com grandes bandas.

Deste modo, percebemos as transformações sociais que ocorrem ao longo do tempo, a partir das transformações do cotidiano.

2.5 Como se abasteciam?

Ao pensar sobre como população de Angélica se abastecia, é importante lembrar que essa população era majoritariamente rural. Assim, muitos gêneros alimentícios eram produzidos para o próprio consumido.

Conforme citou Josepha Tropaldi, “a gente planta arroz, feijão, mandioca, criava porco, galinha, fazia horta, tudo para o consumo, porque a gente fraco de recurso, muitas vezes via dinheiro mesmo na época da colheita” (Josepha Recio Tropaldi, entrevista 31 ago. 2012).

Portanto, a produção do alimento para o consumo era uma prática comum para aqueles que moravam na zona rural, ainda sendo, muitas vezes uma alternativa diante das dificuldades financeiras.

As primeiras atividades comerciais aconteceram próximas das margens do rio Ivinhema, já que as primeiras famílias que chegaram no início da década de 1950 se estabeleceram nesta região.

Para chegar ao Porto Angélica, naquele contexto os migrantes deveriam cruzar o Rio Ivinhema – conforme dito acima - usando uma balsa que era movida por um motor a gasolina e feita de tambores de latão e pranchas de madeira. Essa era a única maneira de realizar a travessia.

Conforme os relatos de memória dos depoentes que chegaram nesta época no Porto Angélica, havia apenas cerca de dezenove famílias, até o ano de 1952, e o único comércio existente era a balsa do Kioni que passava pelo rio a cada 30 dias. Sr. Carmelindo Francisco de Paulo relatou que:

Kioni trazia pinga, arroz, feijão, trazia de tudo, charque aquele tempo usava (...) vendi pro pessoal, ou trocava em troco de mercadoria (...) quando ele chegava era festa as véis dava uns tiro na barranca do rio, o kione tinha chegado (...). Sr. Celso Francisco de Paula enfatizou que Ele vinha lá do Porto Epitácio, pegava a mercadoria lá, que a barsa dele era grande, aí ele vinha vendendo, daqui até Dourados (Camelindo Francisco de Paulo, entrevista 31 ago. 2012).

Já Gisoato e Máscoli (1996) salientam:

(...) o rio Ivinhema teve um papel importante no desenvolvimento da antiga Gleba – lembra Dogenilia - ‘existiu uma balsa, antes do surgimento do Bolichão, que passava vendendo e trocando mercadorias às margens do rio Ivinhema, o seu dono Sr. Kioni, trocava alimentos, tecidos, calçados e outras bugigangas, por frangos, ovos, porcos; inclusive, várias vezes troquei ovos e frangos por arroz, por não haver lavouras de arroz na região, nosso alimento principal era Xerém de milho’. Comenta ainda que essa balsa ancorava por até dois dias, o lugar virava uma grande feira, diversas pessoas se aglomeravam para comprar, vender ou trocar, no final virava festa (GISUATO, MÁSCOLI, 1996, p. 75).

A partir destes relatos é perceptível o quão significativo era a passagem desta balsa, devido à inexistência de casas comerciais nas proximidades. Além dos depoimentos acima, Sr. Waldir Basílio de Lima, Sr. Antenor Trajano e Dona Antônia da Costa Paula também falaram do quanto era esperada a vinda desta balsa e da “festa” que havia quando ela estava anco-

rada na barranca do rio. E a partir de todos estes relatos, ficaram evidentes esses pontos de similitudes destas memórias.

Portanto, ao pensar no trabalho com memória, devemos levar em conta a importância da memória coletiva, enquanto instrumento na construção da identidade dentro de uma comunidade, bem como, em relação à representação do passado. Assim, ao fazer referência ao trabalho do historiador com a memória, Le Goff salienta que “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” (LE GOFF, 2003, p. 471). Neste sentido, há que se valorizar aqueles que, ao longo do tempo, foram partícipes desse processo, como atores e testemunhas.

Ainda tratando da economia do Porto Angélica, em um segundo momento, em 1955, surge outro ponto comercial no Porto Angélica, o Bolichão, uma casa de venda de secos e molhados, que se localizava em um ponto estratégico, cerca de 9 km do rio Ivinhema, entre o córrego Ouro Verde e o Rio Ivinhema, o povoamento ao entorno deste comércio aconteceu rapidamente e outros comércios foram se instalando, como uma Máquina de arroz, farmácia, serraria e padaria, nas suas proximidades foi construída também uma igreja e um campo de futebol.

Mas em 1962 com a implantação do PDA para a construção da cidade de Angélica várias pessoas começam a comprar terrenos e construir suas casas comerciais, com isso, as vendas na região do Bolichão não resistiu e acabou fechando.

Uma característica singular que apareceu ao longo das entrevistas seria a existência dos mascates, denominados como “oveiros”. Estes oveiros comercializavam nas zonas rurais com pequenos produtores, eles trocavam ovos, galinha, porco em tecido, linha, botão, arroz e feijão.

Dona Josepha fala da importância dos oveiros naquele contexto,

Nóis morava longe da cidade, então o seu Domingo Luca passava pelo sítio eu trocava com eles as galinhas e os ovos em tecido, linha e botão para fazer roupa de serviço pra todo mundo em casa (Josepha Recio Tropaldi, entrevista 06 jun. 2012).

O senhor Domingos Lucas que era “oveiro” também fez o seu relato de memória e descreveu como era seu ofício:

Eu vim e foi onde eu resolvi ir trabalhar de mascate, na verdade eles falam que é oveiro, mas é um modo de falar, eu mascatiava. **[Em que ano o senhor veio para cá?]** Em 67, então eu comprava galinha, ovo, leitão, cabrito, o que aparecia eu comprava e breganhava a troco de roupas e coisas assim, mais pra frente eu comprei uma camioneta, então pegava e

levava as galinhas pra Campo Grande, lá consumia mais, né, e assim entre uns tempos e outros eu trabalhei mais ou menos uns 15 anos desse jeito, aí depois abri a lojinha e então segui trabalhando mais uns tempo, a finada ficava na lojinha e eu no sitio depois eu no sitio (Domingo Lucas, entrevista 29 ago. 2012).

Essa prática de troca de mercadorias era comum, dona Clementina Gomes de Oliveira também comentou que ao longo de muito tempo fazia a permuta com os “oveiros”, ela trocava galinha, ovo e café em enxovais para sua filha.

Outra atividade muito citada ao longo dos relatos é referente à caça e pesca que eram práticas cotidianas. Um dos entrevistados que enfatiza tais práticas é o Sr. Waldemar Alves de Oliveira,

A gente criava porco, quando nós matava fritava tudo, naum tinha geladeira naquela época, então fritava e colocava nas latas, né, essa era nossa mistura também (...) eu já fiz muita linguiça de porco e sai vendendo (...) ixi carne de vaca era muito difícil nós come, só di véis enquanto mesmu, agora carne de caça era diretu (...) eu caçava anta, cateto, porco do mato, aqui já teve muita fartura de bicho do matu. Eu gostava de caça mais era durante o dia, então chegava no dia sábado aí eu pegava e nós fazia a seva ai principalmente aqui no mutun, aí tinha um bando grande de catetos (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012).

Portanto, a caça e a pesca aparecem com atividades comuns daquele momento de desbravamento. Contudo, elas não tinham um fim comercial, mas sim de subsistência, era, sobretudo, da caça e a pesca que advinha a “mistura”¹⁰, pois nesse contexto a carne bovina era pouco consumida.

As atividades comerciais tiveram seu auge até final da década de 1970 e início de 1980, sendo impulsionadas pelos grandes cafezais, as olarias e as serrarias, além das fazendas.

Neste contexto, Angélica já possuía sorveteria, lanchonete, farmácias, pensão e duas casas comerciais, a Casa Mineira e a Casa Paulista. Essas duas casas comerciais aparecem por diversas vezes ao longo dos relatos, sendo consideradas as maiores casas comerciais da região, onde a população fazia suas compras.

A casa Paulista era de propriedade de José Lucas Serrano e Carlitos Lucas Serrano, era uma empresa familiar que vendia secos e molhados e ainda contava com uma loja de móveis. A Casa Mineira também se ocupava das mesmas atividades e era de propriedade de José Gisoato. Ambas as casas comerciais estavam situadas na Avenida Stefan Dudas cada uma ocupava um quarteirão inteiro, além dos 30 metros de frente, as lojas ocupavam os lotes de fundo com depósitos, e ainda possuíam outro quarteirão com as lojas de móveis.

¹⁰É chamado de “mistura” o acompanhamento que se come juntamente com arroz e feijão.

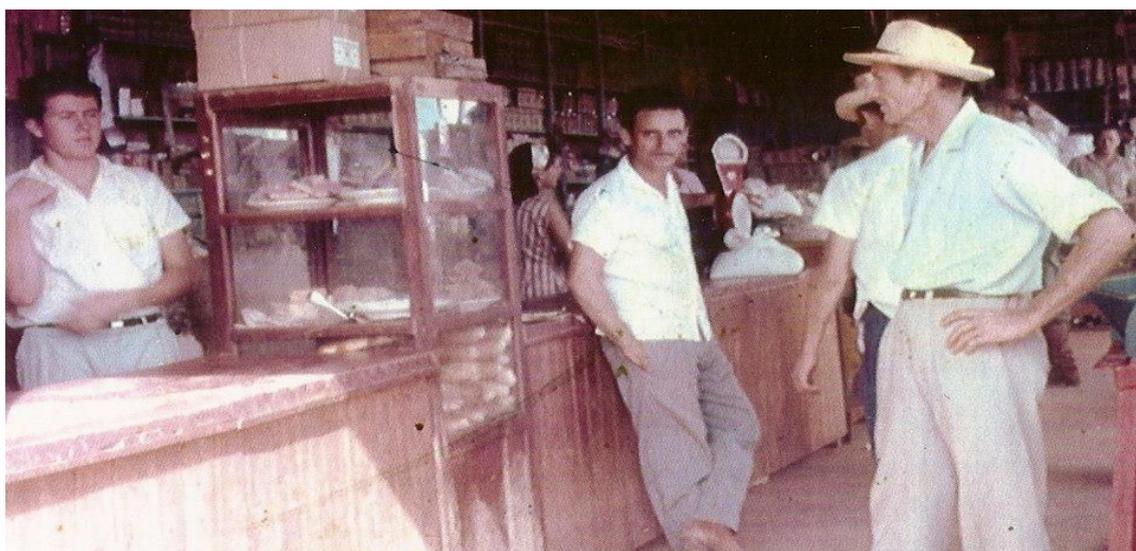
Fotografia 7 - Comércio de Angélica em 1972, Casa Mineira.



Fonte: GISOATO, Inivaldo; MASCOLI, WILSON; LIMA, Waldir Basílio de. Angélica: Paixão de um Povo. Campo Grande; Brasília, 2006.

Ao fazer a leitura da imagem à cima percebe-se que o estabelecimento comercial “Casa Mineira” era de alvenaria com 8 portas, vale ressaltar que para a década de 1970 ela era grandiosa, é possível identificar também que o meio de transporte mais utilizando era o cavalo e a rua na qual estava situado o comércio era de chão batido.

Fotografia 8 – Casa Paulista, 1969.



Fonte: GISOATO, Inivaldo; MASCOLI, WILSON; LIMA, Waldir Basílio de. Angélica: Paixão de um Povo. Campo Grande; Brasília, 2006.

Pela foto acima percebemos que o comércio “ Casa Paulista” era bem movimentada, frequentada, sobretudo, por homens, já que aparece apenas uma mulher na foto e essa estava no balcão, possivelmente trabalhando, é perceptível ainda que o estabelecimento possuía muitas mercadorias nas prateleiras.

Fotografia 9 – Avenida Comercial de Angélica.



Fonte: GISOATO, Inivaldo; MASCOLI, WILSON; LIMA, Waldir Basílio de. Angélica: Paixão de um Povo. Campo Grande; Brasília, 2006.

Sobre esses comércios Gisoato e Mascoli (1996), apontam:

A força comercial das Casas Paulista e Mineira eram tão grande que vinham, moradores das cidades vizinhas, fazer compras ali, chegaram a ter em torno de doze funcionários, eles tinham caminhões próprios para buscar mercadorias em São Paulo, assim conseguiam preços bem melhores, mas como nas grandes indústrias do barro e da madeira, os anos oitenta viu a diminuição dessas potências comerciais (GISOATO e MASCOLI 1996, p. 124).

Deste modo, na década de 1980 houve um grande êxodo rural, muitos moradores deixam Angélica e se mudam para cidades que estavam se constituindo como polo industrial, sobretudo, no estado de São Paulo. Com isso, ocorreu um declínio das atividades comerciais, e ao final de década de 1980 as duas casas comerciais acabaram fechando.

2.6 Nasci para ser reprimida, mas escolhi ser protagonista

Durante séculos a mulher teve um papel “limitado” na sociedade. Enquanto o homem detinha o papel público, ou seja, era o homem que trabalhava fora com remuneração alta, tinha direito ao voto, a mulher tinha por papel ser “a dona de casa”, a mãe. Sendo assim, os afazeres da mulher eram concentrados em tarefas domésticas. Contudo, por diversas vezes ao longo do processo de Colonização de Angélica foi perceptível o empoderamento da mulher diante do processo de construção do espaço da cidade.

Pensando a chegada da mulher em Angélica, percebermos o protagonismo da mulher e sua coragem diante do novo. Neste sentido, a depoente Antônia ressalta os desafios em sua chegada:

Vimos em 1952, (...) nós trabaiava tudo na roça, eu minha mãe, todo mundo, eu acompanhava meu pai, ficava socada nos sertões ajudando ele, mas eu gostava, eu tinha uma vida gostosa, eu tinha coragem naquele rio, naquelas agua eu travessava, minha mãe com medo falava, você vai morre afogada, eu gostava, muntava naqueles botes a água cobria assim, minha mãe ficava chorando, vou perder essa menina, porque ela só fica atrás desse povo nessas águas. (Antônia da Costa Paula, entrevista 31 ago. 2012)

Podemos perceber que dona Antônia não ficava apenas no espaço doméstico, ela trabalhava na agricultura e acompanhava seu pai nas atividades de pesca e caça, conforme enfatiza:

mesmo que meus irmão não fosse junto eu estava grudada com meu pai, a gente andava longe para cassar e pescar, minha mãe não gostava que eu ia, mas eu ia junto com o pai e como era bom aquele tempo. (Antônia da Costa Paula, entrevista 31 ago. 2012)

São os esses pequenos detalhes, como fazer atividades que eram consideradas apenas masculinas, que marcam a luta da mulher na conquista de novos espaços sociais. Essa desobediência e não submissão de Dona Antônia, que no contexto era uma jovem com seus dezesseis anos, mostra o não se sujeitar e a busca por caminhar em novos espaços, desafios e aventuras.

Ao falar de protagonismo e emergência da mulher na construção de Angélica e na transformação daquele espaço, se faz necessário ressaltar o trabalho delas no campo, elas juntamente com seus esposos e filhos trabalhavam desmatando, capinando, plantando e colhendo.

Conforme ressalta Dorgenilia no seu relato de memória: “a maioria das mulheres trabalhavam nas lavouras daqui para Ipezal era até bonito na beira da estrada só via lavoura e aquele monte de gente trabalhando, era café, milho, arroz a gente sentia até o perfume” (Dorgenilia Vasconcelos de Oliveira, entrevista 09 ago. 2012).

Assim, como vimos acima, a agricultura familiar era uma realidade. Mas dentro da esfera da atividade produtiva havia hierarquias. As atividades desenvolvidas pelos homens eram geralmente as mais pesadas, que exigia mais fisicamente, essas eram vistas como o verdadeiro trabalho, já as atividades que mulheres e crianças realizam eram denominadas como um auxílio, uma ajuda. Neste sentido, Waldemar ressalta “sempre trabaíamos tudo junto a famia inteira, na época que mexia com café a Clementina e os meninos ajudava” (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012).

Partindo desta perspectiva, Galizoni e Ribeiro enfatizam:

(...) todos os membros da família desenvolviam alguma espécie de atividade agrícola, porém os agricultores quase sempre afirmavam que mulheres e crianças não trabalhavam. (...), que define o que é considerado trabalho e não-trabalho, delimitando os espaços e papéis masculinos e femininos; mesmo quando as mulheres desempenham atividades produtivas no roçado, seu trabalho é avaliado como "ajuda" ao trabalho do homem (GALIZONI e RIBEIRO, 2009, p.2).

Tais características apresentadas no depoimento do Sr. Waldemar e na análise das autoras mostram as marcas de uma sociedade patriarcal que culturalmente assinala como inferior a mulher em relação ao homem. Desde o princípio da civilização ocidental a mulher sempre foi incumbida de cuidar dos filhos e da família, exercendo apenas o papel de assessora.

Indo na contramão desta sociedade patriarcal, percebemos o papel significativo desempenhado pelas mulheres do campo, muitas vezes trabalhando em conjunto com seus maridos. Deste modo, Leonice Agudo relata:

Eu trabalhava juntando pau, corvando, plantando, colhendo. Para construir nossa casinha, o ranchinho a gente ia no mato serrava cedro, os torretes de cedro assim, depois com um facão de ferro eu segurava ele marretava, isso para fazer as tabinhas da cobertura e para fazer a parede a gente serrava espeteiro, uma lenha branca reta ai lascava espeteiro, se for grosso em quatro parte se for fino em duas, aí era para fazer a parede da casa aí depois a gente pegava no mato uns bambuzinho chamado de taboca e pregava de travessado e depois cobria com barro, desse jeito que construimos nossa casa para morar, foi com os braços mesmo que fizemos nosso ninho de amor, mas ele morreu depois de 4 anos, aí minha vida foi difícil e dramática com duas crianças pequenas para criar, mas eu enfrentei (Leonice Agudo, entrevista 30 ago. 2013).

Assim, vale notar o quanto foi importante o papel das mulheres, elas estiveram juntamente com os homens derrubando matas, plantando, colhendo, construindo, sendo assim, protagonistas na busca de uma vida melhor através do esforço do trabalho braçal, vencendo desafios diários diante do novo que Angélica representou.

As trajetórias de vidas dessas mulheres são perpassadas por novas descobertas e aprendizagem, Dona Dogenilia conta sorrindo que antes de se mudar para Angélica não sabia manusear uma arma de fogo, mas que lá acabou aprendendo devido à necessidade. “Eu aprendi atirar também, os bichos vinham pegar frango no quintal e eu mandava bala, os homens iam trabalhar a gente ficava sozinha com os filhos, saber atirar era precisão” (Dogenilia Vasconcelos de Oliveira, entrevista 09 de ago. 2012).

Dona Dogenilia relata também acerca do seu trabalho no cartório:

Eu comecei a trabalhar com cartório aqui em 1966, eu fiz concurso e adquiri o cartório, faz mais de quarenta anos que eu to ali trabalhando, naquela época mulher trabalhar nesses lugares era ignorada, mas aos poucos foi aparecendo, eu sempre tratei as pessoas bem, respeitei, aí nunca tive problemas, eu sempre respeitei os outros, sempre pobre a minha vida nunca mudou, mesmo quando ele estava na prefeitura minha vida foi normal, uma pessoa falava pra mim mudar, não vou falar o nome porque vai gravar ali, mas uma pessoa queria que eu saísse do serviço e ficasse esnobando em casa, sabe, mais eu não aceitei isso achei que eu deveria ser a mesma pessoa que eu era (Dogenilia Vasconcelos de Oliveira, entrevista 09 de ago. 2012).

É importante frisar que dona Dogenilia se depara com um ambiente masculino, são majoritariamente os homens que ocupavam esses cargos, já que o papel da mulher ainda estava muito atrelado ao lar e cuidar dos filhos. A depoente ressalta as dificuldades que as mulheres encontravam, sendo invisíveis neste universo majoritariamente masculino.

Vale destacar que dona Dogenilia era uma pessoa que possuía certo poder e é provável que tenha gozado de privilégios. Seu marido foi por muitos anos o gerente da colonizadora, posteriormente passou a ocupar cargos políticos primeiro como vereador pelo município de Dourados e depois da emancipação de Angélica se torna o primeiro prefeito, toda essa conjuntura possivelmente tenha facilitado a inserção e a aceitação dela nesse ambiente masculino. Mas, em contrapartida, é interessante que a depoente ressalta a importância do trabalho na sua vida, mesmo enquanto primeira dama, momento em que podia ter uma vida de “madame” optou por continuar trabalhando e demonstra orgulho por essa opção.

Outro ponto bastante contundente da fala da dona Dogenilia:

Eu quis estudar também, ele não quis que eu estudasse, eu queria muito eu o chamei, vamos Ediberto estudar, vamos Ediberto estudar, mas ele não quis, eu queria terminar os estudos (Dogenilia Vasconcelos de Oliveira, entrevista 09 ago. 2012).

Tal discurso mostra que mesmo ela sendo uma mulher que possuía uma autonomia, ainda estava inserida em um mundo dominado pelas concepções machistas e existia momentos que ela sedia e se sujeitava.

Ao escrever sobre a mulher no processo de colonização é importante pensar na política e o papel desempenhado por Marieta Pereira de Souza, que por duas vezes foi prefeita de Angélica, gestão 1982 à 1986 e 1997 à 2000. Já que a política é um universo tão dominado pelo sexo masculino, surge uma indagação: quem é essa mulher que nos idos da década de 1980 chega à prefeitura de Angélica?

Segundo Gisoatto, Mascoli e Lima (2006), Marieta Pereira de Souza chegou a Angélica em 1967, após se formar em pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente, cidade onde residia, inicialmente lecionou no Grupo Escolar de Angélica, na atividade do magistério, posteriormente tornou-se diretora da nova Escola Estadual Filinto Muller, enveredou para a carreira política e filiou-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Em 1978, Marieta saiu candidata à deputada estadual, tendo o apoio de João Candido Câmara (Totó), que era deputado federal, mas já havia sido prefeito de Dourados de 1966 à 1969 período no qual Angélica era distrito de Dourados, outros nomes que apoiaram a campanha foram Londres Machado, Deputado Estadual e Ediberto Celestino de Oliveira, prefeito de Angélica.

O jornal *O Progresso* de 16 de maio de 1978, trás uma reportagem sobre o trabalho de Ediberto Celestino de Oliveira e a comemoração do aniversário da Angélica. Na reportagem o prefeito expressa o seu apoio à candidatura de Marieta à deputada estadual.

Angélica tem sua candidatura a deputada estadual e justifica, é a professora Marieta, ela é muito identificada com a região uma das primeiras professoras que teve a coragem de vir desbravar e ser também pioneira da educação da gente do Vale do Ivinhema, tem do exercido muita influência na vida de Angélica e da Região (*O Progresso*, 16 de maio de 1978, p. 10).

Conforme foi perceptível, Marieta obteve apoio do prefeito, contudo ela não conseguiu se eleger.

Após a sua derrota se mudou para Dourados, onde cursou a faculdade de Direito, ao fim do curso retornou ao município para exercer a função de advogada, e em 1981 candidatou-se à prefeita de Angélica, pelo PDS (Partido Social Democrático). Seu vice era Olavo

Conconi, como concorrentes ao cargo de prefeito tiveram Antônio Arantes Buenos e João Potroniere.

Esse pleito eleitoral foi disputadíssimo e houve trocas de acusações e insultos, prática comum na política Angeliquense. Mas, Marieta vence e se torna prefeita de Angélica. Em 1997 retorna a prefeitura, quando ganha a disputa do José Carlos Barbosa, “Barbosinha”, atual deputado estadual pelo estado de Mato Grosso do Sul, que também já tinha sido prefeito de Angélica de 1988 à 1992.

Ao pensar a trajetória política de Marieta percebemos o estabelecimento de alianças com grandes nomes da política regional que vão contribuir com a sua chegada ao poder. Outro ponto importante é seu apelo popular, seus discursos eram voltados para as classes populares na cidade, sempre levando em consideração seus anseios, eram nos bairros mais populares onde ela fazia a maior parte das atividades de campanha eleitoral.

Continuando a analisar a participação da mulher no processo de colonização é importante enfatizar a organização feminina em torno do Sindicato das Trabalhadoras Rurais.

Segundo Figueiredo (2001), no atual Mato Grosso do Sul em 1979 um pequeno grupo de mulheres agricultoras começou a se organizar dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a princípio as reivindicações giravam em torno do campo da saúde e dos direitos previdenciários. Já em 1980 novos temas passam a serem discutidos, tudo passa a ser percebido como prática política, o espaço da mulher no lar cuidando dos filhos como lugar natural vira alvo de questionamento e novas reivindicações surgem.

Ainda conforme a mesma autora, o sindicato era visto como espaço para o chefe de família, sendo assim, houve conflitos internos dentro da instituição no que tange a inserção das mulheres. Já que os homens sempre consideravam as pautas das mulheres acerca da aposentadoria das mulheres agricultoras, a violência contra as mulheres, entre outras, sempre secundárias, acreditando que havia demandas mais urgentes.

Diante disso, as mulheres perceberam que era necessário criar uma organização autônoma de mulheres agricultoras, assim o Movimento de Mulheres Agricultoras busca legitimidade através da exigência dessas mulheres em serem sócias sindicais como seus esposos, contudo essa organização sindical se recusa a atendê-las. Deste modo, elas começam a questionar a estrutura sindical e suas lideranças tradicionais.

A partir das reivindicações, as mulheres conseguiram mudar o estatuto do sindicato, que estabelecia que apenas um dos cônjuges fosse associado. E no terceiro Encontro Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras que ocorreu em Angélica, em 1988, foi lançada a

proposta que assegurava no estatuto sindical a associação do outro cônjuge, pagando meia mensalidade cada um, à proposta foi aprovada no início do ano seguinte.

Segundo depoimento de Josepha Recio Tropaldi, o cartaz a seguir foi usado pelas mulheres do Sindicato Rural dos Trabalhadores em manifestação no dia 08/03/1988, em Angélica, reivindicando melhorias para as mulheres que viviam na terra através da sindicalização e também pela aposentadoria das mulheres trabalhadoras.

Fotografia 6 - No cartaz Roseli Saleti Nunes da Silva¹¹, assassinada em 31/03/87 em uma manifestação de agricultores.



Fonte: Cartaz do acervo pessoal de Josepha Recio Tropaldi

Josepha relata como era a vivência no interior do Movimento de Mulheres Agricultoras:

O vô fazia muitos anos que era sindicalizado, agora eu não, quando nois mudamos aqui para chácara eu comecei a participar das reunião, da agricultura das mulher da agricultura rural e seu vô era tesoureiro, e eu participava das mulheres agricultoras, a gente facia reunião no salão do sindicato vinha gente de fora as vezes, o nosso movimento era forte aqui, tinha muitas mulheres, teve vezes que fomos para fora também, nós falava muito sobre a terra e a aposentadoria para as mulheres e a violência contra a mulher, mas depois foi fraquecendo no fim foi modificando, aí já não entrava só mulher da agricultura, mas aí foi entrando cabeleireira, custureira, aí as da roça foi se afastando, aí depois eu nunca mais participei, também por causa da minha doença, em 91 fui operada do câncer, aí fui afastando e nunca mais vortei (Josepha Recio Tropaldi, entrevista 06 jun. 2012).

¹¹Segundo Bener (2010), Roseli Celeste Nunes da Silva, participou da ocupação da Fazenda Annoni, Rio Grande do Sul, em 1985, junto com o marido e os filhos. Na época, ela estava grávida de seu terceiro filho, Marcos, que acabou sendo o primeiro bebê a nascer no acampamento da fazenda, em 28 de outubro de 1985. Em 31 de março de 1987 Rose foi morta, atropelada por um caminhão de uma empresa agrícola que jogou-se contra uma manifestação de agricultores sem terra na beira de uma estrada, perto do acampamento da Fazenda Annoni. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/memoria/roseli.html>. Acesso em: 20/09/2015, à 22h14 min.

Conforme fala da depoente, a organização das mulheres em Angélica trouxe mudança social, as mulheres passam a questionando as relações trabalhistas, a posse da terra e as questões de gênero.

Figueiredo (2001), ao citar a comissão Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras, trata da participação da Senhora Cícera Soares Macedo de Angélica, que não reside mais na cidade. A autora enfatiza que por meio do movimento aquele quadro de submissão “Deus quer assim ou sempre foi assim, desde que nasci”, passa ser questionado e as mulheres passam a sair do espaço dito natural do lar e buscam a ocupar o espaço de decisão, de protagonistas.

Portanto, não tratar das mulheres e de seu protagonismo na luta e construção do espaço social de Angélica seria esquecer-se de páginas vibrantes da história de um povo.

2.7 O espaço construído diariamente e o Plano Diretor de Angélica

É necessário pensar o processo de colonização de Angélica, não como natural, portanto devemos desconstruir os “fatos naturais” e promover uma análise crítica da conjuntura percebendo as relações de poder implícitas ao longo desse processo.

Ao pensar a configuração do espaço de Angélica não se afirma enquanto uma imposição arbitrária, já que nada é totalmente imposto, o que ocorre são forças distintas em constantes relações no campo social, estas relações de forças que por vezes estão em disputa, são relações de poder.

Para Foucault (2004):

Basta que qualquer um de nós se eleve sobre o outro, e o prolongamento dessa situação pode determinar a conduta a seguir, influenciar a conduta ou a não conduta de outro. (...) Não podemos nos colocar fora da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. (Foucault, 2004,16)

Portanto, diante das relações de poder existe momentos em que os indivíduos aderem e são influenciados pelo outro, mas porém, em outros momentos o agente social vai exercer sua resistência e não adere a influência do outro.

Diante disso, percebe-se que cada habitante contribuiu de maneira própria e minúscula, mas de grande valia para a formação do traçado deste espaço, revelando, assim, sua concepção de mundo, pois cada árvore que é derrubada, cada desvio, cada estrada feita a enxada-

das apontava que nada disso ocorreu por acaso, de forma gratuita, levando a entender que a colonização é uma obra coletiva. Os habitantes se instalavam de acordo com suas necessidades econômicas e sociais, visando seus próprios interesses comerciais, residenciais e industriais.

Não podemos ver a cidade de Angélica como um espaço fechado e acabado, mas sim em constante reformulação, devido à necessidade de seus habitantes, da sua experiência diária, e ao longo dessas mudanças existem as relações de poder, momento em que uma força age sobre as outras, ou que a resiste.

As relações dos colonos e a CIDAL estava permeada por constantes disputas e relações de poder, o poder não estava apenas na colonizadora, mas sim, em todos os agentes sociais que viviam neste espaço social.

Partindo de Foucault (1979), podemos pensar o PDA como uma forma de organização do espaço urbano e também um instrumento de controle social. Historicamente a utilização do controle social vem sendo empregada constantemente nas cidades, por vezes se utilizando das agressões físicas, mas também de forma sutil, por meio da organização do espaço que se utiliza de políticas de segregação.

Mas temos que ter cautela para não superestimar o poder dos mais favorecidos e subestimar o poder dos menos favorecidos, já que o poder perpassa todos os povos da estrutura social e cultural. Assim, o poder está em todos os pontos, portanto somos todos sujeitos do poder e objetos do poder.

Ao pensar os atores sociais no processo de colonização de Angélica, logo são referenciadas as relações de poder imbuídas nesse processo. Neste Sentido, Bourdieu (2001), ao tratar do poder simbólico, salienta que as práticas são construídas, tendo em vista, os interesses dos grupos sociais que as arquitetam.

A região é um espaço regido, governado por forças, sob a demarcação de um espaço de controle, em que se estabelecem dominações. São determinadamente espaços de lutas e conquistas, resultantes nas fronteiras nascidas da implantação de operações estratégicas, políticas administrativas, fiscais e militares.

Portanto, para compreender um espaço social é importante construir e mostrar os elementos que compõem o processo de caracterização, e, mais que isso, os processos e dinâmicas relacionais entre os atores sociais que incidem de maneira determinante para as constantes mutações que remodelam o próprio espaço social.

Assim, Bourdieu relaciona o espaço social à ideia de campo, definindo-o como o lugar “em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (BOURDIEU, 2001, p.164). Perceber o território como um campo, significa compreendê-lo como um espaço de disputa de interesses e construção coletiva, onde as posições e a estrutura de interação são demarcadas constantemente pelas relações estabelecidas entre os agentes sociais. Assim, entender a estrutura social é elemento chave para compreender a dinâmica territorial.

A partir desta perspectiva, a análise das relações de poder compreenderia não só a posse de determinado recurso (propriedade de terras, capital político, recursos financeiros, etc.) do território, mas também a capacidade que determinados agentes sociais têm de influenciar as estruturas de governança e a organização de interesses entre os diversos atores. Em linhas gerais, poder aqui está atrelado a capacidade de conferir um rumo ao território, seja através de um discurso, de uma narrativa, ou seja, por meio de ações mais concretas e materiais.

Portanto, o historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial que assim é nomeado, deve estar atento aos diferentes dispositivos que estabelecem fronteiras e limites assim como ressalta Albuquerque Jr. ao tratar o conceito de região:

Um dado recorte espacial é sustentado, explicado, justificado, legitimado por dadas formas de saber, que se materializam em ações e discursos, práticas discursivas e não-discursivas. A região é, em grande medida, fruto dos saberes dos discursos que a constituíram e que a sustentam. [...]A região, como diria Certeau, é um espaço praticado ou, como diz Fremont, é um espaço vivido. É uma territorialidade no sentido deleuziano, ou seja, nasce de investimentos de poder, de saber e de desejo. Poderes, saberes e desejos nas esferas do econômico, do social, do político, do religioso, do ético, do moral, do artístico, do erótico, etc. (ALBUQUERQUE JR, 2006 p. 66).

Pensar em região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora, como um diagrama de poderes, que por vezes expressam formas determinantes de identidades, que sustentam e que movimentam os sentidos de um recorte regional, fruto de um dado processo histórico.

Portanto, segundo Albuquerque Jr., a constituição de limites não pode ser pensada apenas através do espaço propriamente dito, portanto cabe questionarmos as razões pelas quais determinados espaços são reconhecidos e caracterizados, bem como suas construções ideológicas. Para o autor “a história da região seria a história da constituição destes limites, não o que teria acontecido no interior de um determinado limite”.

A partir da análise das ações da Colonizadora e Imobiliária Douradense - no que se refere a transformação do espaço social em que atualmente corresponde a cidade de Angélica - percebemos que existe relações de poder, sendo assim, tanto a colonizadora, quanto os colonos exercem poder. Assim, cai por terra aquela perspectiva, em que o poder está configurado apenas nas mãos do Estado e que o povo acaba sendo oprimido por essa força suprema.

Neste sentido, ao comparar as fontes (PDA e as entrevistas orais) fica explícito as relações de poder, sobretudo, em relação à ação popular, que se utilizava de seus artifícios, como seu ambiente de convívio, seu trabalho, casa, para agir contra as imposições. Portanto, a construção do espaço ocorreu a partir da ação humana das diversas pessoas partícipes desse processo, assim, tanto a colonizadora, quanto os colonos influenciaram e construíram Angélica.

Vale ressaltar que a criação do núcleo urbano de Angélica, foi orientada pelo Plano Diretor de Angélica (PDA), planejado pelo arquiteto Jorge Wilhelm em colaboração com a arquiteta Rosa Grena Alembick, elaborado de maio de 1955 a setembro de 1956 na cidade de São Paulo e, sua representação gráfica ficou a cargo de Israel Sankowski e Jerônimo Bonilha. O PDA não fazia menção alguma acerca da editora ou diretor responsável. O referido plano diretor contém 75 páginas, retratando as limitações e definições do problema para implantação do núcleo urbano de Angélica.

Tendo em vista as ideias de Foucault, é necessário pensar o Plano Diretor não como natural, portanto devemos desconstruir os “fatos naturais” e promover uma análise crítica da conjuntura percebendo as relações de poder implícitas ao longo desse processo.

Ao pensar a configuração do espaço, o Plano Diretor de Angélica não se afirma enquanto uma imposição arbitrária, já que nada é totalmente imposto, o que ocorre são forças distintas em constantes relações no campo social, estas relações de forças que por vezes estão em disputa, são relações de poder.

Para Foucault (2004):

Basta que qualquer um de nós se eleve sobre o outro, e o prolongamento dessa situação pode determinar a conduta a seguir, influenciar a conduta ou a não conduta de outro. (...) Não podemos nos colocar fora da situação, em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder (Foucault, 2004, p.16).

Portanto, diante das relações de poder existe momentos em que os indivíduos aderem e são influenciados pelo outro, mas porém, em outros momentos o agente social vai exercer sua

resistência e não adere a influência do outro, isso ocorreu também em relação do Plano Diretor de Angélica, tendo em vista que o plano não foi implementado em sua totalidade, e muitas das intervenções sugeridas pelo urbanista são rejeitadas, sendo assim, o formato da cidade acaba sendo bem diferente daquele idealizado pelo urbanista juntamente com a colonizadora. Deste modo, podemos pensar o Plano Diretor, vislumbrando suas utopias e a realidade, o que realmente ocorreu na construção deste espaço social.

Vale ressaltar, que o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm foi contratado pelo Senhor Rene Neder para que prestasse serviços para a Colonizadora Imobiliária Douradense e fizesse o Plano Diretor de Angélica.

Diante disso, é importante salientar que o plano trás consigo a perspectiva da colonizadora que tinha, sobretudo, o anseio de angariar recursos com a venda de lotes desse patrimônio que estava em formação.

De 1956, ano da elaboração do PDA, até 1976, quando da emancipação política de Angélica, passaram-se vinte anos e neste intervalo de tempo o “patrimônio” ou “Vila Angélica” se transformou definitivamente em uma cidade, ocupando a área da planta urbana estabelecida, conforme os preceitos do PDA, ou seja, dos incipientes traçados urbanísticos de outra, evolui-se em 1976 a uma modesta cidade. Da ocupação dos lotes urbanos, surgiram os prédios residenciais, comerciais, industriais, institucionais e as áreas de lazer; ocorrera, em definitivo, a transformação da paisagem: o “sertão” virou cidade. A ocupação espacial da área urbana não se deu a contento, como idealizada pelo PDA, pois o crescimento espontâneo da cidade contribuiu para os fatores que implicaram na falta de observância ao planejamento urbano.

Mas tal percepção é bem diferente ao que realmente acontece, nota-se no PDA que o autor idealizava uma cidade, como ele mesmo disse, com propósitos embasados nos preceitos da “Carta de Atenas”. Em 1976, quando a configuração da cidade de Angélica fora estabelecida, nota-se que esta formatação espontânea construída pela ação do homem, aconteceu de certa forma diferente em relação ao PDA, o povoamento em si não desobedeceu às linhas gerais da planta urbana, mas sim, as funções da ocupação dos lotes urbanos, que não atenderam ao que fora planejado, apesar do alerta do PDA que orientava no sentido de existir um poder coercitivo junto aos moradores para direcionar as determinações do Plano Diretor. Segue-se de aí poder entender, que todo aquele planejamento urbano de vanguarda, com suas previsões arrojadas, tornou-se obsoleto e utópico frente à realidade da ocupação dos espaços da malha urbana pelos moradores da cidade.

Na década de 50 do século passado, era fácil se deixar cegar pela ideia do progresso e, na ânsia da colonização dos “sertões”, arquitetos e urbanistas se deixavam levar pelos modelos urbanísticos da época, considerados modernos, como o descrito no PDA, que se ajustava perfeitamente aos interesses econômicos e vanguardistas daqueles tempos, haja vista o governo Kubitschek e seu projeto “idealizador” da construção de Brasília.

Dessa forma, ao analisar o PDA, percebe-se sua relação com o poder, pois a tendência econômica daquele contexto histórico se revelava por meio de novos ideais de cidade e de sociedade, que buscavam encontrar a cidade justa, harmoniosa e fundamentalmente ordenada, porém, com acentuado caráter autoritário.

Segundo esse raciocínio, a grande utopia estava contida no próprio PDA, pois se tratava de um Plano Diretor que estava fortemente fundamentado pelos princípios da “Carta de Atenas”, que caracterizava os ideais expostos acima. Dessa forma, para obter seus objetivos, utilizavam-se métodos pedagógicos, tanto na área urbana como na rural, direcionando os habitantes para uma educação que os deixasse envolvidos com o trabalho e a paz, para a boa convivência entre os cidadãos angelienses.

Torna-se necessário, ainda, comentar alguns desses métodos pedagógicos e medidas disciplinadoras que estão inseridas no PDA, pois ao se analisar a fonte escrita, percebe-se, desde o primeiro até o último capítulo, a revelação do poder coercitivo do plano diretor, que tinha a preocupação de construir uma cidade disciplinada, o qual já de início analisava as terras da Gleba Angélica e propunha que deveria ser aproveitada para o plantio de café.

Outra questão que salta aos olhos é sobre os métodos disciplinares do PDA. No tocante as chácaras, que compreendiam áreas de até doze hectares, dispostas a circundarem a cidade, o autor propunha cláusulas obrigatórias, em que a CIDAL impunha nas escrituras obrigações contratuais que seriam reservadas para a produção de alimentos a fim de abastecimento primário da população humana que se fixaria na cidade, como, feijão, arroz e hortifrutigranjeiros. Dizia o autor que “[...] as características de lotes para chácaras diferem forçosamente dos lotes destinados ao café” (PDA, 1956, p. 22).

Mais adiante se percebe realmente o poder autoritário do PDA, quando o autor previa as diretrizes gerais para fundação e expansão do núcleo urbano, apontando que a principal característica do desenvolvimento de Angélica seria o crescimento espontâneo; no entanto fazia ressalvas autoritárias, orientando que a permissão das vendas dos lotes urbanos aos moradores, ocorreria em condições estipuladas nas escrituras sobre o correto uso dos terrenos, impondo um poder coercitivo necessário para orientar o desenvolvimento espontâneo em con-

sonância com o Plano Diretor. Afirmava, ainda, que se estas medidas coercitivas e orientadoras entrassem em conflito com a tendência imprimida ao desenvolvimento por seus habitantes, deveria ser o Plano examinado novamente, pois “[...] não se deve, contudo negligenciar o poder educativo do Plano Diretor” (PDA, 1956, p. 40).

O PDA impunha suas utopias dentro daquele contexto histórico, pois o autor planejava, minuciosamente, preocupado com a ocupação do solo. No entanto, ignorava a questão social, não se importando momento algum em entender as dinâmicas de povoamento e os reais impactos que o PDA poderia exercer sobre os habitantes, desconsiderando os fatores econômicos, sociais e climáticos, de modo a carrear melhores condições de elaborar um Plano Diretor mais flexível e naturalmente mais social e humano, procurando entender se, de fato, os habitantes queriam plantar café, hortaliças ou viverem em bairros com segregações espaciais.

Desse modo, as utopias do PDA e uma tentativa de imposição foram os fatores mais relevantes para o fracasso habitacional de Angélica, considerado desagregadoras do modelo urbano, que levaram também à descaracterização do planejamento, pois, afinal de contas, o urbanismo é um processo social contínuo; pode-se dizer que as cidades nascem por necessidade de contato, comunicação e as relações entre os seres humanos e, no caso de Angélica, não fora diferente, pois também se formou de uma obra coletiva de seus habitantes e não de um grupo de homens conforme idealizado pelo PDA, imposto pela iniciativa privada, tendo concepções de modelos perfeitos de ordenação de cidade sem contradições. Os métodos urbanísticos empregados pelo PDA foram respaldados em critérios racionais de caráter exclusivamente técnicos, não tendo nenhuma participação da sociedade civil nas discussões propostas para a cidade, ficando submetida às normas e padrões que propiciassem a reprodução da força do capital, conforme os anseios dos autores do PDA.

Assim, o autor do PDA não se preocupou com os agentes sociais, o homem, não construindo uma cidade pensando em um ambiente que seria produzido pela dinâmica social. Essa ocupação natural deixou o tecido urbano retalhado quanto à função de habitarmos diferentes zoneamentos de Angélica, irrompendo com o autoritarismo disciplinador da cidade funcionalista.

Diante disso, percebe-se que cada habitante contribuiu de maneira própria e minúscula, porém de grande valia para a formação do traçado urbano geral da cidade, revelando, assim, sua concepção de mundo, pois cada árvore que é plantada, cada desvio, cada atalho na malha urbana apontava que nada disto ocorria por acaso e era gratuito, levando a entender que

a cidade é uma obra coletiva. Entende-se, desse modo, que a urbanização de Angélica, pautada segundo o PDA e consagrada nas bases do planejamento “modernista corbusiano”, implicava em imposições disciplinares e pedagógicas que garantissem o habitar com sossego e tranquilidade, criando-se utopias que confrontavam com a realidade vivenciada na sociedade e, conseqüentemente, com a construção social da cidade, incorrendo no fracasso urbano de Angélica. Os habitantes se instalavam de acordo com suas necessidades econômicas e sociais, visando seus próprios interesses comerciais, residenciais e industriais.

Não podemos ver a cidade de Angélica como um espaço fechado e acabado, mas sim em constante reformulação, devido à necessidade de seus habitantes, da sua vivência diária, e ao longo dessas mudanças existe as relações de poder, momento em que uma força age sobre as outras, ou que a resiste.

É importante pensar que ao longo da construção do espaço social da cidade de Angélica, até mesmo a colonizadora em alguns momentos deixa de seguir as recomendações e normas estabelecidas pelo PDA, devido a fatores políticos e administrativos.

Tendo em vista a venda de terrenos, por vezes a Colonizadora Imobiliária Douradense facilitou, de certo modo, as ocupações dos lotes urbanos de Angélica, não respeitando, dessa forma, o planejamento do PDA, pois vendia os lotes e não exigia do proprietário o cumprimento das cláusulas propostas pelo Plano Diretor, não importando se os moradores iriam obedecer à função do zoneamento. Por exemplo, a zonas urbanas residencial, comercial e industrial se descaracterizaram, de modo que os prédios destinados às residências se generalizaram por toda cidade. Assim, como ocorreu com os prédios residenciais, aconteceu com os comerciais, que também desrespeitaram as outras áreas urbanas, negligenciando por completo o PDA e perdendo, definitivamente, o controle de implantar os zoneamentos urbanos estabelecidos.

Assim, vale ressaltar que em muitos momentos os compradores dos terrenos não aceitavam as imposições feitas pela Colonizadora, e devido à necessidade de vender os terrenos a CIDAL acabava cedendo e fazendo vista grossa as ações que iam na contramão do PDA.

Deste modo, o depoente Aparecido Figueiredo ressalta:

A colonizadora de Angélica foi muito ruim mesmo, sem dúvida nenhuma, o doutor René Neder, a colonizadora Douradense, atrapalhou demais esse município, um município que não existe planejamento, no papel o município de Angélica é um município planejado, no papel, mas na teoria, na prática, desculpa isso não aconteceu, o René vendia propriedades de qualquer maneira, aonde ele aonde era para bairro ele vendia para comércio, aonde era indústria ele vendia para residência, na área territorial do município ele vendeu grandes propriedades, chácaras dentro da cidade, até é falta da gente pesquisar, mas nós temos uma área territorial tranquila para 100 mil habitantes, você que é daqui sabe disso nós temos

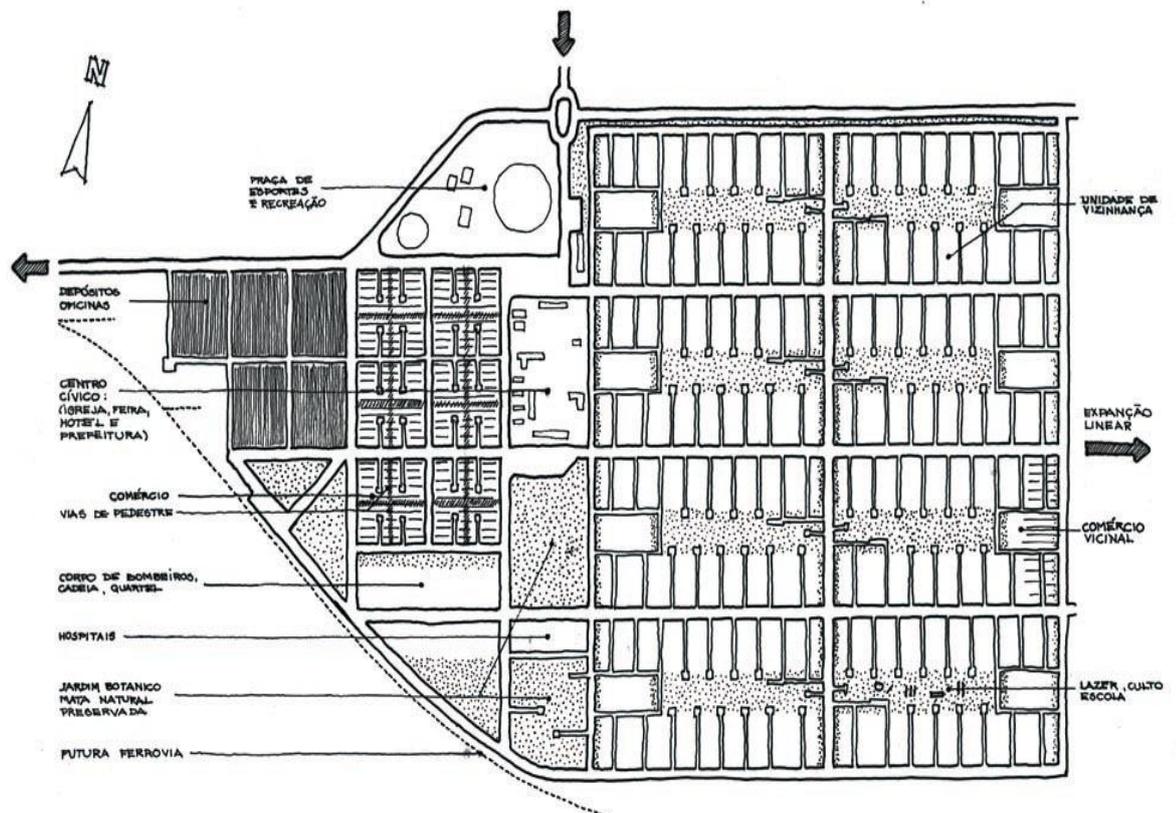
grandes vazios, um núcleo aqui, um grande vazio, isso dificulta asfalto, dificulta identificação, iluminação pública, nós temos uma imensidão de área e poucas pessoas, para você levar esse serviço para essas pessoas fica caríssimo (Aparecido Figueiredo, entrevista 02 mar. 2015).

Conforme foi perceptível atrás da fala do Sr. Figueiredo que a CIDAL em diversos momentos deixa de lado as determinações do PDA e acaba devendo terrenos a seu modo sem seguir as instruções da obra do arquiteto Jorge Wilhelm. Portanto, pensando a atuação da Colonizadora Imobiliária Douradense percebemos que em muito momentos ela não segue o PDA, com relação a documentação dos terrenos vendidos.

Assim, o não cumprimento dos acordos com os colonos por parte da colonizadora, dificulta a tomada de uma postura rígida em relação às normas do PDA por parte da empresa.

Segundo Wilhelm, a cidade de Angélica foi projetada a partir da divisão em zonas, zona residencial, zona de lazer, zona comercial e zona industrial. Conforme é possível ver a seguir, o croqui da planta da cidade.

Fotografia 11 – Planta de Angélica



Fonte: Plano Diretor de Angélica, Planta de Angélica, 1956, p. 75.

Jorge wilheim ao projetar o núcleo urbano previa uma população média de 15 mil habitantes, considerou que o espaço urbano seria de comercialização, enfatizando a grande importância da zona rural, as lavouras como a base econômica e a cidade como espaço do comércio dos gêneros produzidos no campo. E, ainda, relaciona a cidade com espaço de passagem, devido o fluxo Dourados à Presidente Epitácio, para tanto, a atividade de hotelaria teria lugar garantido e sucesso.

Segundo dados do IBGE, a população de Angélica é estimada em 2015 de 10.149,00 pessoas. Mas Angélica já possuiu uma população de 19 mil pessoas em idos da década de 1970, época em que a economia local era baseada na agricultura, sobretudo, no plantio do café.

Contudo, geadas muito fortes e chuvas de granizo assolaram a região e muitas lavouras foram perdidas, o insucesso na atividade agrícola fez com que muitas pessoas deixassem Angélica.

Neste sentido disse o Sr. Waldemar:

Planteio quatro mil e seiscentos pés de café era quatro alqueire e deixei uma parte lá para pasto pra gente ter umas vacas de leite, mas tava bem, quando foi em 66, 67 por aí veio uma geada e queimo o café que deixou no tronco, queimou tudo, e o café estava numa abutuada deu até para chorar de ver, depois mais dois ano deu outra geada forte, aí resolvi vender a propriedade, eu vendi em 80, aí eu comprei um sítio no Ouro Verde, plantei arroz e perdi a lavoura também, plantei o arroz ele estava tudo na bucha deu uns 30 dias de sol, perdi tudo, o sol matou tudo, aí peguei e resolvi vender o sítio e na época eu devia mil cruzado no banco também, aí vendi na intenção de ir embora para São Paulo, ou ir para Dourados, aí naquilo pensando que os meninos precisava de um lugar para trabalhar acabei comprando uma olaria a pica pau foi onde que eu desisti de lavora e tamo mexendo com olaria até hoje (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012).

Portanto, diante de sucessivas perdas de lavouras, o trabalhador encontra em outra atividade uma forma de trazer o sustento à família sem mudar de cidade.

No Jornal *O Progresso* de 7 outubro de 1979, existe uma reportagem “Sementes e assistência aos produtores de Angélica: granizo” cita que o governador Marcelo determinou que a empresa Agropecuária de Mato Grosso do Sul - AGROSUL distribuísse sementes de milho e amendoim ao agricultores de Angélica, já que a região tinha sido atingida por forte vendaval, seguida de granizo que destruiu lavouras em todo município.

Neste sentido, Figueiredo cita: “nós tivemos na década de 80, um grande êxodo, o pessoal indo para São Paulo, principalmente Americana”.

Diante desta conjuntura, muitas pessoas desmotivadas com a agricultura foram tentar a vida em grandes cidades do estado São Paulo, como Americana e Santa Barbará d' Oeste. Mas o que estava ocorrendo nessas cidades que atraíram tantos migrantes, na década de 1980?

Segundo Dota (2008), o crescimento populacional em Santa Barbará d'Oeste está relacionado ao processo de industrialização, o estado de São Paulo se sobressaiu perante os demais estados do país e começa a sofrer significativas mudanças estruturais, e se tornou um polo industrial. Neste sentido, entre as décadas de 1950 à 1980, enquanto o número de indústrias mais do que dobrava, a força do trabalho multiplicava-se por três.

Sendo assim, diante da expansão da industrialização muitas pessoas que viviam em Angélica percebem o interior de São Paulo como um novo espaço de oportunidade e migram para Santa Barbará d'Oeste e Americana. Já que haviam passado por sucessivas perdas nas lavouras e não havia o desenvolvimento de indústrias e outras oportunidades de trabalho em Angélica, o êxodo foi uma alternativa na busca de novas oportunidades de trabalho.

Recordo-me que nos finais de ano vinha até cinco ônibus dessas duas cidades, pessoas que retornavam à Angélica para visitar familiares, era um período muito alegre para a população da cidade.

Vivenciei de perto essa realidade, tenho um tio que trabalhava na roça e perdeu toda sua lavoura de algodão com uma forte chuva de granizo no ano de 1979, posteriormente a esse fato, resolveu ir embora de Angélica tentar a vida em Sana Barbara d'Oeste, e recordo perfeitamente o quanto a minha vó aguardava as festividades natalinas, quando o tio João vinha de excursão visitá-la.

As lavouras gradativamente foram sendo substituídas pela pecuária, e o espaço que antes era ocupado pelos homens na lida da terra passou a ser lugar dos bois. Tal conjuntura contribuiu para o não crescimento populacional.

Essa realidade só vai se transformar a partir de 2006, com a instalação da usina de álcool e açúcar Adecoagro¹², na época a cidade conforme dados do IBGE possuía uma população estimada em 7.465 habitantes, com a instalação desta grande indústria houve a geração de 3.800 postos de trabalho diretos, assim, os espaços que anteriormente foram ocupados por gado, agora dão lugar a cana de açúcar e ao trabalho mecanizado.

12O grupo tem como sócio majoritário o empresário húngaro-americano George Soros, considerado pela revista Forbes de 2012, o 22º homem mais rico do mundo. Além da produção de açúcar e etanol, o grupo se dedica também a produção de grãos, arroz, oleaginosas, lácteos, café e algodão. Dados retirados do site institucional: <http://www.adecoagro.com/DinamicPage.aspx?midpid=29&mimid=18&miid=32> acesso em:03 de fevereiro de 2016.

Portanto, diante deste novo panorama houve o crescimento populacional e muitas famílias que nas décadas de 1980 e 1990 haviam migrado por falta de trabalho retornam à cidade.

A nova leva de imigrantes trás consigo a necessidade de repensar a estrutura do espaço urbano. Deste modo, no dia 10 de julho de 2014 foi feita uma audiência pública para a apresentação da minuta de lei do Plano Diretor Participativo de Angélica. A empresa contratada pelo governo do estado para a execução do serviço foi a empresa Alto Uruguai. No dia da audiência técnicos da empresa apresentaram um projeto de Lei com os estudos do município finalizados, com dados detalhados acerca das novas medidas em relação à urbanização, tendo em vista, organizar as áreas do município, para que as novas construções e empreendimentos estejam de acordo com as demandas legais.

Segue abaixo imagem postada na página da prefeitura de Municipal de Angélica na rede social, facebook¹³, no dia 02 de julho de 2014, convidado à população a participar e opinar sobre as mudanças que deveriam ser implantadas a partir da minuta do Plano Diretor Participativo de Angélica.

Fotografia 12 – Convocação popular para participação do Plano Diretor.



Fonte: Imagem da página da Prefeitura Municipal de Angélica no facebook.

¹³ Convocação popular para participação do Plano Diretor. *Facebook – prefeitura de Angélica* Disponível em: <https://www.facebook.com/Prefeitura-de-Ang%C3%A9lica-MS-364786703634183/?fref=ts>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

A partir da reportagem vinculada ao site *Ivinotícias*¹⁴, no dia 03 de novembro de 2014, foi realizada a segunda etapa para elaboração do plano diretor participativo, esta etapa foi chamada de “diagnóstico do cenário atual do município”. A equipe da empresa Alto Uruguai apresentou o cenário atual do município levando em consideração as sugestões apresentadas pela população na reunião da primeira etapa de elaboração do plano diretor do município.

A página da prefeitura de Angélica no facebook noticiou a ocorrência da terceira etapa para a construção do plano diretor, que foi feita através de uma audiência pública para apresentar a população o plano base e a minuta da lei do Plano Diretor Participativo, isso ocorreu no dia 09 de dezembro de 2015.

Foi feita a última etapa da elaboração Plano Diretor, esta ocorreu no dia 03 de julho de 2015. Nesta data, foram apresentados os estudos do município finalizados, com os dados territoriais e um planejamento urbano detalhado da cidade, assim, findando-se a elaboração, o projeto de lei foi encaminhado para votação na câmara municipal.

O projeto de lei do Plano Diretor Participativo foi aprovado pela Câmara dos vereadores. Portando, teoricamente encontra-se em execução, contudo não houve grandes mudanças. O saneamento básico ainda é um problema na cidade, cerca de 98% da população não possui rede de esgoto, 40% do perímetro urbano ainda encontra-se sem pavimentação asfáltica, as erosões e assoreamento dos córregos também é outra problemática que persiste sem nenhuma intervenção direta do poder público.

Pensando nestes dois momentos em relação ao planejamento urbano, o Plano Diretor de Angélica e o Plano Diretor Participativo são perceptíveis às relações de poder. Todos os sujeitos partícipes do processo são detentores de poder. O poder não estava apenas na colonizadora, ou agora somente na prefeitura, mas sim, em todos os agentes sociais que viviam neste espaço social.

Neste sentido, não podemos analisar o poder pensando apenas no Estado, mas ver o poder exercido a partir dos diferentes lugares da sociedade, dos micro poderes que permeiam a estrutura social e perceber como esses poderes se relacionam.

Conforme Foucault:

¹⁴ Plano diretor de Angélica é debatido com a sociedade. *Ivinotícia*. Disponível em: <http://www.ivinoticias.com.br/noticia/cidades/plano-diretor-de-angelica-e-debatido-com-a-sociedade>. Acesso em: 26 de janeiro 2016.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 2004, 29)

Assim, percebemos que o poder não está centralizado na Colonizadora que exerceria em relação aos colonos, mas sim, que está em todos os indivíduos, assim, ninguém consegue resistir às relações de poder, haja vista que todas as relações são de poder.

Portanto, ao longo deste capítulo percebemos as trajetórias dos migrantes que se estabeleceram em Angélica, o seu cotidiano e as relações de poder que perpassam essa ocupação popular.

O próximo capítulo ocupa-se da análise do processo municipalização de Angélica, resgatado a participação dos diferentes sujeitos ao longo do desmembramento político e administrativo. Refletindo acerca dessa conjuntura, são seguidos os passos da trajetória política de Ediberto Celestino de Oliveira e as suas inúmeras maneiras de relacionar-se com o espaço de governança, bem como sua aliança com a CIDADAL na busca da manutenção do poder.

CAPÍTULO III – A VILA VIROU CIDADE: OS SUJEITOS QUE CONSTROEM O DESMEMBRAMENTO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO DE ANGÉLICA

3.1. O processo de Emancipação de Angélica

O núcleo urbano de Angélica surge a partir da necessidade e efetiva ocupação dos novos espaços pela população, fracasso do plano diretor se dá porque não leva em consideração os migrantes e sua vivência. O Plano Diretor se espelha em outras realidades, bem distintas daquelas que viviam os moradores do vilarejo.

A vida em Angélica é marcada pela experiência do campo, o sertanejo que trabalha na agricultura e vai busca uma vida melhor para sua família nessa terra percebida como uma nova oportunidade.

Como vimos, nos capítulos anteriores Angélica tem sua origem a partir dos empreendimentos da Colonizadora Imobiliária Douradense Ltda., em 1953, com a venda de lotes para serem desmatados e transformados em lavouras. Deste modo, a ocupação popular se dá a partir da compra de terras, ainda em condição de matas, esses homens e mulheres que migram para a localidade em sua grande maioria já viviam da agricultura. A princípio todos viviam na zona rural, só no início da década de 1960 que a colonizadora inicia a venda de terrenos no espaço definido para cidade.

Vale ressaltar, que em 1955, René Neder contrata o serviço de arquitetura de Jorge Wilhein para um estudo da área e elaboração do projeto de uma nova cidade, em setembro de 1956 “plano piloto de uma cidade cafeeira” fica pronto. Mas, só no início dos anos 1960 que o colonizador René Neder, deu início à futura cidade às margens do córrego Ouro Verde, com início das vendas de terrenos do espaço urbano logo houve a instalação dos primeiros comerciantes.

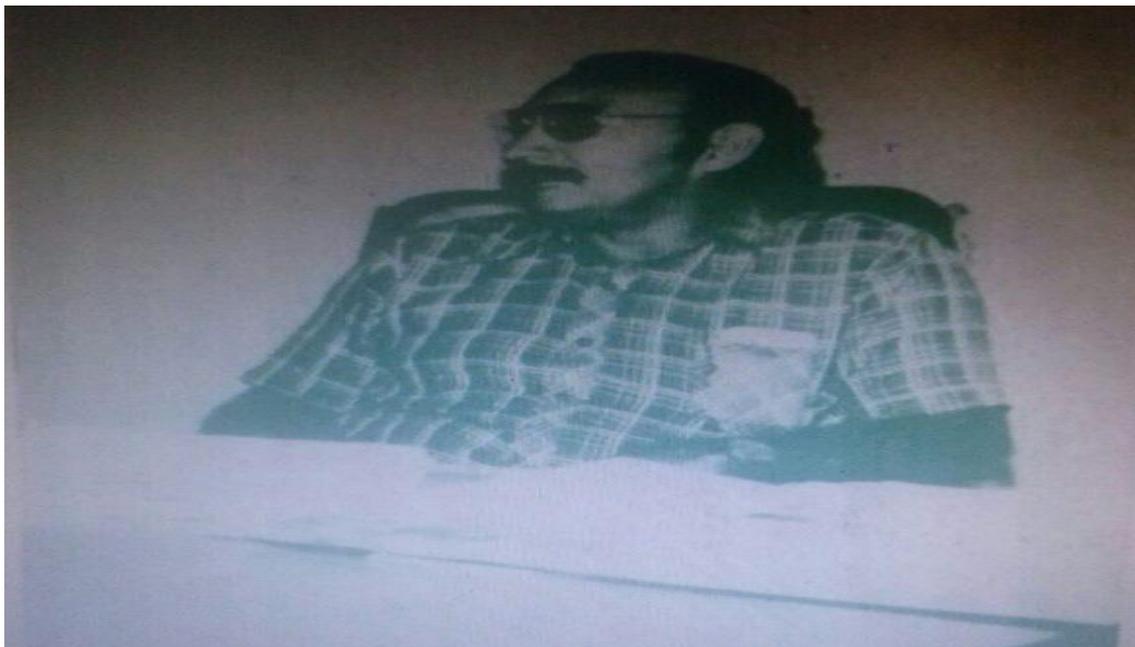
Neste contexto, Angélica torna-se distrito do município Dourados, em 31 de outubro de 1963, a partir do projeto de lei nº 183/63¹⁵ proposto pelo Deputado Estadual Carlos de Souza Medeiros, tendo como decisão favorável de todos os deputados participantes da sessão.

Diante desse processo de formação da cidade, em 1973, Angélica elege o vereador Ediberto Celestino, que representou o distrito na Câmara Municipal de Dourados.

¹⁵ Projeto de Lei nº 183/63, de 31 de outubro de 1963. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Angélica. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ediberto Celestino de Oliveira, que em 1953 chegou a Angélica, foi tratorista da CI-DAL, posteriormente exerceu a função de administrador da colonizadora, acaba adentrando na carreira política se elegendo ao cargo de vereador pelo partido ARENA e posteriormente o primeiro prefeito de Angélica.

Fotografia 13 – Ediberto Celestino de Oliveira em seu gabinete na Prefeitura Municipal de Angélica.



Fonte: GISOATO, Inivaldo; MASCOLI, WILSON; LIMA, Waldir Basílio de. Angélica: Paixão de um Povo. Campo Grande; Brasília, 2006.

Neste sentido, Aparecido Figueiredo enfatiza que:

o Ediberto no seu mandato de vereador ele começou a construir o desejo da emancipação de Angélica, a distância com Dourados era muito grande, né você tinha município aqui do lado 18 km como Ivinhema, Nova Andradina 75 km, e você ter uma relação com Dourados a 150 km, numa estrada de chão, problemas, chuvas ficava semana sem poder transitar, inexistência de meios de transporte, e a necessidade de criar o município, então houve esse movimento de emancipação, tivemos a eleição, o plebiscito, desculpa e a população foi majoritariamente a favor da emancipação, tivemos pessoas que trabalham para isso nesse período o próprio Ediberto, Totó Câmara (Aparecido Figueiredo, Aparecido Figueiredo, entrevista 02 mar. 2015).

Ao pensar o processo de emancipação é necessário analisar os interesses dos políticos locais, o desejo de Ediberto a chegar à prefeitura de Angélica. Ele contava com todo o apoio

da CIDAL, era um representante da colonizadora no âmbito político, homem de confiança do René Neder.

Já João Totó Câmara, que havia sido prefeito de Dourados de 1966 a 1969, foi deputado federal de 1971 a 1973, retornou ao posto de prefeito em que permaneceu até 1977, quando novamente foi eleito deputado federal de 1979 a 1982. O anseio de manter o seu curral eleitoral de Angélica, o leva a apoiar o movimento de municipalização. É importante frisar que o político era muito popular em Angélica e sempre possuiu um grande número de eleitores.

Como medida necessária, no processo de municipalização foi realizada uma consulta previa a população, um plebiscito. Assim, o processo de municipalização de Angélica se inicia a partir do decreto legislativo nº2.619 de 20 de abril de 1976, quando o presidente da câmara dos deputados do estado de Mato Grosso determina o plebiscito para a consulta à população da área territorial, que seria elevada à categoria de município.

Deste modo o Tribunal Regional Eleitoral fez o plebiscito questionando a respeito da possibilidade de emancipação no dia 02 de maio de 1976, o resultado foi o seguinte: existiam 2.660 pessoas aptas a votarem na região, contudo houve 1.754 votantes, deste total, 1.662 votaram sim, 50 votaram não e 22 anularam seus votos. Portanto, 74,29% das pessoas aptas votaram no plebiscito.

Tabela 5 - Resultado da votação do Plebiscito questionando o desejo da população acerca da Emancipação de Angélica.

RESULTADO DO PLEBISCITO SOBRE A EMANCIPAÇÃO DE ANGÉLICA – 02/05/1976			
Nº VOTANTES	SIM	NÃO	NULOS
1754	1662	50	22
PORCENTAGEM	94,76%	3,15%	1,25%

Fonte: Projeto de Lei nº47/76, de 10 de maio de 1976. Dispõe sobre a criação do Município de Angélica. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Portanto, percebe-se a partir do plebiscito o desejo de emancipação de Angélica. Diante do resultado, o presidente do Tribunal considerou favorável a criação do município, conforme consta no Projeto de Lei nº47/76.

Juntamente com projeto de lei de criação da cidade de Angélica estavam em trâmite os projetos de municipalização dos distritos de Mirassol do Oeste, São Felix, Pedra Preta, Tangará da Serra, Fronteira Rica, Deodápolis, Eldorado, Mundo Novo e Vicentina.

Todos esses distritos passaram por plebiscitos também, com intuito de consultar a população em relação à possibilidade de municipalização e os resultados foram os seguintes:

Fotografia 14 – Resultado do Plebiscito para municipalização dos distritos

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
Gabinete do Presidente

GAB/107/DE/43/184/76 Cuiabá, 07 de maio de 1976

*Em expediente
Car. nº 105/76
dele. Ramo*

Senhor Presidente:

Em atenção ao expediente originário dessa Augusta Assembléia, temos a honra de comunicar a V.Exa. que o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral fez realizar, no dia 2 do corrente, nas dez regiões determinadas, a consulta plebiscitária para a criação de municípios, apresentando os seguintes resultados:

Localidades	Sim	Não	Branco	Nulos	Votantes	Aptos
Mirassol do Oeste	2.609	936	74	59	3.678	5.720
São Felix	1.264	10	25	19	1.318	1.766
Pedra Preta	1.651	61	15	21	1.748	2.585
Deodápolis	3.617	510	29	20	4.176	6.729
Angélica	1.662	50	22	20	1.754	2.660
Tangará da Serra	4.349	55	34	33	4.471	6.084
Eldorado	1.646	15	15	1	1.677	2.330
Mundo Novo	1.760	19	16	6	1.801	2.369
Vicentina	1.799	579	22	12	2.372	3.998
Fronteira Rica	873	85	12	11	981	1.866

Ao Exmo. Senhor DEPUTADO NELSON RAMOS
DO. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
NESTA CAPITAL
Jos/dcb

Fonte: Projeto de Lei nº47/76, de 10 de maio de 1976. Dispõe sobre a criação do Município de Angélica. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Ao analisar a Ata nº52 de 10 de maio de 1956 da assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi perceptível que a partir dos resultados, no dia 07 de maio de 1976, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Jesus de Oliveira Sobrinho, considerou favoráveis a criação dos municípios de: São Felix, Pedra Petra, Deodápolis, Angélica, Tangará da Serra, Eldorado, Mundo Novo e Fronteira Rica, e desfavoráveis os referentes a: Mirassol do Oeste e Vicentina. Devido o resultado negativo em relação à consulta popular.

Assim, no dia 10 de maio de 1976, os deputados estaduais: Afro Stefanini, Antonio Corrêa, Ary Campos, Cristino Côrtes, Édison Pires, Horácio Cerzosimo, João Filgueiras, José Amando, Leite Schimidt, Londres Machado, Milton Figueiredo, Nelson Ramos, Oscar Ribeiro, Oscar Soares, Paulo Saldanha, Ronald Albaneze, Ruben Figueiro, Carlos Bezerra, Cleó-

menes Nunes, Henrique Freitas, Jesus Gaeta, Sérgio Cruz e Válter Pereira se reúnem em sessão e votam os projetos de leis para criação dos municípios já citados acima.

A partir da ata nº52 de 10 de maio de 1976, o presidente da Câmara, Deputado Nelson Ramos iniciou a sessão ressaltando que o intuito da mesma era a votação dos Projetos de lei de criação de novos Municípios. Deste modo, foram apresentados os projetos de lei de criação dos municípios de: Pedra Preta pelo Deputado Afro Stefanini, Tangará da Serra pelo Deputado José Amando, Aral Moreira, Eldorado e Mundo Novo pelo Deputado Paulo Saldanha, Angélica pelo Deputado Edison Pires, Deodópolis por Londres Machado, São Félix do Araguaia pelo Deputado Ruben Figueró.

O projeto de lei de criação do município de Angélica foi elaborado pelo Deputado Estadual Edson Pires¹⁶. A partir do projeto de lei nº47/76, processo nº106/76 emenda “Cria o município de Angélica e dá outras providências”. Segue a baixo o projeto de lei de criação do município de Angélica:

Artigo 1º - Fica criado o Município de Angélica, desmembrado de área do município de Dourados, com sede na localidade do mesmo nome.

Artigo 2º - São os seguintes os limites do Município Angélica: - Partindo de confluência do córrego Félix Cuê no Rio Brilhante, por este abaixo pela margem direita em diversos rumos e distâncias até atingir ao Rio Ivinhema, por este abaixo, pela margem direita, em diversos rumos e distâncias, até atingir a confluência do Córrego Piravevê, é, por este acima pela margem esquerda em diversos rumos e distâncias até atingir a linha nº19 do Núcleo Colonial de Dourados (Zona 2º) é deste ponto pela divisa do Núcleo Colonial G. e Dourados em linha reta até atingir a fundição dos lotes da quadra NQ 94 (noventa e quatro) é pela fundição dos lotes dessa mesma quadra na linha reta até a margem direita do Córrego Felix Cuê; por este abaixo, atravessada margem direita em diversos rumos e distâncias até atingir a sua confluência na margem direita do Rio Brilhante, ponto de partida do presente roteiro.

Artigo 3º- Nos termos da Lei Complementar número 1, o município de Angélica será instalado no dia trinta e um de janeiro de 1.977 com posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores a serem eleitos no dia quinze de novembro de 1.976.

Artigo 4º - Enquanto não instalado o Município, cabe a Prefeitura municipal de Dourados manter os serviços essenciais à população residente na área emancipada.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Justificativa - Submetemos à douta apreciação de Casa, depois de consultada a população de Angélica, o presente projeto que é a concretização do resultado plebiscitário. Após competentes estudos de viabilidade autorizou S. Exa. Presidente Ernesto Geisel a criação do município de Angélica, ato esse que reputamos da mais perfeita justiça. Integrando, na condição de Distrito, o Município de Dourados, Angélica sempre impulsionou o desenvolvimento daquela região, fazendo-se merecedor da sua emancipação. Para que a medida se realize é necessária a aprovação do presente projeto de lei, eis que está é privativa do Poder Legislativo e, estamos certos de que os ilustres pares hão de aquiescer aos anseios do povo laborioso e dinâmico de Angélica. Sala das Sessões, 10 de maio de 1.976. (Projeto de Lei nº47/76, Assembleia legislativa de Mato Grosso, Cuiabá-MT)

¹⁶Edson Pires de Almeida, resida em Dourados, antes de exercer a função de Deputado Estadual, havia sido vereador pelo município de Dourados na gestão 1970 à 1973.

O projeto obteve parecer favorável de todos os deputados votantes e assim no dia 11 de maio de 1976, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Nelson Ramos, assina a lei de criação do município e no dia 13 de maio de 1976 é publicada a lei nº3691, de 13 de maio de 1976.

Ao tratar da emancipação de Angélica é importante perceber a participação popular, quais foram as impressões da população? Suas expectativas em relação à municipalização?

Nos relatos de memória quando o assunto era o processo de emancipação, todos os depoentes foram unânimes em falar do desejo de municipalização, sempre relacionando esse anseio com a distância de Dourados, as dificuldades de transporte, a falta de infraestrutura básica, a falta de médico. Para eles, a municipalização facilitaria o cotidiano, seria sinônimo de progresso e desenvolvimento. Angélica deixaria de ser um coadjuvante e passaria a caminhar por si só.

O Jornal *O Candango* de 01 de maio de 1976, notícia o plebiscito que iria ocorrer no dia 02 de maio enfatizando que tanto a nova sede municipal, quanto o distrito de Ipezal diriam sim à municipalização, sendo que a estimativa era que 95% sim, já que esse era um desejo antigo daquela região. Na matéria ainda é citado o nome de João Câmara como sendo um patrono para o novo município, que seria criado devido ao seu trabalho pela a causa.

A municipalização aparece como um sonho do progresso, mas ao se tornar realidade, as dificuldades permanecem.

A população queria que Angélica virasse município acreditando que as coisas iam melhorar, até que quando o Ediberto estava na prefeitura de um impulso, mas logo ele sofreu o acidente e morreu. Depois a Marieta também fez muito por Angélica, mas Angélica não saiu mais disso, se continuasse aquele impulso do começo, Angélica deveria ter ruas asfaltadas pelo menos as avenidas, né, aqui perto do hospital tudo por aí, é tudo estrada de chão só vê poeira, aqui só sai um metro de asfalto em campanha política, o povo sempre ficou a mercê, Angélica estava na UTI aí veio essa usina, que deu uma melhorada. (Manuel Pereira da Silva, entrevista 04 mar. 2015).

Outra característica comum que aparece nos relatos é o descontentamento com a classe política, já que a falta de infraestrutura é uma realidade na cidade. Assim como o do Sr. Manuel enfatiza o descontentamento com os políticos ao longo da história do município de Angélica.

Apesar dos tempos serem outros, passaram-se 40 anos da emancipação e ainda hoje Dourados é muito procurada pelos angelienses para fazer compras, ir aos médicos. Obvia-

mente, hoje as estradas de chão deram lugar às rodovias, e os meios de transportes se tornaram mais acessíveis, mas é fundamental estabelecer essa relação entre presente e passado.

A respeito do processo de emancipação política e administrativa o jornal *O Progresso* de 13 de maio de 1978 trás uma reportagem tratando do segundo ano de emancipação dos municípios.

Angélica, Aral Moreira, Deodápolis, Eldorado e Mundo Novo, todos foram criados dia 13 de maio de 1976. Após consulta plebiscitária realizada no segundo dia do mesmo mês e ano. Na mesma ocasião criou-se também o município de Vicentina, o qual voltou a ser distrito tendo em vista irregularidade no plebiscito. Sua emancipação, entretanto, parece estar próxima, pois o Senado acaba de aprovar Projeto de Lei autorizando a renovação de eleição municipal, após novo plebiscito realizado no início deste ano naquele distrito de Fátima do Sul (*O Progresso*, 13 de maio de 1978, p.1).

É importante recordar o momento histórico que o Brasil vivia no contexto em que ocorre o processo de emancipação de Angélica e dos demais municípios citados. O golpe civil militar de 1964 inaugurou uma nova tendência de centralização do poder. Deste modo, é importante compreender quais eram as regras para criação de novos municípios.

Segundo Cigolini (2014), de 1964 à 1985, período que compreende a ditadura foram criados um total de 219 municípios, e ressalta:

Nos anos de 1969, 1970, 1971, 1974, 1975 e 1984, não foi criado nenhum município, perfazendo uma média aproximada de 11 por ano, a menor média anual, se comparada aos períodos anteriores (média de 13 municípios entre 1890-1930, 18 municípios entre 1931-1945 e 117,20 municípios entre 1945-1964) (CIGOLINI, 2014, p. 67).

Portanto, no período ditatorial foram criados menos municípios que em outros períodos da história do Brasil.

Quanto à criação de municípios, na Constituição Brasileira de 1967 é apontado:

Artigo 15: A criação de municípios bem como sua divisão em distritos dependerá de lei estadual. A organização municipal poderá variar, tendo-se em vista as peculiaridades locais.

Artigo 16: A autonomia municipal será assegurada:

I – pela eleição direta de Prefeito, Vice prefeito e Vereadores realizada simultaneamente em todo o País, dois anos antes das eleições gerais para Governador, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.(Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, p. 348)

Diante dos artigos da Constituição Federal a criação de municípios deveria ser pautada nas leis estaduais, sendo assim, faz-se necessária a consulta dos artigos da Constituição Esta-

dual de 1967, é a que estava em vigor em 1976, ano de criação de Angélica, no que tange as condições exigidas para emancipação de novos municípios.

Artigo 80 – A criação dos Municípios fica dependendo das seguintes condições:

Território, no mínimo com seis mil habitantes, dos quais seiscentos, pelo menos, na sede;

Prédios apropriados para a instalação da municipalidade, cadeia pública e grupo escolar.

Renda orçamentária municipal igual ou superior a setenta mil cruzeiros;

Mínimo de duzentos moradas, no quadro urbano da sede;

Prévia delimitação dos quadros urbanos e suburbanos da sede do mesmo.

1º-Não se permitirá a criação se, com o desmembramento, alguns dos Municípios deixar de preencher qualquer dos requisitos deste artigo.

-Apresentando qualquer projeto de lei para a criação do Município, a Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão competente, terá sessenta dias para colher as informações necessárias à comprovação dos dispostos ns. I a III deste artigo; uma vez comprovadas essas condições à Assembleia não será permitido denegar a criação do Município. (Constituição Estadual de 1967, p.43)

O aspecto importante que foi investigado ao longo do estudo foi: Por que esses Projetos de Lei de criação de municípios são votados na mesma sessão no dia 10 de maio de 1976 e cinco cidades do atual Mato Grosso do Sul fazem aniversário na mesma data, dia 13 de maio?

Um primeiro ponto importante que aparece ao analisar a Ata nº52 de 10 de maio de 1976, é a evidencia da necessidade de urgência na aprovação das leis de criação de novos municípios. Conforme se pode perceber a seguir:

A Presidência esclarece aos Srs. Deputados que tomou a liberdade de convocar a presente sessão Extraordinária principalmente para a votação dos Projetos de leis de criação de novos Municípios dada a premência do tempo, uma vez essa Leis depois de aprovada pela Casa, terão que ser sancionadas e publicadas até o dia 15 de maio prazo fatal (Ata nº52 de 10 de maio de 1976, p. 02).

Mas então, qual é o motivo de tanta urgência? As respostas destas questões surgem a partir da leitura e análise da Emenda Constitucional nº 1, promulgada em 21 de dezembro de 1969, que alterou substancialmente o texto da constituição estadual de 13 de maio de 1967, e quanto à organização municipal é estabelecido que a criação de municípios fosse feita quadrienalmente, um ano antes das eleições municipais.

Segundo a Emenda Constitucional, Artigo 137:

§ 2º - A criação de Municípios e Distritos, e suas alterações territoriais, só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais gerais, mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidos os requisitos da lei complementar federal e da legislação estadual. (Emenda Constitucional nº 1, promulgada em 21 de dezembro de 1969, p. 61)

Deste modo, se torna compreensível à corrida em torno dos encaminhamentos acerca destes projetos de lei, e vale salientar que os municípios são criados em 13 de maio de 1976 e as eleições ocorrem em 15 de novembro do mesmo ano.

Com a criação do município de Angélica iniciam-se as amarrações em torno dos futuros candidatos a prefeito. Assim, segundo Gisoato, Mascoli e Lima (2006), no primeiro pleito eleitoral para prefeito houve duas chapas. De um lado Ediberto Celestino de Oliveira, candidato a prefeito e seu vice Antônio Sabino de Souza, e como adversário Antônio Torrente, considerado um dos fundadores de Angélica e seu vice Gustavo Azevedo, um representante do distrito de Ipezal.

A disputa foi acirrada, caminhões lotados de eleitores acompanhavam os postulantes a prefeito em todos os comícios, o clima era quente. Acompanhar de perto as campanhas eleitorais, ir a comícios eram práticas comuns, como Carmelindo Francisco de Paula cita:

Naquela época ia gente busca a gente para assistir comício longe, a gente nem sabia aonde era, ia andando por aí, lá no João Cunha, andava muito lá no Ipezal, o caminhão ia cheio de gente, o povo acompanhava a campanha toda, naquele tempo política era disputada (Carmelindo Francisco de Paula, entrevista 31ago. 2012).

No dia 15 de novembro de 1976, ocorrem às eleições, Ediberto Celestino de Oliveira vence o pleito, e se tornou o primeiro prefeito de Angélica. E inicia-se um novo momento da história de Angélica. A vila a partir de então se torna uma cidade e no dia 05 de março de 1977 acontece a posse do prefeito e vice-prefeito e dos sete vereadores¹⁷ eleitos.

¹⁷Segundo Gisoato, Mascoli e Lima (2006), os vereadores eleitos em 1976 em Angélica são: Nivaldo Damasceno Lima, Jairo Martins, Antônio Nazaro, Cícero de Oliveira Ferro, José Sorana, José Francisco Cruz e José Marciano de Almeida.

3.2. A dinâmica social e política no Município de Angélica e o papel de Ediberto Celestino de Oliveira

A partir deste momento vamos analisar os primeiros anos do município de Angélica. Para tanto, foram seguidos os passos de Ediberto Celestino de Oliveira com intuito de entender o panorama social e político, tendo como referência o paradigma indiciário.

Ginzburg (2007), ao tratar do paradigma indiciário compara a função do historiador ao médico e ao detetive, pois a partir de pistas singulares e quase imperceptíveis ao olhar corriqueiro consegue perceber aspectos de um determinado fenômeno. A escala microscópica, a meu ver, admite o acesso à experiência de indivíduos e grupos, e às contínuas variações de um fenômeno, de acordo com o contexto. Nesse sentido, a análise intensiva da documentação permitiu perceber informações e pequenos traços deixados pelos seus produtores. Informações e pistas reveladoras acerca da dinâmica social e política e, em especial, da administração do município e da presença e atuação dos agentes sociais.

Assim, partindo da perspectiva de análise da vivência cotidiana de Ediberto, foi seguindo seus caminhos e desvendando particularidades do dia-a-dia da população. Para tanto, a sobreposição documental foi de suma importância, já que permitiu localizar o prefeito em distintos contextos sociais. O que possibilitou entender as relações sociais e políticas de Ediberto nos múltiplos espaços, dentro e fora do mundo da política.

Portanto, com a redução da escala analítica voltada para a investigação do indivíduo possibilitou a descoberta de um grande número de reportagens vinculadas ao jornal *O Progresso* que foram essenciais para compreensão do processo histórico, bem como, para entender a dinâmica social da jovem cidade. Deste modo, ao longo das próximas páginas essas reportagens serão alvos de investigação.

O uso da história oral, por meio de relato de memória também foi fundamental para construção da narrativa, já que evidencia aspectos que as reportagens jornalísticas não abordam, sobretudo, no que se referem aos diferentes sujeitos a partir de distintos lugares, exercendo seus papéis dentro dessa dinâmica social e política do município. Também foram utilizadas outras tipologias documentais, diante da necessidade de redução de escala analítica voltada para a compreensão dos papéis sociais dos diversos indivíduos.

Ao percorrer os caminhos de Ediberto Celestino de Oliveira, encontro a reportagem de 27 de janeiro de 1973, no jornal *O Progresso*, que cita o nome do mesmo e dos demais vereadores.

dores eleitos que seriam empossados no dia 31 de janeiro de 1973. Tal data é muito representativa dentro da trajetória do sujeito, já que marca a sua entrada na vida pública.

Cabe ressaltar que para o então distrito de Angélica essa data também foi bastante representativa, conforme citou os depoentes Aparecido Figueiredo e Waldir Basilio de Lima, Angélica havia passado a ter ser representante direto na Câmara de Vereadores na cidade de Dourados, esse fato foi visto com entusiasmo e esperança de dias melhores pela população.

A primeira reportagem sobre o vereador Ediberto veiculada no jornal *O Progresso* sobre Angélica é “Exatoria¹⁸ para o distrito de Angélica: Ipezal”, no dia 16 de maio de 1973. A reportagem em linhas gerais salienta que o distrito de Ipezal deveria receber uma Exatoria graças ao trabalho eficiente do vereador Ediberto Celestino, junto a Secretaria de Fazenda do Estado. A respeito da criação da Exatoria, no dia 10 de novembro de 1973, no mesmo jornal é publicada outra matéria, “Proposta a criação da exatoria” salientando que o decreto do legislativo de autorização de criação da exatoria já havia saído no Diário Oficial, tal feito graças à solicitação de Ediberto Celestino de Oliveira.

É perceptível a utilização deste veículo de comunicação como forma de propaganda, e todas as reportagens sobre Ediberto deste jornal analisadas apresentam uma perspectiva favorável a ele, sempre o associando a busca pelo progresso da região, o vereador que ouve o clamor do povo e trabalha em favor do seu desejo. Deste modo, percebe-se reportagem como pagas.

Seguindo essa perspectiva, a reportagem “Ediberto quer o posto dos Correios de Angélica em funcionamento” no jornal *O Progresso* é de 21 de março de 1973, vale destacar que o projeto de lei nº66/72 de instalação e funcionamento dos Correios, já havia sido votado e aprovado pelos vereadores, no dia 07 de novembro de 1972, data em que Ediberto ainda não era vereador. Mas, a notícia evidencia o desejo do vereador que a agência dos Correios iniciasse o funcionamento com urgência.

Outra matéria importante encontrada no jornal *O Progresso* é sobre a inauguração do Centro Educacional José Fragelli. No dia 02 de setembro de 1975, Angélica teria recebido o governador do Mato Grosso José Garcia Neto para inauguração da escola, na oportunidade esteve presente também o prefeito de Dourados João Toto Câmara.

Do ano de 1973 à 1976, vinte e nove reportagens acerca do trabalho de Ediberto Celestino de Oliveira foram vinculadas no jornal *O Progresso*. Elas Abordam os diferentes pro-

¹⁸Exatoria é uma repartição fiscal estadual encarregada de cobrar impostos.

jetos, dentre eles: criação de banco em Angélica, revitalização de estradas, construção de reservatório de água para Angélica, entre outros.

A primeira notícia após a emancipalização de Angélica que saiu no jornal *O Progresso*, foi no dia 2 de abril de 1977, uma reportagem sobre a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica, entidade que exerceu fundamental importância para a organização social no processo de consolidação do município:

Com a presença do Prefeito Ediberto Celestino de Oliveira, assessores do primeiro escalão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, de presidente da Câmara Municipal, vereadores Antonio Nagan, José Seurone e Jaime Martins, foi fundado no dia 27 de março, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica. Aproximadamente 1.500 pessoas estiveram presentes ao importante acontecimento que congregará os trabalhadores agrícolas do município, tendo se filiado a nova organização mais de quinhentos associados logo após a eleição e posse da sua primeira diretoria. Por unanimidade, foi eleito para presidir os destinos do Sindicato, o lavrador Olavo Conconi, figura das mais destacadas dos meios agrícolas e que reúne realmente todas as condições para gerir tão importante órgão da classe ruralista do município. Falando a reportagem, o prefeito Ediberto Celestino de Oliveira, disse da sua satisfação de verificar o interesse dos homens do campo em se congregarem no seu sindicato de classe, pois vê nesse ato, o desejo de participação no desenvolvimento da coisa pública.

Explicou o prefeito, que dará o seu apoio integral a diretoria do Sindicato e espera vê-la acionando o progresso local que é tema básico de todas as atividades humanas em seu município (*O Progresso*, 2 de abril de 1977, p.4).

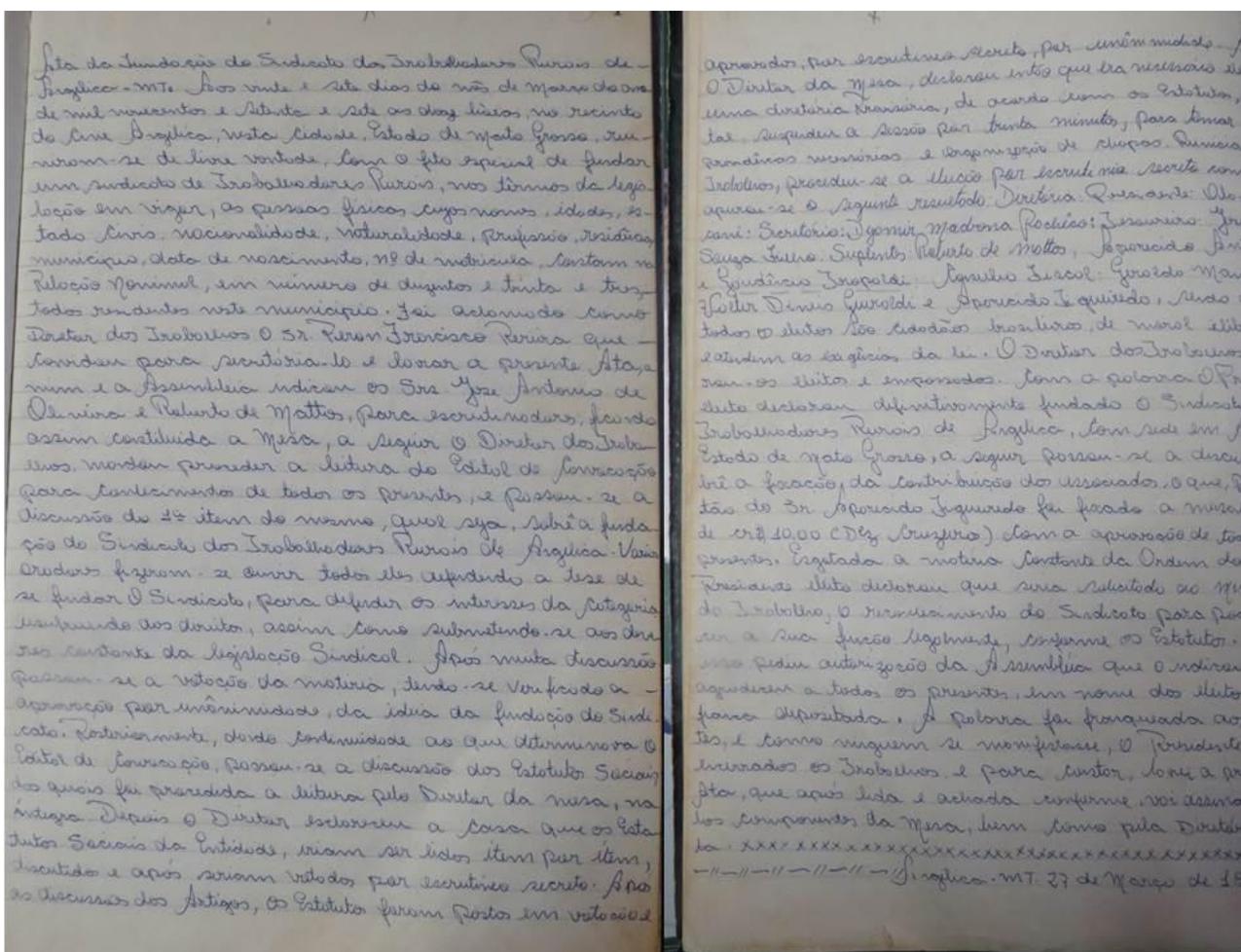
A reportagem aborda a fundação do Sindicato e enfatiza o apoio de Ediberto à instituição, faz referência também à participação popular nesse momento da história de Angélica, o homem do campo passa a se organizar em busca de seus direitos.

Quanto ao discurso relacionado ao prefeito é importante enfatizar que ao fazer um levantamento do jornal *O Progresso* foram encontradas mais de 60 reportagens sobre os feitos de Ediberto Celestino enquanto prefeito, ao analisar cada reportagem foi perceptível que o noticiário abordava uma visão positiva em relação a Ediberto Celestino de Oliveira, relacionando-o a práticas que levariam ao progresso de Angélica e região. Deste modo, Ediberto aparece como um político que possivelmente comprava reportagens para divulgar seu nome e trabalho.

A fundação do Sindicato representou um momento de unidade dos trabalhadores almejando a defesa dos seus direitos. Segundo consta na ata de fundação da entidade, duzentas e trinta e três pessoas se reuniram para discutir a respeito da necessidade de um sindicato rural, posteriormente à discussão, foi feita a votação e por unanimidade foi aprovada a iniciativa de criar a instituição.

Logo após essa decisão, foram estabelecidos os estatutos sociais, em seguida foi feita a votação de uma diretoria, foi eleito Olavo Conconi, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica, secretário: Dyamir Madrona Pacheco, tesoureiro: José Souza Filho, suplente: Roberto Mattos e Gaudêncio Tropaldi, conselho fiscal: Geraldo Mardeli, Valter Guiraldi e Aparecido Figueiredo. Foi discutida ainda a necessidade da fixação de uma mensalidade por associado e foi estabelecida a cobrança de uma taxa mensal de 10 cruzeiros. Segue abaixo Ata de Fundação do Sindicato Rural de Angélica-MT, 27 de 1977, folhas 01 e 02.

Fotografia 15 – Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica-MT.



Fonte: Ata de Fundação do Sindicato Rural de Angélica-MT, 27 de 1977, folhas 01 e 02.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica foi um importante instrumento para a organização dos trabalhadores rurais na busca pelos interesses da categoria. Além disso, foi também um espaço de aprendizagem, onde os trabalhadores puderam conhecer melhor as leis trabalhistas, fazer cursos. Neste sentido, Carmelindo relata:

Eu na época tinha 14 anos, eu tinha uma vontade de estudar, pra mim eu tinha que trabalhar com uma máquina de datilografia eu era muito açoitado na escola, mas chegando aqui só tinha mato e pernilongo, não tinha escola, eu parei de estudar, e não vortei mais, pra gente desenvolver um pouco, pra gente tá conversando aqui hoje, parece que tem uma coisa que puxa a outra, eu passei por vários cursos do movimento sindical aí comecei a desenvolver, antes eu ia assinar qualquer coisa minha mão já começava a tremer, dava um estado de nervo, que coisa ruim que era, foi onde eu comecei a estudar mais, aquelas apostilas do movimento sindical eu dei uma avançada um pouco, não sofre tanto igual ia sofrer, mas estudo de escola só fiz até o quarto ano (Carmelindo de Francisco Paula, entrevista 31 ago. 2012).

Portanto, percebemos que o sindicato além de espaço de interação entre o grupo, propiciou o estudo, o desenvolvimento da aprendizagem da escrita e do discurso. Apesar de ter deixado a escola ainda na quarto ano quando se mudou para Angélica, o senhor Carmelindo, durante o relato de memória demonstrou muito conhecimento acerca das leis trabalhistas, tratou do assunto com desenvoltura, demonstrando ser uma pessoa bem articulada, é interessante que o próprio depoente cita a importância do movimento sindical para o seu crescimento.

Neste sentido, Aparecido Figueiredo relata:

Na fundação do sindicato me chamaram para trabalhar na chapa, nós fundamos o sindicato em 1976, embora o sindicato de Angélica ele foi criado dentro de uma visão assistencialista, não foi criado com uma visão de luta, como éramos um município com pequenos proprietários então o sindicato foi criado para atuar nessa área de dar assistência ao pequeno proprietário, fazer dapi, fazer imposto de renda, trabalhar nessa parte de dar assistência ao pequeno proprietário e na questão da saúde, em 1977 o trabalhador rural era atendido pelo FUNRURAL, que não existe mais, Fundo de Assistência ao Produto Rural, e pra você ser atendido o sindicato emitia uma guia, comprovando que aquela pessoa era trabalhador rural, aí você tinha uma assistência gratuita, então o sindicato trabalhou foi criado para dar assistência ao do pequeno produtor na documentação e encaminhamento para as pessoas na questão de saúde, foi essa visão criada do sindicato. **[Você acha que com o passar do tempo em visão foi se transformando?]** Não eu acho que a gente não conseguiu, eu sai do sindicato em 1987, e acho que a gente se frustrou muito de não de ter conseguido, é, os sindicatos criados nessa mentalidade estão capengando, né, todos capengando, todos fechando a porta, ou funcionando precariamente, alguns devido a aposentadoria hoje, que exige um documento do sindicato, mas se não fosse isso já teria acabado os sindicatos. Como o nosso foi criado de forma a dar assistência ao trabalhador, na medida que foram acabando os proprietários, nós fomos perdendo nossos clientes (Aparecido Figueiredo, entrevista 2 mar. 2015).

Um primeiro ponto interessante a ser observado é que o depoente acaba citando o ano fundação do sindicato errado, isso não é demérito. Já que nossa memória tem o poder de recordar, mas também de esquecer.

Thompson (1997) faz menção aos desafios de trabalhar com a memória e suas armadilhas, sobretudo, no que tange ao esquecimento, mas ressalta as possibilidades de compreensão das subjetividades dos indivíduos e da coletividade. Já que está ferramenta metodológica possibilita identificar e considerar diferentes vozes.

Diante disso, é importante enfatizar a necessidade de não perceber o depoimento com história em si, mas uma fonte que precisa ser analisada pelo historiador como qualquer outra. Cabe, portanto, tratar da importância da justaposição de fontes.

Vale ressaltar que para o depoente Aparecido Figueiredo, o sindicato foi criado apenas com uma perspectiva assistencialista, essa seria a causa do seu fracasso. Além disso, também houve o êxodo rural, o homem deixa de trabalhar no campo e o sindicato enfraquece.

Quanto à fala de Figueiredo a respeito da atual situação dos sindicatos, a das dificuldades de se manter funcionando e da função fornecedora de documentação para aposentadoria, no dia 15 de julho de 2015, estive no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica, onde foi feito o trabalho de campo de levantamento da Ata de fundação e as fichas cadastrais dos participantes, na oportunidade foi realizada a entrevista com o atual presidente do sindicato Izildo Rufo, o mesmo relatou que atualmente não existe um movimento tão fervoroso como no passado, a cada ano que se passa a adesão de novos sindicalizados só diminui, ressaltou a uma grande inadimplência quanto às mensalidades. Mas, destacou que no momento da organização da documentação para aposentadoria os sindicalizados, ou ex sindicalizados procuram a instituição em busca da sua ficha cadastral. O sindicato forneça uma declaração de que ele exerceu a função de trabalhador rural e foi contribuinte.

Seguindo os caminhos de Ediberto Celestino de Oliveira, no que se refere às rivalidades e disputas políticas foi encontrada a reportagem do Jornal *O Progresso* de 20 de julho de 2016 que trata das eleições da ASSUMAT (Associação dos Município Sul-Matogrossenses), quando foram formadas duas chapas, uma tinha como candidato a presidência da entidade José Elias Moreira, prefeito de Dourados e a outra apresentada por Ediberto, tinha como candidato a presidência o Prefeito de Ponta Porã, Ayres Marques. Contudo a primeira chapa sai vencedora.

Na mesma edição, na reportagem: “Prefeito Ediberto: Queremos a Grande Dourados unida e cada vez mais forte” o prefeito rebateu as críticas em relação à criação da Associação do Vale do Ivinhema que levaria a divisão da Grande Dourados, Ediberto salienta que “a associação vai beneficiar e fortalecer ainda mais a região, as reivindicações serão mais objetivas, feitas a nível regional e entregues na ASSUMAT, entidade maior”. Quanto às eleições da ASSUMAT, o prefeito criticou a eleição qualificando-a como ditatorial, tendo em vista que tentaram impedir o registro de uma chapa por ele indicada e enfatizou a necessidade da elaboração de um novo estatuto.

Partindo desta concepção, no dia 21 de junho de 1977, o prefeito de Caarapó, Nilson Lima, cita que a ASSUMAT possui um caráter somente político, permeada por rivalidades, e muitas vezes deixa de se preocupar com as reais dificuldades da região da Grande Dourados, existindo a necessidade da criação de um novo estatuto para a instituição.

Ainda tratando dos embates na ASSUMAT, no dia 26 de julho de 1977, o Jornal *O Progresso* a reportagem denominada “Boicote”, fazendo alusão ao não comparecimento dos prefeitos do Vale do Ivinhema na segunda reunião da ASSUMAT, os prefeitos de Angélica, Bataguassu, Deodápolis, Rio Brilhante, Nova Andradina e Ivinhema. Neste sentido a reportagem enfatiza:

O não comparecimento desses prefeitos foi considerado como um boicote a ASSUMAT, isso porque a entidade que tem sede em Dourados, lutou para a não fundação da associação dos municípios do “Vale do Ivinhema entendendo que isso contribuía para o enfraquecimento das reivindicações. Entretanto, a associação foi fundada e apesar de pertencer a Grande Dourados, os prefeitos da ‘Vale do Ivinhema’ parecem dispostas a lutar sozinhas (O *Progresso*, 26 de julho de 1977, p. 1).

Deste modo, vale destacar que Ediberto Celestino de Oliveira teria encabeçado a criação da Associação do Vale do Ivinhema, almejando maior representatividade da região na luta por recursos para o desenvolvimento e progresso, o mesmo se torna o presidente da entidade, e se apresentava como oposição ao presidente da ASSUMAT, José Elias Moreira.

Ao tratar da administração municipal, foi perceptível que um dos problemas encontrados pelo prefeito foi à falta de infraestrutura, ao longo da análise do jornal *O Progresso*, foram encontradas reportagens sobre visitas de Ediberto ao Legislativo e executivo do estado de Mato Grosso, como a do dia 03 de maio de 1977 que tratava de uma visita ao legislativo requerendo emendas para compra de equipamentos para abertura de estradas, como trator esteira e motonivelador.

No dia 05 de agosto de 1977, outra reportagem “Prefeito de Angélica vai a Cuiabá e Brasília”, que trata das reivindicações de Ediberto: a instalação de energia elétrica para Angélica, já que o município de Ivinhema à 18 km já possuía energia elétrica, a construção de salas de aula na zona rural, a necessidade de uma delegacia de polícia, Angélica já possuía 18 mil habitantes e não possuía segurança. E em Brasília iria requerer juntamente com o ministro da Educação, recursos para a construção de uma praça esportiva.

Outra notícia sobre Angélica relata a dificuldade em abrir estradas e arrumar as que já existiam, no dia 07 de agosto de 1977, uma reportagem no jornal *O Progresso*, faz referência

as falta de recursos para o prefeito Ediberto Celestino de Oliveira combater as erosões na zona rural do município, o problema com erosão em Angélica era tão grande, que uma estrada que dá acesso ao distrito de Ipezal — Estrada Continental — estava intransitável, devido aos efeitos de voçorocas surgidas em diversos pontos da rodovia. Quatro bueiros já teriam sido destruídos ao longo da estrada. Ediberto Celestino afirmava, segundo a matéria, que a única solução seria a construção de pontes de madeiras nesses locais críticos, e isso só seria conseguido através de ajuda do governo Estadual, através do DERMAT (Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Mato Grosso). Além da construção das quatro pontes, nos locais onde existiam bueiros, a estrada necessitaria de uma urgente recuperação com seu leito carroçável. Contudo a prefeitura municipal de Angélica não contava com nenhuma máquina ou mesmo trator. O prefeito havia ainda enfatizado que devido à falta de recursos do município, a população estaria abrindo estradas e recuperando as que já existiam com os seus recursos próprios.

É importante enfatizar a ação popular na construção da cidade, o sertanejo a partir de seus próprios braços e da necessidade de transitar, de escoar sua produção agrícola, abre estradas e trabalha na manutenção das mesmas.

No dia 23 de outubro de 1977, sai no *O Progresso* “Angélica ganha interurbano”, trata da instalação de um posto telefônico pela TEMAT (Telecomunicações de Mato Grosso) na cidade de Angélica, que ocorreria dentro dos próximos meses. Nesta mesma reportagem é noticiado que a SANEMAT (Companhia de Saneamento de Mato Grosso) iria iniciar o perfuramento de poços profundos, visando o abastecimento d’água da cidade e a construção de redes de ligação domiciliares.

Neste sentido, a reportagem do mesmo jornal, no dia 25 de junho de 1978, enfatiza que estava sendo instalada em Angélica a rede de abastecimento e distribuição de água tratada, faz referência também à energia elétrica, que já estava em funcionamento no município, e salienta a importância do Governo Garcia Neto que havia atendido as reivindicações do prefeito de Angélica.

Uma notícia interessante encontrada no Jornal *O Progresso* de 09 de março de 1979, “Mensagem de Angélica ao Deputado Walter Carneiro”, tal reportagem cita que em visita ao distrito de Ipezal, onde estava sendo feita reforma da escola e recuperação de ruas e estradas, o prefeito Ediberto Celestino de Oliveira foi surpreendido com a notícia que alguns moradores estavam fazendo visita às casas com intuito de colher assinaturas para a realização de um plebiscito objetivando passar o distrito de Ipezal ao município de Deodápolis, e ainda que o De-

putado Estadual Wagner Benedito Carneiro fosse o mentor de tal empreendimento. Assim, o prefeito cobrou explicações por parte do Deputado Estadual.

Foi pesquisado outras reportagens vinculadas ao *O Progresso*, na busca de encontrar os desdobramentos de tal fato, mas não foi encontrada nenhuma notícia a respeito desta questão, e os entrevistados, ao serem questionados a respeito, desconhecem tal iniciativa. Vale destacar que Ipezal está a 34 km de distância do núcleo urbano de Angélica.

Apesar de percebermos que todas essas notícias vinculadas sobre Ediberto, Angélica e obras tivesse o intuito de promover o prefeito, enquanto figura política em ascensão. Mas cabe analisar, qual era a visão popular em relação a ele? Como de fato se caracterizou a sua administração? Vale ressaltar, que o prefeito Ediberto Celestino de Oliveira aparece de forma muito saudosista na maioria relatos de memória, como um homem que contribuiu para muitas conquistas dos primeiros anos da cidade, um político que teria um grande caminho pela frente, “naquela época tinha mais união, todos lutavam juntos reivindicando melhorias para município” (Waldemar Alves de Oliveira, entrevista 06 jun. 2012). Mas essa visão não era de todos, havia o questionamento em relação à ligação com a colonizadora, já que o prefeito muitas vezes defendia os interesses da empresa em detrimento das necessidades da população.

No dia 18 de agosto de 1980, o jornal *O Progresso* noticiou a tentativa de homicídio sofrida por Ediberto Celestino de Oliveira, o prefeito estava em sua residência quando foi surpreendido com uma carga de chumbo desferido por uma pessoa que não foi identificada, como os ferimentos não foram graves o prefeito saiu correndo atrás do atirador, mas não conseguiu alcançá-lo.

Vale destacar, que mesmo após investigação policial não foi identificado o atirador, nem o mandante, conforme afirmou no seu relato de memória dona Dogenilia, viúva de Ediberto. Mas diante do atentado, fica explícito que o prefeito, possuía inimizades, possivelmente oriundas da sua trajetória política, que era marcada pela exposição de suas concepções, conforme foi perceptível ao longo da análise do jornal. Contudo, é importante lembrar, que apesar de não ser uma prática corriqueira, mas naquele contexto muita coisa se resolvia com violência.

No dia 30 de novembro de 1980, uma sexta-feira, Ediberto Celestino de Oliveira sofreu um acidente com graves consequências e acaba falecendo na madrugada do dia 01 de dezembro de 1980. Na sexta-feira quando estava voltando de Campo grande, onde tinha ido se encontrar com o Governador do Estado, Pedro Pedrossiam, um acidente interrompeu a sua carreira política. Ediberto estava dirigindo um Fiat 147, em que viajava, juntamente com seu

amigo, senhor Antônio Bornia. Estourou um pneu, o carro desgovernou e capotou diversas vezes, o acidente ocorreu na altura do entroncamento que demanda a São Paulo. Antônio sofreu alguns ferimentos leves, mas Ediberto ficou gravemente ferido e foi conduzido ao Hospital das Clínicas da capital.

Segundo reportagem do jornal *O Progresso* de 02 de dezembro de 1980:

Conforme a informação de uma das funcionárias do CTI do hospital, Ediberto Celestino fraturou pernas, braços, pâncreas e ainda apresentava problemas renais. Depois de obter uma boa melhora, na manhã de sábado, foi submetido a uma intervenção cirúrgica, porém, aos 20 minutos de ontem, não resistindo aos ferimentos, veio a perecer (*O Progresso* 02 dez.1980, p.1).

A morte de Ediberto Celestino de Oliveira causou grande comoção popular em Angélica, a cidade toda parou com o funeral do prefeito.

Neste sentido, Gisoato e Máscoli (1996) ressaltam:

Formaram-se enormes filas no corredor da igreja católica, onde foi velado, diversas autoridades, vieram dar seu último adeus, ao grande político, o povo não se conformava, ele foi enterrado de frete a igreja do cemitério, que havia ajudado a construir (GISOATO E MÁSCOLI, 1996, P. 67).

Após a morte de Ediberto, o vice-prefeito Antônio Sabino de Souza é empossado prefeito até o término do mandato, em dezembro de 1981.

Portanto, percorrendo os caminhos de Ediberto Celestino foi possível entender os primeiros anos de municipalização de Angélica, e como característica desse período foi perceptível à falta de infraestrutura, diante disso, foram destaque as reivindicações junto aos poderes estaduais e federais.

Mas vale ressaltar, o que foi criado e construído ao longo desses primeiros anos do município, surgiram a partir da iniciativa do povo. Foi a população que construiu essa nova cidade, a partir de suas demandas e interesses.

Conforme vimos, o trabalhador necessitando de um órgão que o representasse, ele vai se organizar e fundar o sindicato, mesmo sem muitas instruções, busca o conhecimento e passa exercer o seu papel de sindicalista a partir dos seus interesses. O poder público não abre estradas e recuperam as existentes, a população, a partir de iniciativa particular abre estradas.

Deste modo, a cidade se constrói por meio da ocupação popular, através do homem do campo com seus desejos e necessidades, é ele que dá forma à cidade.

Assim, conforme Monteiro (2001), perante a constante ausência pública para solucionar os problemas cotidianos, sobretudo, quanto à infraestrutura, a própria organização popular cria uma rede de resolução de problemas práticos. Deste modo, os problemas vivenciados são resolvidos pelos próprios moradores, a sua maneira, o que o autor chama de *autoconstrução*, os indivíduos desassistidos pelo Estado acabam agindo a partir de seus próprios recursos, no sentido de sanar as dificuldades do meio em que estão inseridos.

Igualmente, ao analisar a dinâmica popular em Angélica percebe-se por diversas vezes a *autoconstrução*. Diante da falta de ação do estado para suprir as demandas da localidade, a população faz trabalhos que seriam dever do setor público, essas iniciativas populares podem ser compreendidas como o estabelecimento das redes de resoluções de problemas práticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço da cidade é organizado a partir das interferências dos diversos sujeitos que a constroem por meio do seu protagonismo nos diferentes lugares que ocupam, são eles que vão dando novos arranjos a esta composição, conforme as necessidades do cotidiano.

Assim, muito mais que a CIDADAL e a administração municipal, o grandes personagem deste processo de surgimento do município é o povo. Estes que vieram dos diferentes espaços e carregavam a expectativa de dias melhores, e acabaram estabelecendo a autoconstrução e a rede de resolução de problemas práticos diante das adversidades habituais.

Neste sentido, o povo é o grande personagem desse processo de ocupação. Partindo desta conjectura, vai haver diferentes reorganizações do espaço ao longo do tempo, devido as necessidades e ações dos seus partícipes.

Assim, Angélica, município que possui uma população estimada em 10.149,00 habitantes, que vivem em sua maioria no espaço urbano. A economia atual da cidade é baseada no plantio e extração de cana de açúcar. Todas essas características são contrárias aquilo que foi pensado e estabelecido pelo Plano Diretor, pois a construção do espaço urbano seria uma necessidade do espaço rural, a economia local seria gerida pelas lavouras na zona rural, sobretudo, a cafeicultura, promovida através da agricultura familiar que contribuiria para o povoamento, a partir de uma organização em pequenos lotes.

A princípio vai ocorrer a agricultura familiar, o que possibilitou uma elevada densidade populacional, Angélica chegou a ter cerca de 19.000.00 habitantes. Contudo, na década de 1980 com as intempéries da natureza (chuva de granizo e geadas) houve consideráveis perdas nas lavouras. Deste modo, diante do insucesso na agricultura e da falta de atividades industriais no município, Angélica vai sofrer significativa perda populacional, assim vai ocorrer intenso movimento de êxodo rural em direção as cidades do interior do estado de São Paulo que eram o novo Eldorado por conta da industrialização.

A partir desta conjuntura, Angélica passa a ter uma nova configuração territorial, os pequenos sítios vão dando lugar as grandes fazendas, no espaço que antes era de lavoura, passa a ser de rebanhos de gado. Essa transformação provoca a diminuição dos postos de trabalho e Angélica passa a ser vista como cidade de aposentado com apenas 7.465,00 habitantes.

Esta condição só vai mudar em 2009, quando ocorre a instalação da usina Adecoagro. Neste contexto ocorre uma nova corrente migratória, o regresso de muitos daqueles que se muram na década de 1980. Opostamente ao que ocorreu no passado, quando os colonos che-

garam abriram os matos e formaram sítios para trabalhar na lavoura com a família, hoje a população que volta concentra-se no espaço urbano, dessa maneira, transcorre um novo momento de especulação imobiliária, mas agora em torno do espaço urbano, a formação de novos loteamentos e bairros.

Deste modo, ao pensar a história de Angélica foi levada em considerações as diferentes transformações que ocorrem ao longo do tempo, sempre considerando os sujeitos que ocupavam o espaço e suas trajetórias.

Neste sentido, a princípio buscou-se responder a seguinte questão: Como estava configurado o território anteriormente da intervenção da colonizadora e da chegada dos colonos? Deste modo, foi percebido que previamente a chegada da CIDAL houve a presença dos índios Ofáies na região, contudo eles foram dizimados com a chegada dos primeiros fazendeiros, posteriormente a região viveu a extração da erva mate por meio da empresa Companhia Mate Laranjeira, e somente depois houve a implantação da colonizadora que inicia uma política de ocupação da localidade.

A CIDAL exerceu importante papel em relação ao povoamento da região. A empresa com interesse de angaria recursos através das vendas dos lotes passa a se utilizar de meios de comunicação para atrair colonos a partir de um discurso de progresso e desenvolvimento da região, o Eldorado. Os colonos incorporam esse discurso e acabando vindo para o local na expectativa de uma vida melhor, o desejo de estar no espaço rural, trabalhando com toda a família aparece como uma característica comum entre eles.

Contudo, quando os colonos chegaram à região vivenciaram um cotidiano de muitas dificuldades, permeado pela falta de infraestrutura, e são eles que acabam a partir de suas ações construindo melhorias na localidade. Assim, as trajetórias desses sujeitos em Angélica são permeadas pela reconstrução de suas vidas e pela construção de um novo espaço social.

Ainda refletindo acerca da trajetória dos sujeitos foi trabalhado o processo de emancipação política de Angélica levando em consideração a dinâmica social e popular. De tal modo, identificou-se o importante papel de Ediberto Celestino de Oliveira enquanto político de expressa que agiu para ocorrência da emancipação.

Vale destacar também o desejo de autonomia e progresso que aparece em torno emancipação, a população acreditava que com a elevação à categoria de município, a região seria assistida pelo Estado, e as dificuldades com falta de estradas, saneamento básico, hospitais seriam sanadas. Entretanto, vimos que o Estado não agiu efetivamente para ocorrência

dessas transformações e são os moradores que continuaram a estabelecer a *autoconstrução* diante das dificuldades do dia-a-dia.

Portanto, ao discorrer acerca do processo de ocupação de Angélica pretendeu-se mostrar a organização do espaço a partir do elemento popular, identificando o protagonismo popular ao longo do tempo. Assim, com os olhos voltados para a dinâmica popular foi percebido a trajetória dos atores sociais que se deslocaram e permaneceram nos “sertões” angeliquenses, transformando-o e o resignificando a partir da vivência cotidiana.

FONTES

Ata n°52 de 10 de maio de 1976. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Ata de Fundação do Sindicato Rural de Angélica-MT, 27 de 1977.

Constituição da República Federativa do Brasil (1967). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm Acesso em: 20 de maio de 2016.

Decreto legislativo n°2.619 de 20 de abril de 1976 - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Emenda Constitucional n° 1, promulgada em 21 de dezembro de 1969 - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Fichas Cadastrais 1979/1980 Sindicato dos Trabalhadores de Angélica. Angélica-MS.

GISOATO, Inivaldo; MÁSCOLLI, Wilson. Angélica: Histórias de um Povo. Campo Grande; Bureau, 1996.

GISOATO, Inivaldo; MASCOLI, WILSON; LIMA, Waldir Basílio de. Angélica: Paixão de um Povo. Campo Grande; Brasília, 2006.

Lei Estadual n°3691, de 13 de maio de 1976 - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Livro Matrimonial n°I,1979/1980. Paróquia São Pedro Apóstolo. Angélica-MS.

Mato Grosso. Constituição (1967). Constituição do estado de Mato Grosso. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Projeto de Lei n°183/63, de 31 de outubro de 1963. Dispõe sobre a criação do Distrito de Paz de Angélica. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

Projeto de Lei nº47/76, de 10 de maio de 1976. Dispõe sobre a criação do Município de Angélica. Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT.

WILHEIM, Jorge. Plano Diretor de Angélica. São Paulo: Israel Sankowski e Jerônimo Bonilha, 1956.

PERÍODICOS

O Candango, Glória de Dourados, 01 de maio de 1976.

O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT. 4 de junho de 1976.

Ordem e Progresso – folheto de propaganda da organização Bata na Zona Sorocabana. Indiana, SP. junho de 1950.

Ordem e Progresso, Indiana, 10 de maio de 1951.

O Progresso, Dourados, 23 de abril de 1963.

“*O Progresso*, Dourados, 13 de maio de 1978.

O Progresso, Dourados, 16 de janeiro de 1979.

O Progresso, Dourados, 7 outubro de 1979.

O Progresso, Dourados, 16 de maio de 1973.

O Progresso é de 21 de março de 1973.

O Progresso, Dourados, de 20 de julho de 1976.

O Progresso, Dourados, 2 de abril de 1977.

O Progresso, Dourados, dia 21 de junho de 1977.

O Progresso, Dourados, 07 de agosto de 1977.

O Progresso, Dourados, 05 de agosto de 1977.

O Progresso, Dourados, 26 de julho de 1977.

O Progresso, Dourados, 09 de março de 1979.

O Progresso, Dourados, 18 de agosto de 1980.

O Progresso, Dourados, 02 de dezembro de 1980.

SITES

Falece arquiteto e urbanista Jorge wilheim. *Abea*. Disponível em: <http://www.abea.org.br/?p=1006> acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

Memória de Roseli Celeste Nunes da Silva. *Piratininga*. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/memoria/roseli.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2015.

Empresa Adecoagro em Angélica. *Adecoagro*. Disponível: www.adecoagro.com/DinamicPage. Acesso em: 03 de fevereiro de 2016.

Convocação popular para participação do Plano Diretor. *Facebook – prefeitura de Angélica* Disponível em: <https://www.facebook.com/Prefeitura-de-Ang%C3%A9lica-MS-364786703634183/?fref=ts>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

Plano diretor de Angélica é debatido com a sociedade. *Ivinoticias*. Disponível em: <http://www.ivinoticias.com.br/noticia/cidades/plano-diretor-de-angelica-e-debatido-com-a-sociedade>. Acesso em: 26 de janeiro 2016.

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Antônia da Costa Paula nasceu em Rinópolis (SP) no dia 01 de fevereiro de 1936. Foi entrevistada por Jéssica Alves Tropaldi no dia 31 de agosto de 2012, em sua residência no bairro Polícia, zona rural, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 25 minutos e 8 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Aparecido Figueiredo nasceu em Tupi Paulista (SP) no dia 09 de março de 1956. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 02 de março de 2015, em sua residência, localizada no centro, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 35 minutos e 8 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Carmelindo Francisco de Paula nasceu em Tupi Paulista (SP) no dia 15 de abril de 1953. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 31 de agosto de 2012, em sua residência, localizada no Bairro Polícia, zona rural, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 26 minutos e 20 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Celso Francisco de Paula nasceu em Tupi Paulista (SP) no dia 15 de abril de 1937. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 31 de agosto de 2012, em sua residência, localizada no Bairro Polícia, Zona Rural, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 17 minutos e 43 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Clementina Gomes de Oliveira nasceu em Fernandópolis (SP) no dia 12 de fevereiro de 1944. Foi entrevistada por Jéssica Alves Tropaldi no dia 06 de junho de 2012, em sua residência, localizada na Av. Rachid Neder, 144, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 18 minutos e 25 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Dogenilia Vasconcelos de Oliveira nasceu em Campo Grande (MS) 06 de setembro de 1927. Entrevistada por Jéssica Alves Tropaldi no dia 09 de agosto de 2012 em sua residência, localizada na Rua Treze de maio, 677, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 20 minutos e 15 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Domingos Luca nasceu em Jales (SP) 18 de novembro de 1936. Entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 29 de agosto de 2012 em sua residência, localizada na Rua Fransico Mar-

colino, 1990, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 10 minutos e 15 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Gaudêncio Tropaldi nasceu em Jales (SP) no dia 17 fevereiro de 1935. Entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 06 de junho de 2012 em sua residência, localizada na Rua José Rizzato, 46, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 12 minutos e 45 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Izido Rufo nasceu Tupã (SP) 17 de dezembro de 1958. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 15 de julho de 2015, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angélica, Angélica (MS). Suporte de gravação: DVD.

Josepha Recio Tropaldi, em Jales (SP) no dia 10 março de 1937. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 06 de junho de 2012 em sua residência, localizada na Rua José Rizzato, 46, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 16 minutos e 45 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Leonice Agudo nasceu em Dracena (SP) no dia 16 de maio 1946. Entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 29 de agosto de 2012 em sua residência, localizada na Rua Fransico Marcolino, 1990, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 29 minutos e 15 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Maria Aparecida Alves de Oliveira Tropaldi nasceu em Angélica (MS) no dia 10 de dezembro 1971. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 02 de fevereiro de 2015 em sua residência, localizada na Rua das Azaleias, 78, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 49 minutos e 39 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Manuel Trajano Silva nasceu São Bernardo do Campo (SP) no dia 8 de dezembro 1934. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 02 de fevereiro de 2015 em sua residência, localizada na Rua Esmênia da Silva Martins, 178, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 39 minutos e 49 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Manuel Pereira da Silva nasceu Barreiras (BA) 23 de outubro de 1940. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 04 de março de 2015 em sua residência, localizada na Avenida Mario Cazaroto, 1047, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 55 minutos e 31 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Sebastião Tropaldi nasceu em Jales (SP) no dia 29 de março 1954. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 02 de março de 2015 em sua residência, localizada na Rua das Azaleias, 78, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 45 minutos e 31 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Sebastião Tavares nasceu em Galiunis (PE) no dia 28 de março 1950. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 02 de março de 2015 em sua residência, localizada na Avenida Esmênia da Silva Martins, 128, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 49 minutos e 31 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Waldemar Alves de Oliveira nasceu em Cajubi (SP) no dia 05 de novembro de 1933. Foi entrevistado por Jéssica Alves Tropaldi no dia 06 de junho de 2012, em sua residência, localizada na Av. Rachid Neder, 144, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 48 minutos e 36 segundos. Suporte de gravação: DVD.

Waldir Basilio de Lima, em Paranavaí (PR) no dia 19 de julho de 1952. Foi entrevista por Jéssica Alves Tropaldi e José Carlos Ziliani no dia 27 de setembro de 2012 em sua residência, localizada no Bairro Mutun, Zona Rural, Angélica (MS). Tempo de duração da entrevista: 1 hora 28 minutos e 45 segundos. Suporte de gravação: DVD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKI, Carla B. *Fontes históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A invenção do nordeste: e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 125 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Lisboa: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

CIGOLINI, Adilar Antônia. Ocupação do território e criação de municípios no período republicano brasileiro. Barcelona: Universidade de Barcelona. V. 11, nº 11, P. 67-98. 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1101.htm> acesso em: 21 de fevereiro. 2016.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte. *População e dinâmica econômica na região do governo de Jales no século 21: o outro rural do oeste paulista*. 2013. 151f. Dissertação (Mestrado em Demografia). UNICAMP, Campinas, 2013.

DOTA, Ednelson Mariano. *Migração Sazonal Em Santa Bárbara d'Oeste: Condições de vida e Cotidiano dos Bóias-Frias*. Caxambu: Nepo, 2008.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *O território Ofaié pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo*. 2004. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados, 2004.

ESCOBAR, Idefonso. *A Marcha para oeste: Couto Magalhães e Getúlio Vargas*. Editora. A Noite. Rio de Janeiro, 1941.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FIGUEIREDO, Luzia Araujo. *Uma história de lutas - as mulheres agricultoras de Mato Grosso do Sul e a criação de seu movimento*. 2001. 101f, Dissertação (Mestrado em História). Dourados, UFMS.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004
_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

GALIZONIL, Flávia Maria e RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha*, Minas Gerais. Belo Horizonte: Saber, 2012.

GOMES, Castro de Ângela. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Mauad, Rio de Janeiro. 2005.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral no Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de M.; FERNANDES, Tânia M. & ALBERTI, Verena (Orgs.) *História Oral: Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª. Campinas: Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. *Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro- Oeste*. 2. Ed. da UNICAMP. Campinas, 1986.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber – a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, PP. 187-200.

MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico. Ordens Terceiras no Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, 2009.

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve Painel Etno-Histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. Ed.ampliando e Revisando, Campo Grande: Ed. UFMS/COMPED/INEP. 2002.

MENDES, M. A. *História e geografia de Mato Grosso*. 4 ed. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

- MILHORANÇA, Edson Roberto. *Da utopia à realidade: A formação do Núcleo Urbano de Angélica – MT (1956-1976)*. 2011. 47f. Monografia (Licenciatura em História). Nova Andradina, UFMS.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense: Identidade e Transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense*. 2001. 141f. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro, UFRJ.
- NAPOLITANO, Marcos. Pensando a estranha História sem fim. In: KARNAL, Leandro(org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas, uma história social do trabalho*. Tempo social, revista de sociologia da USP, v. 1, p. 217-240, ju. 2006.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz história oral diferente*. In: Proj. História. São Paulo, 1997.
- POLLAK, Michel. Memória, *Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2 n.3, 1989, p.3-15.
- REVEL, Jacques . *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. I, 1987.
- _____. *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. *A voz do passado: história oral*. Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TRUZZI, Oswaldo. *Redes em processos migratórios*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.20, n.1, PP. 199-218.

VASCONCELOS, Claudio Alves de. *A colonização Contemporânea em Mato Grosso do Sul*. ANPUH-XXI Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) -FFLCH/USP, São Paulo.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 29 de agosto de 2016.

Jéssica Alves Tropaldi.